



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
*CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR*

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
- Bacharelado -**



**MACAPÁ/AP  
2022**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR

## **ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

### **Reitor**

Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira

### **Vice-Reitora**

Profa. Dra. Ana Cristina de Paula Maués Soares

### **Pró-Reitora de Ensino de Graduação**

Prof. Ms. Christiano Ricardo dos Santos

### **Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Profa. Dra. Amanda Alves Fecury

### **Pró-Reitor de Extensão, Interiorização e Ações Comunitárias**

Prof. Ms. Steve Wanderson Calheiros de Araújo

### **Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais**

Prof. Ms. José Caldeira Gemaque Neto

### **Pró-Reitora de Gestão de Pessoas**

Isan da Costa Oliveira Junior

### **Pró-Reitora de Planejamento**

Prof. Ms. Erick Franck Nogueira Paixão

### **Pró-Reitor de Administração**

Ms. Seloniel Barroso dos Reis



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR

## **ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA**

**Diretor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas**  
Prof. Dr. Genival Fernandes Rocha

**Coordenador do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais**  
Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Côrrea

**Vice-Coordenadora do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais**  
Profa. Ms. Lourrene de Cássia Alexandre Maffra

### **Docentes do Colegiado do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais**

Profa. Ms. Andreia Jayme Batista  
Profa. Dra. Camila Soares Lippi  
Prof. Dr. Gutemberg de Vilhena Silva  
Profa. Ms. Ioneida do S. Cavalcanti da Cunha Salone  
Profa. Ms. Izabel Cristina Medina Brum  
Prof. Ms. Lincoln Narcelio Thomaz Noronha  
Profa. Ms. Lourrene de Cássia de Alexandre Maffra  
Prof. Dr. Miguel Patrice Philippe Dhenin  
Profa. Ms. Paula de Carvalho Bastone  
Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Côrrea  
Profa. Ms. Rosilene de Oliveira Furtado  
Prof. Ms. Tiago Luedy Silva

### **Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais**

Profa. Dra. Camila Soares Lippi  
Profa. Ms. Ioneida do S. Cavalcanti da Cunha Salone  
Prof. Ms. Lincoln Narcelio Thomaz Noronha  
Prof. Dr. Miguel Patrice Philippe Dhenin  
Profa. Ms. Paula de Carvalho Bastone

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL</b> .....	4
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	12
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO</b> .....	16
3.1	Dados Gerais do Curso .....	17
<b>4</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA</b> .....	18
4.1	Objetivos do Curso .....	18
4.2	Perfil Profissional do Egresso .....	19
4.2.1	Competências e Habilidades .....	20
4.3	Arquétipo Curricular .....	21
4.3.1	Carga Horária e Eixos Formativos .....	22
4.3.2	Disciplinas Optativas .....	26
4.3.3	Disciplinas Eletivas .....	28
4.3.4	Atividades Complementares .....	31
4.3.5	Trabalho de Conclusão de Curso .....	34
4.3.6	Fluxograma do Curso .....	36
4.4	Metodologia de Ensino .....	37
4.5	Prática Profissional .....	44
4.5.1	Estágio Não Obrigatório .....	44
4.5.2	Empresa Júnior .....	46
4.6	Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem .....	47
<b>5</b>	<b>POLÍTICA DE EXTENSÃO</b> .....	48
<b>6</b>	<b>POLÍTICA DE PESQUISA</b> .....	50
<b>7</b>	<b>POLÍTICA DE INCLUSÃO</b> .....	51
<b>8</b>	<b>ATENDIMENTO AO DISCENTE</b> .....	52
<b>9</b>	<b>GESTÃO DO CURSO E CORPO DOCENTE</b> .....	54
9.1	Coordenação do Curso .....	54
9.2	Núcleo Docente Estruturante .....	56
9.3	Composição e Funcionamento do Colegiado do Curso .....	58
<b>10</b>	<b>INFRAESTRUTURA</b> .....	61
<b>11</b>	<b>SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO</b> .....	62
11.1	Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso .....	62
11.2	Autoavaliação do Curso .....	63
11.3	Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso .....	64
	<b>APÊNDICE A</b> – Norma Gerais para Matrícula/Orientação/Apresentação do TCC ....	65
	<b>APÊNDICE B</b> – Elementos Para Construção do TCC .....	67
	<b>APÊNDICE C</b> – Orientações Gerais Para Avaliação do TCC .....	72
	<b>APÊNDICE D</b> – Formulário de Avaliação Individual do TCC .....	74
	<b>APÊNDICE E</b> – Formulário Geral de Notas do TCC .....	75
	<b>APÊNDICE F</b> – Regulamento das Atividades de Extensão .....	76
	<b>APÊNDICE G</b> – Ementas das Disciplinas .....	80

## 1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal do Amapá foi criada por meio do Decreto n. 98.977, de 2 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União n. 43, de 5 de março de 1990, nos termos da Lei n. 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la, tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial n. 868/90, de acordo com o Parecer n. 649/90-SESU, aprovado em 9 de agosto de 1990 e publicado no Documento MRC n. 35, tornando uma entidade pública destinada à promoção da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, dotada de autonomia didático- científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

A fase embrionária da UNIFAP ocorreu na década de 1970 com o Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), com a oferta de aproximadamente 500 (quinhentas) vagas voltadas para o campo do magistério em várias modalidades (licenciatura curta), tornando-se o marco do ensino superior no então Território Federal do Amapá. Como instituição de direito e de fato, o primeiro vestibular aconteceu em 1991 para os Cursos de Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem. Somente a partir de 2002 a instituição elege o seu Reitor por meio do processo de consulta prévia, para a formação de lista tríplice.

Em 2008, por motivo da implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foram introduzidas novas mudanças na universidade, com a expansão das atividades, principalmente, no *Campus* Marco Zero do Equador, que se estendeu até 2012 e foi responsável pela ampliação estrutural da instituição. A partir de então, a universidade experimentou um aumento no número de Cursos de graduação, de pós-graduação, de novos servidores e estudantes.

As mudanças geradas pela expansão da UNIFAP em função do programa REUNI determinaram uma reconfiguração da universidade tanto na parte acadêmica quanto na parte estrutural, fato que impôs a necessidade de atualização do seu Estatuto para que a universidade viesse melhor desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e de governança administrativa.

Em termos de atendimento às demandas de formação profissional da sociedade Amapaense, a UNIFAP, sempre comprometida com o desenvolvimento do Estado, implantou novos Cursos presenciais, destacando aqueles da área de saúde e exatas, fato que levou a UNIFAP ao status de liderança na formação de profissionais para a sociedade amapaense. Além dos Cursos presenciais, Cursos de graduação a distância, também, foram implantados atingindo um público em localidades fora da sede da instituição. Esta modalidade é hoje uma das

principais a serem fortalecidas pelo Ministério da Educação para a formação profissional em todos os níveis. Com o crescimento dos Cursos da área de saúde, como Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia, houve a necessidade de um locus de aprendizado institucional, como a Unidade Básica de Saúde e o Hospital Universitário que está em construção e transcende-se em importância para a população amapaense e localidades do estado do Pará próximas a Macapá por ser a obra que vai mitigar a maior parte das demandas de atendimento de média e alta complexidade do Amapá e comportará uma estrutura com capacidade para 300 (trezentos) leitos para atendimento de saúde e formação profissional, possibilitando as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. A conclusão da obra está prevista para o primeiro semestre de 2020 e seu funcionamento por administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) a partir de 2021.

As áreas do conhecimento da UNIFAP constituem-se em Exatas e Tecnológicas, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Meio Ambiente, Educação, Filosofia e Ciências Humanas). Atualmente a instituição dispõe de 7 (sete) Departamentos Acadêmicos definidos no *Campus* Marco Zero do Equador, em Macapá. A UNIFAP oferece 52 (cinquenta e duas) opções de Cursos de graduação, presenciais e a distância, distribuídas nos 4 (quatro) Campi, assim como, 4 (quatro) Cursos de Doutorado, 13 (treze) Cursos de Mestrado e 19 (dezenove) Cursos de Especialização lato sensu dentre esses 10 (dez) no formato presencial e 9 (nove) no formato a distância. Os Cursos de Graduação do *Campus* Marco Zero estão sumarizados no Quadro 1, a seguir disposto:

**Quadro 1 – Cursos do *Campus* Marco Zero do Equador (Macapá)**

Departamento	Curso	Vagas Anuais	Turno	Conceito			Ano de Implantação
				CC	CPC	ENADE	
<b>Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde - DCBS</b>	Ciências Biológicas – Bach.	25	Integral	3	3	2	1998
	Ciências Biológicas – Lic.	25	Integral	3	3	3	1998
	Enfermagem	50	Integral	3	3	4	1991
	Farmácia	50	Integral	4	3	3	2010
	Medicina	60	Integral	3	4	4	2010
	Fisioterapia	50	Integral	4	*	*	2013
<b>Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas - DCET</b>	Matemática – Lic.	50	Vespertino	4	3	2	1991
	Física – Lic.	50	Vespertino	4	3	2	2003
	Arquitetura e Urbanismo	50	Vespertino	4	3	3	2007
	Engenharia Elétrica	50	Vespertino	3	3	3	2009
	Ciências da Computação	50	Noturno	4	*	*	2014
	Engenharia Civil	50	Noturno	4	*	*	2014
	Química – Lic.	50	Noturno	**	**	**	2015
<b>Departamento de Educação - DED</b>	Pedagogia – Lic.	50	Noturno	4	3	3	1991
	Educação Física – Lic.	50	Matutino	3	3	4	2005

Cont. Q. 1:

Departamento	Curso	Vagas Anuais	Turno	Conceito			Ano de Implantação
				CC	CPC	ENADE	
<b>Departamento de Filosofia e Ciências Humanas - DFCH</b>	Geografia – Bach.	35	Vespertino	3	3	2	1991
	Geografia – Lic.	35	Noturno	2	3	3	1991
	História – Bach. (em extinção)	30	Vespertino	3	2	1	1990
	Secret. Executivo (em extinção)	50	Noturno	3	3	2	1991
	História – Lic.	40	Vespertino	3	3	3	1991
	História – Lic.	40	Noturno	3	3	3	1991
	Direito	50	Noturno	3	2	5	1991
	Ciências Sociais – Bach.	30	Vespertino	2	2	1	1998
	Sociologia – Lic.	30	Noturno	5	4	4	1998
	Relações Internacionais	50	Vespertino	4	3	3	2011
	Administração	50	Noturno	4	*	5	2014
	Tecnologia em Secretariado	100	Vespertino	**	**	**	2017
<b>Departamento de Letras e Artes - DEPLA</b>	Letras/Português/Francês	30	Matutino	4	**	**	1991
	Letras/Português/Inglês	30	Noturno	4	3	3	1991
	Artes Visuais – Lic.	50	Noturno	3	3	3	1991
	Jornalismo	50	Noturno	3		3	2011
	Letras/Libras/Português	50	Matutino	4	***	***	2013
	Teatro – Lic.	50	Matutino	4	***	***	2013
<b>Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento - DMAD</b>	Ciências Ambientais – Bach.	50	Vespertino	4	**	**	2009

Fonte: PDI UNIFAP (2020-2026)

\*Cursos participantes do ciclo avaliativo 2018, aguardando conceitos: Conceito do Curso; Conceito Preliminar do Curso-CPC e ENADE.

\*\*Cursos novos não possuem conceito (indicadores), pois ainda estão em processo de reconhecimento.

\*\*\* Curso não possui os indicadores (CPC, ENADE), pois não participa do ciclo avaliativo do ENADE.

A UNIFAP dispõe de quatro (4) campi em funcionamento, assim distribuídos: *Campus* Marco Zero do Equador, no município de Macapá, *Campus* Binacional, em Oiapoque, *Campus* Mazagão, município de Mazagão e *Campus* Santana, município de Santana. Além desses, existe o *Campus* Laranjal do Jari, no sul do estado, sem atividades pedagógicas. O quantitativo atinge cerca de 11.013 (onze mil e treze) discentes distribuídos nos Cursos de Graduação, Pós- Graduação, Educação a Distância e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

O *Campus* Oiapoque localiza-se na parte mais setentrional do Estado do Amapá, limitando-se ao norte com a Guiana Francesa. A base econômica do município de Oiapoque está vinculada à pecuária, à mineração, ao setor madeireiro, à pesca, dentre outros. Sua população é de 27.270 habitantes (IBGE, 2019), com forte presença indígena. Informações gerais sobre os Cursos ofertados no referido *Campus* estão sumarizados no Quadro 2.

**Quadro 2 – Cursos do *Campus* Binacional de Oiapoque**

Cursos	Vagas Anuais	Turno	Conceito			Ano de Implantação
			CC	CPC	ENADE	
Intercultural Indígena – Lic.	30	Período Intervalar	4	2	2	2007
Ciências Biológicas – Lic.	50	Vespertino-Matutino	3	2	2	2014
Enfermagem	50	Vespertino	3	2	2	2014
Pedagogia – Lic.	50	Noturno-Vespertino	4	3	3	2014
Direito	50	Noturno	2	3	3	2014
Geografia – Lic.	50	Noturno-Vespertino	4	3	2	2014
História – Lic.	50	Vespertino	3	3	2	2014
Letras/Português/Francês	35	Noturno-Vespertino	3	*	*	2014

Fonte: PDI UNIFAP (2020-2026)

\*Curso não possui os indicadores (CPC, ENADE), pois não participa do ciclo avaliativo do ENADE.

O *Campus* Mazagão localiza-se na região metropolitana de Macapá, no município de mesmo nome do *Campus*. A economia desse município está baseada na agricultura, pesca, extrativismo e turismo religioso. A população é de 21.632 habitantes (IBGE, 2019). Os Cursos ofertados pela UNIFAP estão elencados no Quadro 3.

**Quadro 3 – Cursos do *Campus* de Mazagão**

Curso	Vagas Anuais	Turno	Conceito			Ano de Implantação
			CC	CPC	ENADE	
Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Biologia	50	Integral	3	*	*	2014

Fonte: PDI UNIFAP (2020-2026)

\*Curso não possui os indicadores (CPC, ENADE), pois não participa do ciclo avaliativo do ENADE.

O *Campus* Santana, também situado na região metropolitana de Macapá, localizado à margem esquerda do Rio Amazonas, ao sudeste do estado. Sua economia está concentrada em atividades de serviços portuários, criação de gado, suíno, desembarque pesqueiro, extração de madeira e o extrativismo do açaí. Existe também, o Distrito Industrial com atividades ainda incipientes. Sua população está na ordem de 121.364 habitantes (IBGE, 2019). Nesse *Campus* a UNIFAP oferta os Cursos elencados no Quadro 4.

**Quadro 4 – Cursos do *Campus* de Santana**

Cursos	Vagas Anuais	Turno	Conceito			Ano de Implantação
			CC	CPC	ENADE	
Pedagogia	50	Vespertino-Noturno	3	*	*	2015
Filosofia	50	Vespertino-Noturno	4	*	*	2015
Letras/Português	50	Vespertino-Noturno	4	*	*	2015

Fonte: PDI UNIFAP (2020-2026)

\* Cursos que não possuem indicadores (CPC e ENADE), pois ainda vão participar do ciclo avaliativo do SINAES/2020.

No campo da Educação à Distância (EaD/UAB), a UNIFAP atua com a oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada, bem como de Especialização. Essa modalidade de Educação Superior vem se expandindo no Estado do Amapá, fazendo-se presente em vários municípios,



tanto em nível de Graduação, quanto de Pós-Graduação *lato sensu*. Eles têm por objetivo a integração e o desenvolvimento dos municípios mais longínquos. A EaD/UAB está estruturada na forma de Departamento, vinculado à Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD) e em Polos de Apoio. A UNIFAP, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), possui Polos em parceria com as prefeituras dos municípios de Oiapoque, Santana, Vitória do Jari e Macapá. No Quadro 5 estão dispostos os Cursos de Graduação, na modalidade EaD.

**Quadro 5 – Cursos EaD**

Departamento	Curso	Turno	Vagas Integralizadas	Conceito			Ano de Implantação
				CC	CPC	ENADE	
Departamento de Educação a Distância-EaD	Matemática – Lic.	NSA	251/4 anos	4		2	2006
	Educação Física – Lic.	NSA	50/4 anos	3	2	1	2010
	Administração Pública – Bach.	NSA	151/4 anos	4		1	2013
	Letras/Português – Lic.	NSA	160	*	*	*	2018
	Letras/Inglês – Lic.	NSA	150	*	*	*	2018
	Sociologia	NSA	150	*	*	*	2018

Fonte: PDI UNIFAP (2020-2026)

\* Cursos novos da EaD não possuem conceitos (indicadores) pois ainda estão em processos de Reconhecimento.

Há ainda os Cursos que fazem parte da Política de Formação de Professores, do Ministério da Educação, pela Plataforma Paulo Freire/PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores:

**Quadro 6 – Cursos do PARFOR**

Curso	Vagas/Integralização	Turno	Conceito	Ano de implantação
Licenciatura em Artes Visuais	45 / 4 anos	Intervalar	-	2009
Licenciatura em Geografia	45 / 4 anos	Intervalar	-	2009
Licenciatura em História	45 / 4 anos	Intervalar	-	2009
Licenciatura em Letras Português/Francês	45 / 4 anos	Intervalar	3	2009
Licenciatura em Física	45 / 4 anos	Intervalar	3	2009
Licenciatura em Ciências Biológicas	45 / 4 anos	Intervalar	-	2009
Licenciatura em Pedagogia	45 / 4 anos	Intervalar	-	2009
Licenciatura em Matemática	45 / 4 anos	Intervalar	-	2009

Fonte: <http://www.unifap.br/public/> e <http://emec.mec.gov.br/>

A UNIFAP oferta também Cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu*, distribuídos em 11 (onze) Programas, sendo eles: Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical (PPGBIO), Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR), Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (PPGCF), Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT), Doutorado em Inovação Farmacêutica (PPGDIF), Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BIONORTE), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS), Programa de Pós-Graduação em Estudos de

Fronteira (PPGEF), Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA), Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, e Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Em nível de *Lato Sensu*, atualmente a oferta assim se apresentar:

**Quadro 7 – Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu***

Curso		Carga Horária	Duração	Vagas Ofertadas
Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva		5.910h	24 meses	19
Residência Médica	Pediatria	5.820h	24 meses	4
	Ginecologia e Obstetrícia	9.360h	36 meses	4
	Cirurgia Geral	6.000h	24 meses	6
	Clínica Médica	6.525h	24 meses	4
	Cirurgia do Trauma	3.060h	12 meses	2
	Ortopedia e Traumatologia	9.300h	36 meses	2
	Neonatologia		24 meses	2
	Anestesiologia		36 meses	3
Gênero e Diversidade na Escola		360h	18 meses	120
Produção de Material Didático		360h	18 meses	90
Matemática Prática no Ensino Médio (EAD)		405h	18 meses	30
Filosofia no Ensino Médio (EAD)		420h	18 meses	30
Mídias na Educação (EAD)		360h	18 meses	80
Defesa e Segurança no Amapá		360h	14 meses	40
Política Educacional		360h	12 meses	40
Meio Ambiente Petróleo e Gás		360h	12 meses	20
Docência Universitária		405h	12 meses	40

Fonte: <http://www.unifap.br/public/>

O Estado do Amapá apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) de 0,708, considerado alto, estando em 12º lugar no ranking entre os estados brasileiros. Contudo, quando se avalia individualmente os municípios amapaenses, somente Macapá e Serra do Navio mantêm-se na faixa considerada alta. Os demais 14 municípios apresentam IDHM médio ou baixo, com Itaubal tendo o menor índice (0,576-baixo) entre os 16 municípios. Amapá e Laranjal do Jarí possuem IDHM médio de 0,642 e 0,665, respectivamente (PNUD, 2010). O estado apresenta a maior taxa de mortalidade infantil do país com 23,2 mortes para cada mil nascidos vivos, segundo dados da Tábua de Mortalidade do Brasil. (IBGE, 2010b).

O Rendimento nominal mensal per capita do Amapá é de R\$ 857,00, apenas o 21º do Brasil (IBGE, 2010a). Entretanto, quando se considera todos os municípios e todas as atividades profissionais, a média é de 1,7 salários mínimos, abaixo da média nacional de 3,1 salários registrados em 2015. A economia do estado é basicamente alimentada pelo funcionalismo público, em contraste com a economia privada. É visível a tímida presença dos setores

industriais, tecnológicos e de produção primária, exceto o extrativismo. O próprio setor pesqueiro é limitado e pouco contribui com a economia local.

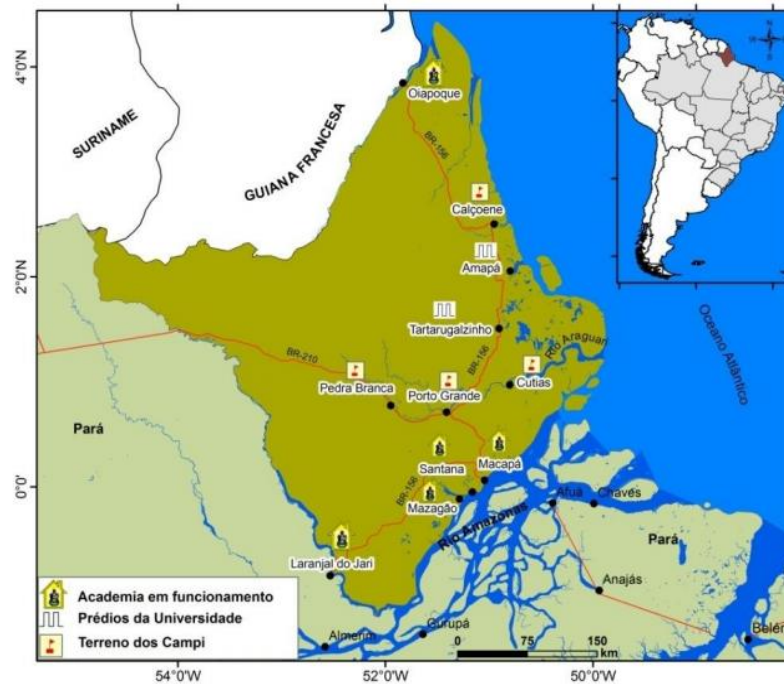
Esse cenário socioeconômico do estado dimensiona a própria responsabilidade da Universidade Federal do Amapá, a qual tem a expertise para desencadear meios de desenvolvimento econômico, criando oportunidades para a população através de qualificação tecnológica, científica e profissional. Apesar do cenário descrito anteriormente, a presença da Universidade Federal do Amapá, no interior do Estado, tem sido relevante diante de novos fenômenos socioeconômicos e a criação de novas políticas públicas educacionais e de desenvolvimento de grande alcance social pelo Governo Federal. Em 2019, com desdobramentos importantes no mercado de trabalho e inclusão de jovens em idade universitária (18 a 24 anos), detectou-se a urgência da inserção da UNIFAP em todo o estado para maximizar o desenvolvimento socioeconômico, e fortalecer os municípios amapaenses.

Deste modo, a diversidade de ações de gestão da universidade está voltada para a aproximação com os atores locais e regionais, visando a manutenção de espaços permanentes de diálogo, voltados para os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, implicando em mudanças estruturais integradas a um ciclo permanente de progresso do território, da comunidade e dos sujeitos que nele atuam.

A inserção da UNIFAP no interior do estado ocorreu a partir de 1997 com a Resolução n. 04, de 08 setembro de 1997/CONSU-UNIFAP, que institucionalizou o processo de interiorização da educação superior, e oportunizou o acesso aos cidadãos das comunidades, celebrando convênios com as prefeituras municipais.

Atualmente, a UNIFAP mantém o processo de interiorização com o orçamento da Matriz OCC (Orçamento de Custeio e Capital), e encontra-se efetivado em 3 (três) municípios: o *Campus* Oiapoque (denominado *Campus* Binacional), que atua com 8 (oito) Cursos; o *Campus* Santana, com 3 (três) Cursos de licenciatura; e o *Campus* Mazagão, que oferece o Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Biologia. Além desses 3 (três) campi, a Universidade possui estrutura física nos municípios de Amapá, Laranjal do Jarí e Tartarugalzinho. E, ainda, áreas nos municípios de Calçoene, Porto Grande e Cutias. A Figura 1 indica geograficamente a atuação e propriedades da universidade.

**Figura 1** - Indicação geográfica dos campi, terrenos e prédios da UNIFAP no Estado do Amapá.



Fonte: PDI UNIFAP (2020-2026).

Além de influir diretamente no Estado do Amapá, a UNIFAP contribui de forma expressiva em parte da Região Norte, especialmente na região do Baixo Amazonas e da Foz, nos municípios paraenses adjacentes ao Estado do AP, sendo eles: Almeirim, Monte Alegre, Gurupá, Prainha, Afuá, Anajás, Chaves e Breves. Esses municípios têm mais relações econômicas e sociais com o Amapá do que com a própria sede do Pará, fato que leva grande parte da população jovem a migrar para o Amapá com intenções de qualificação profissional, sendo admitidos em vários Cursos da UNIFAP. Assim, a UNIFAP cumpre seu papel político de inserção regional. Ressalta-se que, como forma de otimizar a inserção de populações da Região Norte no Ensino Superior, especialmente as populações tradicionais, a UNIFAP implantou Sistema de Bônus à nota do ENEM, correspondente ao acréscimo de 20% à nota alcançada originalmente na prova por amapaenses e paraenses residentes na Mesorregião do Marajó ou ainda no município de Almeirim.

Nesse sentido, a UNIFAP vem se consolidando como uma instituição comprometida com o desenvolvimento sustentável, ciente da sua responsabilidade social com o Estado do Amapá, sob o ponto de vista regional, e com o Brasil, em uma perspectiva mais ampla, procurando implementar projetos e ações que: consolidem de maneira qualitativa o ensino, a pesquisa e a extensão; expandam a infraestrutura acadêmico-administrativa e a abrangência de atuação no estado; modernizem seus processos internos; e otimizem recursos para colocar em prática, da maneira mais eficiente possível, seus objetivos e funções sociais.

## 2. JUSTIFICATIVA

O Curso de Relações Internacionais surgiu na Europa e Estados Unidos nos anos do entre guerras, com o estabelecimento das primeiras cadeiras de Relações Internacionais motivadas pela preocupação de melhor compreender a grande tragédia humana que havia sido a Primeira Guerra Mundial. No Brasil, a Universidade de Brasília (UNB) foi pioneira na institucionalização do estudo das Relações Internacionais ao criar o primeiro Curso de Bacharelado no país, em 1974, valendo-se da privilegiada posição geográfica da instituição, que permitia contar com acervos de bibliotecas públicas (Itamaraty, Congresso, embaixadas, etc.) e com a colaboração de diplomatas que, em alguns casos, mesmo não possuindo titulação acadêmica formal (mestrado ou doutorado) dominavam o conhecimento na área por dever de ofício.

Em geral, as propostas de criação de Cursos de Relações Internacionais não apenas desconhecem essa história, mas também desconhecem o fato de que Relações Internacionais constituem área distinta de estudo. Do mesmo modo que em outros domínios, o estudo das Relações Internacionais exige o conhecimento de conceitos desenvolvidos e utilizados em outras disciplinas como História, Política, Economia e Direito. Esse fato, contudo, não faz do estudo das Relações Internacionais uma “colcha de retalhos” de noções e práticas definidas como “internacionais” no âmbito de uma variada gama de áreas do conhecimento.

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais na UNIFAP foi aprovado por decisão do egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal do Amapá (CONSU/UNIFAP), em sessão ordinária realizada no dia 29 de setembro de 2010, sendo o ato oficializado pela Resolução n. 018/2010.

Os questionamentos a respeito da criação de um Curso Superior, em nível de Graduação, tendo por escopo a especialidade em Relações Internacionais, retroagem ao início da década de 2000, período em que se fortalece a cooperação transfronteiriça entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa. Muitos Cursos, tais como os ministrados no âmbito dos Departamentos de História, Geografia, Secretariado Executivo, Direito, Ciências Sociais e Ciências Ambientais, já haviam celebrado parcerias em pesquisa e intercâmbio com universidades do exterior e/ou recebiam apoio financeiro da CAPES para pesquisas cujas temáticas remetiam a temas como Migrações Internacionais, Direito Internacional Público, Tráfico de Entorpecentes e de Pessoas, bem como referentes ao Combate ao Crime Organizado Internacional e ainda a criação de parcerias de trabalho de cooperação internacional entre Estados nacionais.

Com base nesses trabalhos, resultaram esforços no sentido de continuar a fomentar a pesquisas daquelas temáticas, particularmente aquelas vinculadas à noção da cooperação transfronteiriça e de meio ambiente. Depois de vários convênios firmados entre o Estado brasileiro (nomeadamente o Estado do Amapá) e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa, tornou-se patente que as Relações Internacionais, ainda que de forma diletante ou não específica, sempre estiveram presentes na compleição acadêmica da Universidade Federal do Amapá como natural aptidão.

É nesta senda que a proposta de criação do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais orienta-se pela missão vocacional e institucional desta Universidade, seguindo igualmente a adequação legal insculpida no artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, isto é, a de *“formar e diplomar pessoas nas diferentes áreas de conhecimento, tornando-as aptas para a inserção em setores profissionais específicos e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira”*.

Assim, a UNIFAP tem superado o isolamento imposto a muitos jovens amapaenses desejosos de ingressar no mercado internacionalista em vertiginosa expansão, sobretudo quando se avalia a única proximidade física de um país sul-americano, o Brasil, a um Europeu, a França. O aludido isolamento não se verifica como caso do Estado do Amapá, mas como uma característica da própria região amazônica, carente, muitas vezes, de oportunidades de formação de profissionais qualificados.

A gênese de um Curso com foco internacionalista em solo amapaense servirá, portanto, para adequar os novos profissionais neste campo a padrões internacionais. Estarão eles, nestas condições, aptos a atender com seus conhecimentos às instituições, órgãos governamentais e não governamentais que lidam diretamente com temas relativos às questões fronteiriças, de meio ambiente, de migrações e segurança internacional, bem como traçar diretrizes de cooperação para a formulação da política externa brasileira nas áreas da cultura, educação, saúde, desenvolvimento urbano, trabalho, comércio, economia internacional, processos ecologicamente responsáveis de aproveitamento de energia e no repensar da (re) formação do direito internacional e da soberania dos países em constante processo de inserção e de integração internacional.

A proposta da regulamentação do Curso de Graduação em Relações Internacionais é uma necessidade institucional promovida pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). O Curso em questão é uma resposta à demanda socioeconômica nacional e também específica do Estado do Amapá por profissionais que sejam capazes de promover a investigação, a análise e a pesquisa

científica sobre temas relacionados à política internacional, ao processo de globalização, às competências dos Estados Nacionais e suas soberanias, bem como às questões das migrações, do terrorismo, do meio ambiente e dos impactos que tais fenômenos políticos acarretam a sociedade brasileira e amapaense.

A criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, assim como o estabelecimento de grandes projetos minerais no Estado do Amapá potencializou a necessidade de conhecimentos sobre mercado internacional, relações econômicas internacionais, cooperação e outros temas relevantes da área de relações internacionais.

A nova realidade que desenha-se nas Instituições de Ensino Superior do Brasil, demonstra haver uma necessidade de incluir em seus quadros institucionais o perfil de um profissional que compreenda questões de ordem global e sejam capazes de elaborar políticas institucionais adequadas às demandas de mercado, bem como as sociais e econômicas em diferentes níveis de governo, aos de interesse das empresas privadas, internacionais, bem como das agências de cooperação estrangeiras, organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais.

A capacitação desses profissionais como internacionalistas, para quem se forma em Bacharelado de Relações Internacionais, enfatiza o processo de uma construção político-acadêmico na área internacional, decifrando a realidade internacional, nacional e local, com especial atenção nas questões *sui generis* do Estado do Amapá, às suas questões ambientais, socioeconômicas, culturais e políticas, bem como ao tratamento e análise da política externa dispensada aos países limítrofes em áreas de fronteira amapaense, Guiana Francesa e Suriname, vislumbrando igualmente, os impactos positivos e negativos dessa realidade, suas consequências comerciais, políticas, ambientais e de segurança.

Nestas relações fronteiriças, o *leit motive* das políticas crescentes de cooperação dá-se nas áreas de transporte, comunicação, energia, comércio internacional, impelidos pelos fenômenos como o grande fluxo migratório regional, cujos impactos muitas vezes são de difíceis dimensionamentos tanto para a segurança humana quanto ambiental. Há ainda a necessidade do combate aos ilícitos internacionais como o do descaminho de metais preciosos, a prostituição, o tráfico de pessoas e de materiais psicotrópicos. Neste cenário, suprida a demanda pela formação de profissionais capacitados em questões tão peculiares e específicas, abandonando o caráter muitas vezes diletante que vinha caracterizando os estudos na área pela absoluta falta de especialista em Relações Internacionais.

Além de reconhecidas tais peculiaridades, o Amapá é detentor da margem do maior rio em volume hídrico do mundo a partir da Bacia Hidrográfica da Amazônia, detendo também

um dos biomas mais ricos da atualidade, o que faz emergir temas pertinentes da política internacional contemporânea, tais como o sequestro de carbono, a partir de tentativas como a Redução de Emissão por Área de Desmatamento e Degradação (REDD), do combate à biopirataria, isso apenas para tratar de alguns temas rotineiramente tratados no CRI.

Conexo a isso, ainda, se encontram as complexas interações dos temas e agendas sobre as mudanças climáticas, cujos impactos desconhecem “fronteiras”, devendo por isso ser observados os critérios de importância estratégica regional-internacional, principalmente quanto a sua biodiversidade e seus recursos naturais como a água, o solo e seus usos sustentáveis.

Do ponto de vista essencialmente *ambiental-normativo*, há o exemplo da água, um recurso natural que na atualidade vem oferecendo variados usos legítimos, estando aí incluída sua utilização para abastecimento doméstico, industrial, matéria prima, na agricultura/irrigação, na geração de energia, na locomoção humana e de transportes de longas distâncias, de portos (de grande profundidade na Amazônia) e hidrovias de longas distâncias.

Diante de tamanha capacidade natural e comercial, o Amapá deve revisitar seus tradicionais nichos de conhecimento e pesquisa, visando superar deficiências técnicas graves na área internacional.

O Curso de graduação em Relações Internacionais pode auxiliar no aprimoramento da defesa de interesses do Estado Brasileiro, influenciando de forma contundente nas tomadas de decisão de foros acadêmicos e políticos, locais, nacionais e internacionais, por intermédio da análise das implementações de políticas públicas que possam ter influência não apenas retórica na intrincada agenda internacional contemporânea, mas também, principalmente, se levarmos em consideração a posição transfronteiriça do Estado do Amapá, sua história e sua estratégia geopolítica.

Portanto, ao abrir o Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, a Universidade Federal do Amapá estará adentrando em um reduzido grupo de universidades de importância nacional, sendo a segunda instituição de toda a região a cumprir com a missão estratégica de pensar as Relações Internacionais do Brasil a partir de uma perspectiva amazônica e transfronteiriça com uma administração ultramarina europeia: a Guiana Francesa. Assim, a universidade pública e de qualidade que se pretende tornar a UNIFAP, pode prestar inestimável contribuição, posto que desempenhe a incumbência de refletir o desenvolvimento regional mediante a cooperação internacional, em um estágio mais avançado e especializado que só um Curso de RI pode proporcionar.



### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Relações Internacionais da UNIFAP, de Grau Bacharelado, é oferecido na modalidade presencial, no *Campus* Marco Zero do Equador, localizado na cidade de Macapá/AP, Rodovia Juscelino Kubitschek, S/N, km 2, Bairro Zerão, CEP: 68902-280. Sua criação se deu por meio da Resolução CONSU/UNIFAP n. 018, de 29 de setembro de 2010, e sua e a implantação ocorreu no 1º semestre/2011. O Curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC via Portaria SERES n. 64/2015, publicada no DOU em 30/01/2015. A renovação do Reconhecimento, por sua vez, foi estabelecida pela Portaria SERES n. 272/2017, publicada no DOU em 04/04/2017.

A oferta de vagas ocorre de forma anual. São 50 (cinquenta) vagas, para o turno vespertino, com regime de matrícula semestral. As formas de ingresso no Curso são via Processo Seletivo/UNIFAP, que considera a nota do ENEM; pelo SISU; ou ainda por Processo Seletivo a Matrícula Especial (Vestibulinho). Neste caso, a seleção se destina ao preenchimento de remanescentes, e considera três possibilidades: transferência interna, transferência externa ou, ingresso via Portador de Diploma, de com a legislação educacional supra e normas institucionais vigentes. Atualmente, o Curso possui 188 alunos, regularmente matriculados no 1º semestre letivo de 2022.

O itinerário formativo ora proposto para o Curso de Relações Internacionais perfaz uma carga horária de 3.300 horas, correspondente a 220 créditos. Ressalta-se que a matriz curricular foi projetada em plena observância às Diretrizes Curriculares Nacionais aplicadas ao Curso de Relações Internacionais – DCN-RI, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, por meio da Resolução CNE/CES n. 4, de outubro de 2017.

O atual Coordenador do Curso de Relações Internacionais é o Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Côrrea, Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista/UNESP (2006), possui aperfeiçoamento em Preparation for Development Volunteer Work - One World Volunteer Institute, OWVI, Noruega (2000) e em Strategy and International Security Course - National Defense University, NDU, Estados Unidos (2011), fez Especialização em Strategy and Defense Policy - National Defense University, NDU, Estados Unidos (2008), e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR (2009), e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR (2014).

Além de Coordenador, também atua como docente no Curso, no atendimento aos discentes e nas demandas administrativas e acadêmicas. Nesta segunda frente de trabalho, é auxiliado especificamente pelos docentes do Colegiado que compõem o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

A UNIFAP oferece uma Graduação em Relações Internacionais que proporciona uma consistente formação humanística, técnica, científica e analítica numa perspectiva amazônica e transfronteiriça, capaz de oportunizar ao aluno avaliar, de forma propositiva e qualificada, situações e problemas que envolvam a atuação profissional nas diversas áreas das relações internacionais.

### 3.1. Dados Gerais do Curso

- a) **Denominação:** Curso de Relações Internacionais
- b) **Forma de Ingresso:**  
Processo Seletivo/UNIFAP, por meio de nota do ENEM;  
Sistema de Seleção Unificada – SiSU/MEC;  
Processo Seletivo às Matrícula Especial/UNIFAP (Vestibulinho)
- c) **Número de vagas oferecidas:** 50 vagas (anuais)
- d) **Grau:** Bacharelado
- e) **Turno de Funcionamento:** Vespertino
- f) **Modalidade de Ensino:** Presencial
- g) **Regime de Matrícula:** Semestral
- h) **Título Acadêmico conferido:** Bacharel em Relações Internacionais
- i) **Período para integralização:** mínimo de 8 (oito) semestres = 4 (quatro) anos  
máximo de 14 (quatorze) semestres = 7 (sete) anos
- j) **Carga Horária Total:** 3.300 horas
- k) **Atos Legais do Curso:**  
Criação → Resolução CONSU/UNIFAP n. 18, de 29/09/2010;  
Reconhecimento → Port. SERES/MEC n. 64, de 28/01/2015 - DOU de 30/01/2015;  
Renovação de Reconhecimento → Port. SERES/MEC n. 272, de 03/04/2017 - DOU de 04/04/2017.

## 4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

### 4.1. Objetivos do Curso

- **Objetivos Gerais**

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais conduz os discentes a uma interação entre nações, empresas e as diferentes culturas humanas. Cada país e cada povo têm peculiaridades e considerando justamente essas diversidades é que o Curso procura fornecer elementos necessários para o profissional de Relações Internacionais entender os aspectos políticos, econômicos, históricos, sociais e culturais dos diversos atores internacionais, ou seja, se preocupa em propiciar um mosaico de diferentes modos de pensar em escala nacional e internacional.

Conhecendo ainda a localização estratégica do Estado do Amapá é essencial pensar a Amazônia como fenômeno internacional, considerando sua relevância estratégica, política, econômica, social e cultural, sem deixar de considerar os povos da floresta (populações tradicionais) como atores de importância reconhecida nesse processo de interação e relações internacionais.

Busca-se, também, enfatizar a sólida formação geral, na qual são contemplados os conhecimentos na área de História, Ciência Política, Direito, Economia, Ciências Sociais e, por outro, a formação específica, sensível às questões peculiares da Amazônia.

Portanto, o profissional de RI deve estar apto a analisar e responder aos fenômenos políticos, sociais, econômicos e culturais, a partir de categorias analíticas e explicativas próprias do campo de estudos das RI.

- **Objetivos Específicos**

Qualificar profissionais para prestar assessoria em Organismos Internacionais, Governos dos Estados brasileiros e da União, em prefeituras e em agências internacionais.

- Fornecer subsídios para a preparação de concursos como o de admissão à Carreira Diplomática, da ABIN, etc.
- Prestar consultoria para empresas públicas e privadas (nacionais ou multinacionais) que atuam no mercado (*Business Diplomacy*).
- Desenvolver projetos com agências de cooperação estrangeiras que atuam no Brasil.
- Aprofundar e formular conceitos acadêmicos sobre os temas das Relações Internacionais, seus paradigmas e a sua atuação política.
- Desenvolver a capacidade de negociação internacional, do raciocínio lógico das tomadas

de decisão da política internacional e das organizações humanas e sociais que representem impacto internacional, objetivando soluções criativas, de forma crítica e apurada e livre de conceitos pré-estabelecidos.

- f) Identificar, equacionar e solucionar riscos econômicos, sociais, culturais e políticos nas Relações Internacionais.
- g) Analisar Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos e seus impactos na população estrangeira, brasileira, amazônica e amapaense.
- h) Identificar os desafios das relações fronteiriças, sobretudo no contexto amazônico e amapaense.
- i) Posicionar a questão ambiental, consoante sua complexidade dentro do quadro das Relações Internacionais globais e regionais.

#### 4.2. Perfil Profissional do Egresso

Para a formação acadêmica completa o profissional de Relações Internacionais deverá estar apto a atuar em uma diversidade de cenários dentro das esferas pública e privada, articulando o global com o local (aqui entendido como o contexto amapaense e o amazônico). Tal profissional, sendo um internacionalista amazônida, deverá ser formado para compreender e respeitar valores dos direitos humanos, sustentabilidade do meio ambiente e diversidade étnico-racial, religiosa, de gênero, sexualidades, etc.

Como instrumento de formação cidadã o aluno será incentivado a demonstrar responsabilidade social com o conhecimento adquirido atuando na extensão.

As possibilidades de atuação profissional acontecerão mediante:

- a) O exercício das atividades requeridas pelo mercado de trabalho, nacional e internacional, propondo, planejando e implementando ações e estratégias organizacionais, no quadro de empresas públicas ou privadas e instituições governamentais;
- b) Atividades no âmbito bilateral e multilateral em agências de cooperação e fomento regionais e estrangeiras, organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais;
- c) Domínio de uma *expertise* de conhecimentos e ferramentas técnicas e teóricas para atuação na área acadêmica;
- d) Capacidade de análise crítica de processos e fenômenos internacionais nos planos político, econômico, estratégico, ambiental, cultural e social, ou da conjunção parcial ou total dos mesmos, e de seus impactos para interesses nacionais ou regionalmente definidos;

- e) Prestação de serviços de assessoria técnica a entidades públicas e privadas e organizações internacionais, no âmbito de políticas públicas, com interface internacional;
- f) Prestação de serviços no âmbito de projetos de consultoria e cooperação internacionais;
- g) Assessoramento na formulação de projetos e contratos para organismos internacionais e articulação e intermediação de negócios internacionais em geral;
- h) Assistência administrativa às missões nacionais no estrangeiro e às missões estrangeiras no Brasil;
- i) Formação de profissionais que possam atuar em assessorias de relações internacionais nas esferas municipal e estadual.

#### 4.2.1. Competências e Habilidades

As competências e habilidades desenvolvidas pelo Curso de Relações Internacionais relacionam-se ao perfil profissional do egresso, enfatizam a capacidade de pensamento crítico e estratégico, são capazes de desenvolver uma visão propositiva e analítica em um profissional com consciência e responsabilidade social, capacitado para planejar, propor, avaliar e coordenar estudos e projeções que busquem o desenvolvimento sustentável em âmbito regional, nacional e internacional, numa perspectiva abrangente de ação apto para formular políticas e tomar decisões.

Nesse sentido, e considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Relações Internacionais (Resolução CNE/CES n.º 04 de 4 de outubro de 2017), as competências e habilidades são:

- Competências e Habilidades Gerais
  - a) Capacidade de compreensão de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social, orientada por uma formação geral, humanística e ética.
  - b) Capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação tanto em âmbito local, regional, nacional quanto internacional.
  - c) Habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social e empatia).
- Competências e Habilidades Específicas
  - a) Capacidade de planejar, propor, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática;

- b) Capacidade de planejar e executar estrategicamente a internacionalização de organizações de diferentes tipos;
- c) Domínio na elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais;
- d) Utilização dos métodos quantitativos e qualitativos para análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional;
- e) Raciocínio lógico e expressão adequada de ideias complexas;
- f) Utilização adequada de teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais e seu uso na análise de situações concretas;
- g) Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais;
- h) Domínio da comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa;
- i) Capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa;
- j) Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional;
- k) Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
- l) Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional.

#### 4.3. Arquétipo Curricular

O arquétipo curricular traçado neste Projeto Pedagógico baseia-se em uma concepção multidisciplinar que visa, como abordado no perfil do egresso, e na avaliação das competências e habilidades do Curso, a formação de um profissional com capacidade de compreender e respeitar valores dos direitos humanos, sustentabilidade do meio ambiente e diversidade étnico-racial, religiosa, de gênero, sexualidade, como sujeito de sua ação, a partir de uma compreensão de seu meio social, político, cultural e econômico, de forma democrática e cidadã.

Neste sentido, o PPC em foco orienta-se por Diretrizes e Normas Educacionais definidas pelo Ministério da Educação – MEC, merecendo relevo os seguintes instrumentos normativos:

- Padrões de Qualidade dos Cursos de Relações Internacionais - PADRELI;
- Resolução n. 4, de 04/10/2017 – DCN para os Cursos de Graduação em Relações Internacionais;
- Normativas/INEP referentes ao ENADE: Portaria n. 133, de 24/06/2009 + Portaria n. 209, de 22/06/2012 + Portaria n. 242, de 10/06/2015 + Portaria n. 448, de 30/05/2018;

- DCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais: Resolução CNE/CP n. 01/2004;
- Política Nacional da Educação Ambiental: Lei n. 9.795/1999 + Decreto n. 4.281/2002;
- DCN para a Educação em Direitos Humanos: Resolução CNE/CP n. 01/2012.
- Resolução do CNE/CES n. 2, de 18/06/2007: Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de Graduação, Bacharelados, na modalidade presencial.

#### 4.3.1 Carga Horária e Eixos Formativos

Quanto ao Currículo previsto, as 3.300 horas totais, assim se dividem:

- a) 2.160 estão reservadas para disciplinas que abordam questões Gerais e Específicas de RI;
- b) 240h são para Disciplinas Optativas;
- c) 120h correspondem às Disciplinas Eletivas;
- d) 150h destinam-se ao Trabalho de Conclusão de Curso, envolvendo um ritual acadêmico que compreende as fases de orientação/elaboração/apresentação do TCC.
- e) 300h estão previstas para Atividades Complementares;
- f) 330h são para Atividades de Extensão, correspondendo a 10% da CH total do Curso.

A carga horária referida consta distribuída em 4 Eixos Formativos, sendo eles:

**1 Eixo de Formação Estruturante:** trata de Teorias das Relações Internacionais; Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa; Política Externa; História das Relações Internacionais; Economia Política Internacional; Ciência Política; Direito Internacional e Direitos Humanos; Instituições, Regimes e Organizações Internacionais.

**2 Eixo de Formação Interdisciplinar:** aborda conteúdo das Ciências Sociais; Economia; Direito; Filosofia; Sociologia; Antropologia; Geografia; Metodologia; Ética; bem como diretrizes legais que constituem o alicerce da formação geral, humanística e ética em RI.

**3 Eixo de Formação para a Atividade Profissional:** oportuniza ao discente aprofundar conhecimentos em áreas específicas e/ou ampliar sua formação acadêmica e profissional por meio de disciplinas optativas e eletivas;

**4 Eixo Complementar:** de caráter transversal, é composto por múltiplas atividades voltadas ao enriquecimento do perfil do formando. Seu objetivo é possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo práticas de estudo, atividades independentes, e até mesmo Estágio não obrigatório.

Não obstante a importância de todos os elementos integradores Eixos Formativos de RI, constitutivos do currículo proposto, merecem destaque três disciplinas:

Direito Internacional dos Direitos Humanos, por meio do qual busca-se o desenvolvimento de uma consciência e responsabilidade social, assentada nos princípios de dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, combate ao racismo, onde todos exercitem e aprendam, no exercício cotidiano dos direitos humanos, a formação para vida e para convivência que respeitem e promovam os direitos de todas as pessoas.

Relações Internacionais e Meio Ambiente, que traz uma abordagem articulada às questões ambientais locais, regionais e nacionais em relação aos aspectos sociais, ecológicos, culturais, econômicos, dentre outros, a partir da análise acerca das questões contemporâneas e dos desafios ambientais globais. Na referida disciplina são discutidos conceitos como sustentabilidade, interesse geral da humanidade, direito das gerações futuras, patrimônio natural comum, da segurança ambiental e responsabilidades comuns, porém diferenciadas

Mundialização e Cultura, que por sua vez discute questões sobre identidades étnico-raciais e religião, fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas, O estudo que a disciplina carrega perpassam pela temática da valorização da história, cultura e identidade dos afro-brasileiros, africanos e indígenas, ao tratar de combate ao racismo e as discriminações de forma transversal, objetivando a construção de uma sociedade justa, igual, equânime.

A seguir, apresenta-se o detalhamento do arquétipo curricular previsto neste PPC:



### Quadro 8 – Matriz Curricular do Curso de Relações Internacionais

1º PERÍODO DO CURSO			
DISCIPLINA	CH TOTAL	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITOS
Introdução às Relações Internacionais	60	4	-
Introdução ao Estudo do Direito	60	4	-
Introdução à Filosofia	60	4	-
Teoria Geral do Estado	60	4	-
Metodologia Científica	60	4	-
<b>Total do 1º Período</b>	<b>300</b>	<b>20</b>	-

2º PERÍODO DO CURSO			
DISCIPLINA	CH TOTAL	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITOS
História das Relações Internacionais I	60	4	-
Introdução à Economia e História do Pensamento Econômico	60	4	-
Ciência Política I	60	4	-
Introdução a Sociologia	60	4	-
Direito Internacional Público	60	4	-
<b>Total do 2º Período</b>	<b>300</b>	<b>20</b>	-

3º PERÍODO DO CURSO			
DISCIPLINA	CH TOTAL	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITOS
Teoria das Relações Internacionais I	60	4	-
História das Relações Internacionais II	60	4	-
Relações Econômicas Internacionais	60	4	-
Ciência Política II	60	4	-
Direito das Relações Internacionais	30	2	-
Métodos e Técnicas de Pesq. em Ciências Sociais	30	2	-
Atividade de Extensão I*	90	6	-
<b>Total do 3º Período</b>	<b>390</b>	<b>26</b>	-

\*Componente Curricular de Módulo Livre.

4º PERÍODO DO CURSO			
DISCIPLINA	CH TOTAL	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITOS
Teoria das Relações Internacionais II	60	4	-
Política Externa Brasileira I	60	4	-
Economia Política Internacional	60	4	-
Relações Internacionais e Meio Ambiente	60	4	-
Direito Internacional dos Direitos Humanos	60	4	-
Atividade de Extensão II*	60	4	-
<b>Total do 4º Período</b>	<b>360</b>	<b>24</b>	-

\*Componente Curricular de Módulo Livre.

5º PERÍODO DO CURSO			
DISCIPLINA	CH TOTAL	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITOS
Integração Regional	60	4	-
Política Externa Brasileira II	60	4	-
Economia Brasileira	60	4	-
Abordagens Interdisciplinares de Antropologia e Sociologia	60	4	-
Instituições, Regimes e Organizações Internacionais	60	4	-
Optativa I*	60	4	-
Atividade de Extensão III*	60	4	-
<b>Total do 5º Período</b>	<b>420</b>	<b>28</b>	-

\*Componente Curricular de Módulo Livre.

6º PERÍODO DO CURSO			
DISCIPLINA	CH TOTAL	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITOS
Segurança Internacional	60	4	-
Política Internacional	60	4	-
Cooperação Internacional	60	4	-
Pensamento Político Brasileiro	60	4	-
Relações Internacionais e Amazônia	60	4	-
Optativa II*	60	4	-
Eletiva I*	60	4	-
Atividade de Extensão IV*	60	4	-
<b>Total do 6º Período</b>	<b>480</b>	<b>32</b>	-

\*Componente Curricular de Módulo Livre.

7º PERÍODO DO CURSO			
DISCIPLINA	CH TOTAL	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITOS
Estudos Estratégicos e Defesa Nacional	60	4	-
Geografia política	60	4	-
Análise das Relações Internacionais	60	4	-
Elaboração e Gestão de Projetos Internacionais	30	2	-
Metodologia da Pesquisa em Relações Internacionais	30	2	-
Optativa III*	60	4	-
Atividade de Extensão V*	60	4	-
<b>Total do 7º Período</b>	<b>360</b>	<b>24</b>	-

\*Componente Curricular de Módulo Livre.

8º PERÍODO DO CURSO			
DISCIPLINA	CH TOTAL	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITOS
Tópicos Especiais em Relações Internacionais	60	4	-
Mundialização e Cultura	60	4	-
Trabalho de Conclusão de Curso*	150	10	Metod. da Pesq. em Rel. Internacionais
Optativa IV*	60	4	-
Eletiva II*	60	4	-
<b>Total do 8º Período</b>	<b>390</b>	<b>26</b>	-

\*Componente Curricular de Módulo Livre.

**⚠ Atenção 1:** A cada oferta de disciplina Optativa, Eletiva e de Atividade de Extensão, o aluno poderá cumprir CH igual, inferior ou superior a 60h, exigindo-se, para fins de integralização do Curso, que totalize no mínimo **240h de Optativas, 120h de Eletivas e 330h de Extensão.**

**⚠ Atenção 2:** Integram ainda este currículo as **Atividades Complementares = 300h / 20 crt.**  
+ o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante/ENADE.

▪ **Nota importante:**

**O Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante – ENADE**, de acordo com o § 5º, do Art. 5º, da Lei 10.861/2004, é componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação. Regulamentado pela Portaria INEP n. 107, de 22/06/2004 e Portaria MEC n. 2.051, de 09/07/2004, o ENADE tem como objetivo avaliar o rendimento dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas DCN dos Cursos de Graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, bem como o nível de atualização dos estudantes em relação à realidade brasileira e mundial.

O ENADE é realizado trienalmente/por Curso, sendo obrigatório a inscrição de todos os estudantes ingressantes e concluintes que cumpram os requisitos expressos nos concernentes Editais do Exame. O conceito obtido no ENADE integra a avaliação global do Curso e serve para avaliar a qualidade do ensino ofertado, além de ser compreendido como diagnóstico direcionador para o aperfeiçoamento dos métodos utilizados no processo ensino-aprendizagem.

#### 4.3.2 Disciplinas Optativas

Para completar sua formação, o discente deve cursar 240 horas, equivalente a 16 créditos, em Disciplinas Optativas. Estas são matérias ofertadas pelo Curso que visam garantir o desenvolvimento do potencial individual do estudante, aprofundando temas importantes e atuais das Relações Internacionais.

As Disciplinas Optativas, originárias tanto no Curso de RI quanto em outros Colegiados da UNIFAP, serão executadas dentro do chamado “Módulo Livre”, sendo de responsabilidade da Coordenação de RI ofertar, a cada semestre letivo, no mínimo duas Optativas, em período vespertino. Eventualmente, as Disciplinas Optativas poderão ser ofertadas no contraturno, para atender a demandas de alunos concluintes, mediante solicitação formal dos discentes à Coordenação do Curso. Recomenda-se aos alunos que iniciem o cumprimento da carga horária das Disciplinas Optativas, a partir da finalização do denominamos Ciclo de Formação Básica do Curso, isto é, a partir do 5º semestre.

Como forma de garantir a indissociabilidade entre Ensino e Pesquisa, parte das disciplinas previstas como Optativa contemplam temas relacionados às linhas de pesquisas desenvolvidas pelos docentes do Curso de RI, além de fazerem conexão com temas/conteúdos específicos exigidos no ENADE. Extrapolando os limites do Curso, os acadêmicos poderão cursar Disciplina Optativa em outros Colegiados, desde que pertençam a áreas de conhecimento afins à de RI, e não sejam disciplinas equivalentes às disciplinas obrigatórias. Em caso de realização de estudos em outros Cursos, os alunos deverão atender aos requisitos e procedimentos administrativos estabelecidos na Universidade para contagem dos créditos, conforme Resolução CONSU/UNIFAP n. 011/2010.

Destaca-se que não há um número máximo de disciplinas optativas a serem cursadas, pois se compreende que durante a Graduação o aluno deve buscar adquirir conhecimento abrangente da área a qual pretende se especializar e ter autonomia para construir sua trajetória formativa. Note-se que esse princípio pedagógico se coaduna com a política institucional de flexibilização curricular.

Para fins de maior detalhamento do currículo, ressalta-se que as Disciplinas Optativas previstas no PPC em foco deverão ser cumpridas tomando como referência o quadro a seguir:

### QUADRO 9 – ROL DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA	CH TOTAL
Abordagens Terceiro-Mundistas nas Ciências Sociais e nas Relações Internacionais: Pós-Colonialismo e Giro Decolonial	60
Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	60
Diplomacias Indígenas	30
Direito Internacional Humanitário	30
Direito Internacional dos Refugiados	30
Economia Alternativa	60
Economia da Amazônia e do Amapá	60
Epistemologia das Relações Internacionais	30
Geopolítica e Relações Internacionais do Oriente Médio	60
História da Guerra	60
História do Oriente Médio Contemporâneo	60
O Amapá nas Relações Internacionais	60
Políticas Territoriais e Desenvolvimento nas Guianas	60
Relações de Gênero, Sexualidades, Poder e Relações Internacionais	60
Relações Internacionais da Região das Guianas	60
Relações Internacionais da América Latina	60
Relações Internacionais do Oriente Médio	60
Religião e Sociedade na Amazônia	60
Técnicas de Negociação Internacional	30
Teorias Avançadas de Relações Internacionais	60
Tópicos de Cultura, Religião, Gênero, Identidade e Ciências Sociais I	30
Tópicos de Cultura, Religião, Gênero, Identidade e Ciências Sociais II	60
Tópicos de Direito e Relações Internacionais I	30
Tópicos de Direito e Relações Internacionais II	60
Tópicos de Economia, Desenvolvimento e Meio Ambiente I	30
Tópicos de Economia, Desenvolvimento e Meio Ambiente II	60
Tópicos de Estudos Estratégicos e Defesa Nacional I	30
Tópicos de Estudos Estratégicos e Defesa Nacional II	60
Tópicos de Globalização, Fronteira, Regionalização e o Contexto Amazônico I	30
Tópicos de Globalização, Fronteira, Regionalização e o Contexto Amazônico II	60
Tópicos de Idiomas e Linguagem I	30
Tópicos de Idiomas e Linguagem II	60
Tópicos de Instituições e Organizações Internacionais I	30
Tópicos de Instituições e Organizações Internacionais II	60
Tópicos de Política Internacional e de Política Externa I	30
Tópicos de Política Internacional e de Política Externa II	60
Tópicos de Segurança e Conflitos Internacionais I	30
Tópicos de Segurança e Conflitos Internacionais II	60
Tópicos de Teoria, História e Método em Relações Internacionais I	30
Tópicos de Teoria, História e Método em Relações Internacionais II	60

#### 4.3.3 Disciplinas Eletivas

Para fins de enriquecimento cultural, de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos que complementem a formação acadêmica e profissional em Relações Internacionais, o discente regularmente matriculado deverá cursar disciplinas eletivas, que são disciplinas ofertadas em outros Cursos de graduação da UNIFAP.

Com isso, o Curso propicia aos estudantes uma formação aberta e interdisciplinar por meio do contato com conteúdos basilares de campos de conhecimento correlatos ao campo dos estudos das Relações Internacionais, além de estar de acordo com a política de flexibilização do currículo da UNIFAP, possibilitando ao aluno oportunidades diversas de integralização e lhe dá autonomia na construção da trajetória de sua formação, tornando-os sujeitos independentes e mais proativos, além de que permite maior integração entre os Cursos da instituição e, ainda, otimiza os recursos humanos e estruturais.

Desta forma, o aluno tem a sua disposição um rol de disciplinas elencadas pelo colegiado do Curso de Relações Internacionais, das quais terá que cursar em módulo livre um total de 120 horas, o que equivale a 8 créditos, recomendamos o cumprimento desta carga horária a partir do sexto semestre do Curso. Isso reforça a possibilidade de atuação em diversas áreas profissionais, sem que seja perdida a especificidade do Curso de Relações Internacionais.

Além disso, o Curso contempla exigências legais em termos de oferecer de forma eletiva disciplinas que desenvolvem a temática das Relações Étnico-raciais, principalmente em uma localidade onde a questão indígena e quilombola se faz presente, e das políticas de educação ambiental, quando trata de ações e de políticas que objetivam a conscientização em relação aos temas ambientais, essencialmente em contexto amazônico.

Deste modo, a carga horária das disciplinas eletivas é computada para efeito de integralização curricular, sendo de responsabilidade do aluno realizar a matrícula neste componente curricular, e ainda a observância de compatibilidade de horários entre as disciplinas.

Ademais, considerando que o currículo dos Cursos da instituição estão em constante atualização, outras disciplinas não elencadas no rol de eletivas, ou ainda realizadas em outras instituições devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação, equivalentes ou não as disciplinas eletivas, nas quais o acadêmico tenha obtido aproveitamento, poderão ser submetidas para análise de crédito de disciplina, mediante cumprimentos dos procedimentos administrativos contidos na Resolução CONSU/UNIFAP n. 011 de 25 de junho de 2010.

No que diz respeito às Disciplinas Eletivas, o cenário se configura da seguinte maneira:

### QUADRO 10 – ROL DE DISCIPLINAS ELETIVAS

Ponto de Referência: vários Cursos da UNIFAP	
Nome da disciplina	Carga horária
Língua Portuguesa e Comunicação	60 horas
Ponto de Referência: Cursos de Licenciatura	
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60 horas
Ponto de Referência: Curso de Direito	
Nome da disciplina	Carga horária
Antropologia Jurídica	60 horas
Cidadania e Identidade Amazônica	60 horas
Direito Administrativo I	60 horas
Direito Administrativo II	60 horas
Direito Agrário	30 horas
Direito Ambiental I	60 horas
Direito Ambiental II	60 horas
Direito Constitucional I	60 horas
Direito Constitucional II	60 horas
Direito Econômico	60 horas
Direito Indígena	30 horas
Direito Internacional Privado	60 horas
Filosofia Jurídica	60 horas
Introdução ao Estudo do Direito II	60 horas
Sociologia Jurídica	60 horas
Ponto de Referência: Curso de História	
Nome da disciplina	Carga horária
Abordagens Historiográficas Interdisciplinares I: ênfase em Filosofia e Ciência Política	60 horas
Descolonizações na História Contemporânea nos séculos XIX e XX	60 horas
História da Amazônia I	60 horas
História da Amazônia II	60 horas
História do Amapá	60 horas
História das Américas I – Antiga e Colonial	60 horas
História das Américas II – Independente e Contemporânea	60 horas
Historiografia Brasileira	60 horas
História e Culturas Africanas	60 horas
História e Culturas Afro-brasileiras	60 horas
História e Culturas Indígenas	60 horas
História dos Estados Unidos da América	60 horas
História e Fronteiras	60 horas
História das Guianas, Caribe e Afro-américa	60 horas
História Moderna	60 horas
História, Memória e Oralidade	60 horas
História das Religiões	60 horas
História e Sexualidades	60 horas
História do Totalitarismo	60 horas
Identidade e Cidadania	60 horas
Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará	60 horas
Povos Indígenas, Território e Meio Ambiente	60 horas
Tópicos Especiais em Sociologia	60 horas

<b>Ponto de Referência: Curso de Sociologia e Curso de Ciências Sociais</b>	
<b>Nome da disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
Economia e Meio Ambiente	60 horas
Epistemologia das Ciências	60 horas
Estado, Políticas Públicas e Meio Ambiente	60 horas
Ética Geral e Profissional	60 horas
Etnologia da Amazônia	60 horas
Sociologia da Amazônia	60 horas
<b>Ponto de Referência: Curso de Tecnologia em Secretariado Executivo</b>	
<b>Nome da disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
Cidadania, Preconceito e Discriminação	30 horas
Economia e Mercado	60 horas
Empreendedorismo	30 horas
Estatística Aplicada	30 horas
Gestão em Educação Ambiental	30 horas
Gestão Empresarial	30 horas
Gestão e Planejamento público	30 horas
Informática Aplicada I	30 horas
Informática Aplicada II	30 horas
Língua Inglesa I	60 horas
Língua Inglesa II	60 horas
Língua Inglesa III	60 horas
Língua Francesa I	60 horas
Língua Francesa II	60 horas
Língua Portuguesa I	60 horas
Língua Portuguesa II	60 horas
Língua Portuguesa III	60 horas
Matemática Financeira	30 horas
Psicologia do Trabalho	30 horas
Redação Científica	60 horas
<b>Ponto de Referência: Curso de Jornalismo</b>	
<b>Nome da disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
Comunicação, Sociabilidade e Cotidiano	60 horas
<b>Ponto de Referência: Curso de Administração</b>	
<b>Nome da disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
Comércio Exterior	75 horas
Economia e Mercado	75 horas
Instituições de Direito Público e Privado	75 horas
<b>Ponto de Referência: Curso de Ciências Ambientais</b>	
<b>Nome da disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
Desenvolvimento Regional	60 horas
Desenvolvimento Sustentável	60 horas
Fundamentos do Direito Ambiental	60 horas
Planejamento Ambiental	60 horas
Política Ambiental	60 horas
Teoria do Desenvolvimento	60 horas
<b>Ponto de Referência: Curso de Geografia</b>	
<b>Nome da disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
Cartografia Básica	60 horas
Geografia da População	60 horas
Organização do Espaço Mundial e Brasileiro	60 horas
Planejamento Ambiental	60 horas
Teoria Regional e Regionalização	60 horas

<b>Ponto de Referência: Curso de Letras</b>	
<b>Nome da disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
Leitura e Produção de Texto I	75 horas
Leitura e Produção de Texto II	75 horas
Língua Latina I	60 horas
Língua Latina II	60 horas
Tópicos Avançados em Fonética da Língua Francesa	60 horas
Introdução à Língua Francesa	30 horas
Língua Francesa I	90 horas
Língua Francesa II	90 horas
Língua Francesa III	90 horas
Língua Francesa IV	90 horas
Língua Francesa V	90 horas
Língua Francesa VI	90 horas
Língua Francesa VII	90 horas
Introdução à Língua Inglesa	30 horas
Língua Inglesa I	90 horas
Língua Inglesa II	90 horas
Língua Inglesa III	90 horas
Língua Inglesa IV	90 horas
Língua Inglesa V	90 horas
Língua Inglesa VI	90 horas
Língua Inglesa VII	90 horas
<b>Ponto de Referência: Curso de Filosofia</b>	
<b>Nome da disciplina</b>	<b>Carga horária</b>
Antropologia Filosófica	60 horas
Ética	60 horas
Ética Aplicada	60 horas
Filosofia na América Latina	60 horas
Filosofia no Brasil I	60 horas
Filosofia no Brasil II	60 horas
Filosofia da Linguagem	60 horas
Lógica	60 horas
Ontologia	60 horas
Teoria do Conhecimento	60 horas
Tópicos Especiais em História da Filosofia Antiga	60 horas
Tópicos Especiais em História da Filosofia Contemporânea	60 horas
Tópicos Especiais em História da Filosofia Medieval	60 horas
Tópicos Especiais em História da Filosofia Moderna	60 horas

#### 4.3.4 Atividades Complementares

As Atividades Complementares (AC) correspondem a Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais de formação complementar, que objetivam oferecer ao acadêmico de Bacharelado em Relações Internacionais a oportunidade de contabilizar a carga horária para fins de aprimoramento profissional.

As AC, regida pela Resolução CONSU/UNIFAP n. 024/2008, que dispõe sobre as Diretrizes das Atividades Complementares no âmbito da UNIFAP, são entendidas como componente curricular obrigatório da matriz do Curso de Relações Internacionais, devendo o acadêmico integralizar, até o final da graduação, um total de 300 horas, que se materializam



por intermédio de estudos e atividades independentes, não compreendidas nas práticas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas, almejando os seguintes objetivos:

- Estimular práticas de estudos independentes, visando à progressiva autonomia intelectual do estudante;
- Sedimentar os saberes construídos pelos acadêmicos durante o Curso de Graduação;
- Viabilizar a relação integradora e transformadora do conhecimento produzido dentro e fora da Universidade;
- Articular Ensino, Pesquisa e Extensão com as demandas sociais e culturais da população;
- Socializar resultados de pesquisa produzidos no âmbito da Universidade ou a partir de parceria com entidades públicas e/ou privadas;
- Valorizar a cultura e o conhecimento, respeitando a diversidade sociocultural dos povos.

As Atividades Complementares estão compreendidas em sete grupos de atividades, especificadas da seguinte maneira:

1. **Atividades de ensino:** corresponde à frequência, com aproveitamento, às aulas de disciplinas afins à Relações Internacionais, ofertadas por instituições públicas ou privadas de ensino superior que não tenham sido computadas como obrigatórias no histórico dos alunos ou que ultrapassem a carga horária mínima de disciplinas obrigatórias e eletivas, bem como no efetivo exercício de monitoria, em disciplina ofertada na UNIFAP, e ainda na realização de prática profissional em Estágio Extracurricular ou Empresa Júnior, como complementação da formação acadêmico-profissional (**no máximo 120 horas**).
2. **Atividades de pesquisa:** viagens de campo, iniciação científica, além do conjunto de atividades desenvolvidas em projetos de pesquisa e grupos PET (Grupos de Educação Tutorial) existentes no Curso de Graduação em Relações Internacionais e/ou de suas áreas afins e Atividades desenvolvidas em projetos de Pós-Graduação da UNIFAP relacionada ao CRI (**no máximo 120 horas**).
3. **Participação em eventos:** de natureza artística, científica ou cultural; está representada pela presença do acadêmico em: Congressos, Semanas Acadêmicas, Seminários, Simpósios, Fóruns, Oficinas, intercâmbio cultural, salão de artes, exposições artísticas, vernissage, palestras, desde que comprovada a relação com o Curso de Bacharelado em Relações Internacionais (**no máximo 120 horas**).

4. **Produções diversas:** artigos publicados em revista científica indexada pela CAPES (30 horas), resumos expandidos (15 horas), relatório e/ou planos técnicos, produção de documentários (20 horas), *sites* na *internet* (20 horas), programas de rádio (20h) e podcasts (20h), todos relacionados às Relações Internacionais (**totalizando no máximo 120 horas**).
5. **Ações comunitárias:** são atividades que se referem ao acompanhamento técnico, ao estudo, à pesquisa e à assessoria técnica, que envolvam as Relações Internacionais e sejam realizadas junto à movimentos sociais, associações de bairros, comunidades locais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos produtores, assentados, migrantes, refugiados, etc. (**no máximo 120 horas**).
6. **Representação Estudantil:** atividades relativas ao exercício de cargo de representação estudantil em órgãos colegiados da UNIFAP ou como diretor do Centro Acadêmico que representa os estudantes do Curso de Relações Internacionais desta instituição (**no máximo 120 horas**).
7. **Cooperação internacional no âmbito universitário:** participação em programas da Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais da UNIFAP que envolvam cooperação internacional no âmbito universitário e que não estejam contempladas nos grupos anteriores, não sendo computadas como carga horária de Atividades Complementares mobilidade internacional feita pelo estudante (**no máximo 120h**).

A integralização das Atividades Complementares apresentadas pelos discentes devem obrigatoriamente compor pelo menos três dos grupos supracitados, além de observar os seguintes aspectos e critérios para validação da participação do estudante nas Atividades Complementares:

- I - Comprovação física (certificados, declarações etc.);
- II - Serem reconhecidos institucionalmente como compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III - A carga horária de Atividades Complementares não poderá ser substituída por outros componentes curriculares.

As Atividades Complementares poderão ser realizadas na própria UNIFAP, em instituições públicas de ensino superior parceiras, em organizações públicas e/ou privadas conveniadas, conforme planejamento e/ou acompanhamento da Coordenação de Curso.

Recomenda-se o desenvolvimento das Atividades Complementares a partir do 1º período do Curso e a validação das horas deverá ocorrer a partir do 5º semestre de estudos. Carga horária que já tenha sido computada como extensão não pode ser computada na carga horária de Atividades Complementares do discente.

A análise das Atividades Complementares dos discentes ficará a cargo de um docente do Curso de Relações Internacionais, para verificar se seguem o estabelecido neste Projeto Pedagógico de Curso.

#### 4.3.5 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCC) trata-se de requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela UNIFAP. É regido por norma própria e pela Resolução CONSU/UNIFAP n. 11/2008. Consiste em pesquisa orientada, na área de conhecimento e da formação do profissional de Relações Internacionais, podendo ser resultado de um desdobramento do trabalho de iniciação científica. Seu objetivo geral é propiciar aos alunos a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à revisão e à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica das Relações Internacionais.

O desenvolvimento do TCC no Curso de Relações Internacionais deverá ocorrer com arrimo nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Relações Internacionais e Trabalho de Conclusão de Curso. O Projeto de TCC deverá ser entregue como Trabalho de Conclusão da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Relações Internacionais. A oferta e orientação do TCC ocorrerão via sistema de Módulo Livre.

O Trabalho de Conclusão de Curso, em sua configuração técnico-acadêmica, deverá ser elaborado individualmente, e constar de um sólido e abalizado trabalho de pesquisa, de caráter teórico-prático, de revisão bibliográfica ou de desenvolvimento de técnicas e produtos, nas modalidades de **Monografia ou Artigo Científico**. Independentemente da modelagem em que se converta o TCC, a concernente produção acadêmica deverá, obrigatoriamente, pautar-se nas regras técnico-normativas previstas no Regulamento de TCC do Curso de RI.

De acordo com o disposto no Art. 3º da Resolução CONSU/UNIFAP n. 11/2008, o TCC deve oportunizar aos acadêmicos o desenvolvimento de habilidades e capacidades que envolvam:

*I Conhecimento teórico básico sobre o que é e como se organiza um projeto de pesquisa;*

*II Autonomia para idealização de projetos diversos considerando todas as suas etapas;*

*III Elaboração de vários tipos de textos relativos ao projeto (além do próprio texto do mesmo, também resenhas, artigos e monografias);*

*IV Participação em Núcleos ou Grupos de Pesquisa, sob a responsabilidade de professor-orientador;*

*V Avaliação de todo o percurso do processo, tanto coletiva como individualmente, seja em reuniões destinadas a esse fim, seja por meio da realização de relatórios dirigidos ao Colegiado de Graduação, a órgãos de fomento à pesquisa, dentre outros;*

*VI Apresentação/exposição, à comunidade, dos resultados parciais ou finais da pesquisa em fóruns de debates local, regional, nacional ou internacional.*

Quanto à escolha do Orientador e dos membros da Banca Examinadora, deverá ser feita de acordo com a linha de pesquisa dos docentes envolvidos no processo e a temática de estudo do discente. O TCC poderá ser orientado por professores do colegiado de RI ou ainda professores de outros colegiados. Docentes externos à UNIFAP poderão ser orientadores, desde que haja anuência do Colegiado do Curso. Em qualquer um dos casos ora previstos, é obrigatória a participação de pelo menos um professor do Colegiado/RI na Banca Examinadora.

O TCC deverá ser apresentado pelo aluno perante Banca Examinadora composta pelo Professor-Orientador, que a preside a sessão e por outros dois membros relacionados à linha de pesquisa. As sessões de apresentação de TCC são públicas. Além das regras mencionadas, os Trabalhos de Conclusão de Curso devem obedecer às normas da Universidade e normas complementares do Curso de RI.

Para fins de visualização plena do currículo proposto neste PPC, considerando o conjunto dos componentes que o integram, a carga horária particularizada e seus concernentes créditos, apresenta-se a seguir o Fluxograma do Curso de Relações Internacionais:

## 4.3.6 Fluxograma do Curso de Relações Internacionais

COMPONENTES CURRICULARES →	GERAIS E ESPECÍFICAS	OPTATIVOS	ELETIVOS	TCC	AC	EXTENSÃO	TOTAL
CARGA HORÁRIA →	2.160	240	120	150	300	330	<b>3.300</b>
CRÉDITOS →	144	16	8	10	20	22	<b>220</b>

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	
Introdução às RI 4/60	História das RI I 4/60	Teoria das RI I 4/60	Teoria das RI II 4/60	Integração Regional 4/60	Segurança Internacional 4/60	Estudos Estratégicos e Defesa Nacional 4/60	Tópicos Especiais em RI 4/60	
Introdução ao Estudo do Direito 4/60	Introdução à Economia e HPE 4/60	História das RI II 4/60	Política Externa Brasileira I 4/60	Política Externa Brasileira II 4/60	Política Internacional 4/60	Geografia Política 4/60	Mundialização e Cultura 4/60	
Introdução à Filosofia 4/60	Ciência Política I 4/60	Relações Econômicas Internacionais 4/60	Economia Política Internacional 4/60	Economia Brasileira 4/60	Cooperação Internacional 4/60	Análise das Relações Internacionais 4/60	Optativa IV 4/60	
Teoria Geral do Estado 4/60	Introdução à Sociologia 4/60	Ciência Política II 4/60	RI e Meio Ambiente 4/60	Abordagens Interdisciplinares de Antropologia e Sociologia 4/60	Pensamento Político Brasileiro 4/60	Elaboração e Gestão de Projetos Internacionais 2/30	Eletiva II 4/60	
Metodologia Científica 4/60	Direito Internacional Público 4/60	Direito das Relações Internacionais 2/30	Direito Internacional dos Direitos Humanos 4/60	Instituições, Regimes e Organizações Internacionais 4/60	RI e Amazônia 4/60	Metodologia da Pesquisa em RI 2/30	TCC 10/150	
		Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais 2/30		Optativa I 4/60	Optativa II 4/60	Optativa III 4/60		
					Eletiva I 4/60			
		Atividade de Extensão I 6/90	Atividade de Extensão II 4/60	Atividade de Extensão III 4/60	Atividade de Extensão IV 4/60	Atividade de Extensão V 4/60		
<b>CRT/CH</b>	<b>20/300</b>	<b>20/300</b>	<b>26/390</b>	<b>24/360</b>	<b>28/420</b>	<b>32/480</b>	<b>24/360</b>	<b>26/390</b>

\* Integram ainda este currículo: **Atividades Complementares**, correspondentes a **300 horas / 20 créditos + Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/ ENADE**.

\*\* A cada oferta de Optativa, Eletiva e Atividade de Extensão, o aluno poderá cumprir CH igual, inferior ou superior a 60h, exigindo-se, para integralização do Curso, que totalize no mínimo **240h de Optativas, 120h de Eletivas e 330h de Extensão**.

\*\*\* Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares e Atividades de Extensão configuram-se como componentes curriculares de **Módulo Livre**.

#### 4.4 Metodologia de Ensino

O processo de ensino-aprendizagem deve constituir-se na perspectiva da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, de modo a garantir ao bacharel as competências e habilidades, técnicas e críticas, para o exercício profissional na área de Relações Internacionais.

Em linhas gerais, o que rege essa proposta curricular é uma compreensão do processo de ensino-aprendizagem como exercício crítico e democrático sobre o saber-fazer do profissional habilitado na interface dos diversos saberes que compõem as Ciências Humanas, onde estudantes e professores construam uma relação de cooperação e respeito mútuo, objetivando a formação de graduados competentes e cidadãos.

Nesse espírito, o processo de ensino-aprendizagem será conduzido sob os auspícios do debate teórico-metodológico das Relações Internacionais, pela natureza da sua interdisciplinaridade, em diálogo com a Antropologia, Sociologia, Filosofia, Direito, História, Economia e Ciência Política, de modo a orientar professores e bacharelados para o necessário debate acerca dos princípios, conceitos e categorias que possibilitaram a construção dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Com isso, o que se quer é formar um profissional com ampla bagagem teórico-metodológica e prática na resolução dos problemas do seu ofício de internacionalista. Outrossim, é fundamental o emprego de novas metodologias de ensino, capazes de incorporar as novas tecnologias midiáticas, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, cativante e interativo.

Nesse processo compete ao professor conduzir o bacharelado no aprendizado ativo-reflexivo sobre as ferramentas teórico-conceituais e técnicas necessárias ao ofício do bacharel em Relações Internacionais, ensinando-lhe sobre como levantar problemas e analisar o cenário local e internacional como reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula, temas sociais, políticos, econômicos e culturais em problemáticas de pesquisa em Relações Internacionais e de prática profissional.

No processo de ensino-aprendizagem aqui proposto o estudante assume um papel ativo e decisivo em sua formação, sendo estimulado, desde o início, a constituir-se como um intérprete crítico e autônomo da área de Relações Internacionais e do saber que sobre ela e a partir dela se produz.

Sendo assim, a escolha do método de ensino deve coincidir com a concepção de uma educação emancipadora, por parte dos atores do processo ensino-aprendizagem, que privilegie a construção de uma consciência humana para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Deste modo, a prática pedagógica não consiste apenas na sala de aula e nem está

restrita às atividades de trabalho pedagógico isolado, mas se expande para a atuação junto à comunidade, relacionando teoria e prática, partindo do concreto vivido e não somente do abstrato.

Destarte, a interdisciplinaridade é um recurso de comunicação entre as várias disciplinas para facilitação da aprendizagem, entendimento amplo da ciência e preparação do aluno para enfrentar o mundo globalizado, igualmente a multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, ou seja, como perspectiva holística do conhecimento, entendendo que o processo ensino-aprendizagem não é estanque, tão pouco fragmentado, constituindo-se de temas cuja discussão interliga os diversos saberes dentro do processo de construção do saber-fazer. Portanto, a interdisciplinaridade é contemplada através dos métodos de ensino; das Atividades de Extensão e dos projetos de pesquisa.

As aulas serão desenvolvidas de forma expositiva dialogada caracterizada pela exposição de conteúdos com a participação ativa dos estudantes, considerando o conhecimento prévio dos mesmos, sendo o professor o mediador para que os alunos questionem, interpretem e discutam o objeto de estudo. O docente precisa contextualizar o tema de modo que mobilize as estruturas mentais do acadêmico para que este articule informações que já traz consigo com as que serão apresentadas. O ponto forte desta estratégia é o diálogo entre docentes e discentes, com o desenvolvimento de relações interpessoais sadias, onde há espaço para questionamentos, críticas, discussões e reflexões, onde o conhecimento possa ser sintetizado por todos.

Ainda, considerando as peculiaridades do Curso de Relações Internacionais, outra metodologia a ser utilizada neste colegiado é o Trabalho de Campo. Sendo assim, trabalhos de campo promovidos por docentes do Curso de RI, no Brasil ou no exterior, valorizando as ações propostas para a Amazônia e a organização do trabalho integrado (entre várias disciplinas do Curso a ser estabelecida a cada semestre), possibilita que o discente compreenda na prática, as ações do Estado e de outros atores que interagem na conformação das Relações Internacionais. Reconhecer e entender como a posição do Amapá é estratégica em termos de Relações Internacionais por sua posição fronteiriça é outro fator relevante que se fortalece com a atividade prática *in loco*.

Nesta mesma perspectiva, a atividade de visita técnica é um excelente instrumento para conciliação das aulas teóricas com a aproximação da prática e do mercado profissional, estabelecendo um provável suporte para a iniciação científica, através da observação, bem como servindo de motivação para o estudante e professor durante o processo de ensino-aprendizagem.

Ressalta-se que a prática pedagógica do Curso de Relações Internacionais busca um constante diálogo com as técnicas disponíveis e plausíveis de melhora do processo de ensino-

aprendizagem. Os recursos tecnológicos permitem que os processos didáticos assumam elementos exteriores à sala de aula física e presencial. A experiência da pandemia/COVID-19 trouxe a necessidade momentânea da utilização dos recursos remotos nas atividades do Curso e diversos meios virtuais foram incorporados aos procedimentos didáticos do Curso de Relações Internacionais. Entretanto, uma vez a normalidade estabelecida diante da pandemia, o Curso de Relações Internacionais irá adotar qualquer forma virtual como técnica de ensino sem descaracterizar o ensino presencial que foi estabelecida na sua criação.

Neste sentido, as múltiplas formas de uso de ferramentas digitais, em especial as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, serão utilizados com a intenção de facilitar a comunicação entre docentes e discentes, além de potencializar o processo de ensino-aprendizagem integrando o futuro profissional internacionalista aos novos conhecimentos exigidos pela atualidade.

Existem muitos materiais eletrônicos disponíveis para diversas funções: administrativa, publicitária, educacional, esportiva, para uso pessoal ou corporativo. No campo educacional, há algum tempo vem sendo inserido o uso de tecnologia para melhorar o processo pedagógico, como foi o caso de vídeos, documentários, livros digitais, *notebook*, *datashow*. Atualmente, existem muitos aparelhos, *softwares* e *sites* que, quando bem utilizados, completam a pedagogia do ensino-aprendizagem.

Registre-se, ainda, que em consequência da pandemia do Covid-19, houve a necessidade de adaptação rápida aos aplicativos tecnológicos para amplificar as formas de comunicação e ensino-aprendizagem, acompanhando as evoluções e aplicá-las no cotidiano de tecnologias, principalmente porque a utilização adequada facilita muito o trabalho do professor e desperta o interesse dos alunos.

Para reduzir o esforço desta busca, a SAFETEC (<https://www.safetec.com.br/>) elaborou um compêndio de ferramentas digitais para professores, que auxiliarão nas atividades pedagógicas dentro e fora da sala de aula. No Curso de Relações Internacionais, destacamos as seguintes:

- **MENTIMETER:** [www.mentimeter.com](http://www.mentimeter.com)

O *Mentimeter* é um recurso digital para criação interativa de enquetes, perguntas, coleta de palavras, nuvens de ideias, gráficos, entre outros. O maior benefício do Mentimeter é poder criar interações para grandes grupos de alunos e tornar os resultados visíveis para todos.

Principais usos:

- a) Interação com alunos e públicos grandes.
- b) Criação de enquetes com resultados em tempo real.



- c) Criação de nuvens de palavras com incidências de escolhas.
- d) Funciona por código de acesso às perguntas, do tipo kahoot ou quizizz.
- e) Faz a análise dos dados obtidos.
- f) Promove o engajamento de alunos e públicos.

- **LYRICSTRAINING**

Já pensou em aprender inglês com música? O aplicativo *Lyrics Training* permite aprender inglês, e mais 12 idiomas, ao assistir aos vídeos das suas músicas favoritas. O método de aprendizagem se baseia em completar os espaços com as palavras das letras das canções. Desta forma é possível praticar o léxico e pronúncia do idioma. Com o *Lyrics Training* você põe em prática um idioma através de suas músicas favoritas. O sistema também conta com modo Karaokê.

Principais usos:

- a) Realizar exercícios de preenchimento de lacunas de letras de músicas em quatro níveis diferentes.
- b) Competir com outros usuários no mundo e ver quem consegue a pontuação melhor.
- c) Realizar competições entre grupos de alunos em sala de aula.

- **QUIZIZZ: [www.quizizz.com](http://www.quizizz.com)**

O *Quizizz* é uma ferramenta de elaboração de questionários que podem ser usados para fazer avaliação na forma de escolha múltipla ou verdadeiro/falso, mas que também pode ser usada para receber feedback das aprendizagens dos alunos, em tempo real, em sala de aula ou como trabalho de casa. Os alunos utilizam o seu dispositivo móvel para acessar as perguntas e respondê-las, sendo de imediato informado se acertou ou não nas respostas. O professor precisa abrir uma conta no *Quizizz*.

Principais usos

- a) Perguntas e respostas sobre diferentes temas.
- b) Encontrar *quizzes* surpreendentes feitas por outros professores, ou criar seus próprios *quizzes*.
- c) Avaliação das atividades pelos alunos.

- **GOOGLE SALA DE AULA: [classroom.google.com](https://classroom.google.com)**

O *Google Sala de Aula* é um ambiente virtual de aprendizagem que torna o ensino mais produtivo e significativo simplificando o processo das tarefas, melhorando a colaboração e

promovendo a comunicação. Os professores podem criar turmas, distribuir tarefas, enviar feedback e ver tudo em um único lugar. O *Google Sala de Aula* também se integra perfeitamente a outras ferramentas do *Google*, como o *Documentos Google* e o *Google Drive*.

#### Principais usos

- a) Dê melhores *feedbacks* e com mais rapidez, usando a central de comentários.
- b) Atribua e avalie atividades com segurança, reutilize esse material ou colabore.
- c) Poste, comente e facilite as discussões na sala de aula.
- d) Mantenha os materiais e recursos organizados na página "Atividades".
- e) Gerencie e veja os responsáveis, alunos e professores auxiliares na página "Pessoas".
- f) Elimine as distrações aplicando os testes no modo bloqueado.

- **PLAYPOSIT**: [www.playposit.com](http://www.playposit.com)

*Playposit* é uma ferramenta que permite aos usuários adicionarem perguntas ao longo do vídeo. Os professores podem elaborar questões, imagens e textos nos vídeos. Ideal para ser usado em sala de aula invertida e ensino híbrido. Depois de escolhido os vídeos, cola-se o URL e abre-se a ferramenta de edição onde pode-se fazer cortes nos vídeos e adicionar perguntas em pontos determinados pelo professor, para que apareçam no momento escolhido. As perguntas são de múltipla escolha, resposta livre e reflexão. O professor pode inclusive incluir informações e dicas para seus alunos.

#### Principais usos

- a) Praticar a compreensão oral.
- b) Incorporar questões, imagens e textos aos vídeos.
- c) Avaliar o uso de estratégias de compreensão oral.

- **GOOGLE APRESENTAÇÕES**: [slides.google.com](http://slides.google.com)

O *Google Apresentações* é reCurso muito utilizado, na rotina acadêmica, como no mundo dos negócios, já que facilita a transmissão de informações e ajuda a atrair visualmente o público. Deste modo, você pode apresentar conteúdos de ensino de uma forma mais dinâmica, organizada e criativa. Com esta finalidade, uma das ferramentas mais práticas e funcionais disponíveis na internet é o *Google Apresentações*, também conhecido como *Google Slides*.

#### Principais usos

- a) Acessar, criar e editar suas apresentações no seu *smartphone*, *tablet* ou computador em qualquer lugar.
- b) Inserir imagens e vídeos.

- c) Adicionar notas do orador.
- d) Promover o trabalho colaborativo.

- **PODOMATIC:** [www.podomatic.com](http://www.podomatic.com)

*Podomatic* é uma ferramenta que permite a criação e compartilhamento de *podcasts* — arquivos de multimídia criados pelos próprios usuários para transmissão de informações. O acesso requer *login*. Os alunos poderão, inclusive, baixar o conteúdo em um arquivo MP3. Então, o seu programa poderá ser levado para qualquer lugar. Conheça o serviço gratuito do *Podomatic* e aproveite as ferramentas de edição disponíveis.

Principais usos

- a) Gravar e divulgar os arquivos em áudio no mesmo lugar.
- b) Compartilhar o podcast em várias redes sociais.
- c) É a oportunidade ideal para criar uma rádio virtual ou um programa interessante. Quem sabe um debate com foco em um tema discutido em sala de aula.

- **HELLOTALK:** [www.hellotalk.com](http://www.hellotalk.com)

O *Hellotalk* é um aplicativo que conecta você com falantes nativos para conversar gratuitamente. Converse com as pessoas através de texto, gravações de voz, ligações em áudio ou vídeo e até mesmo desenhos! É uma rede social para diálogo com falantes de outras línguas. O aplicativo é gratuito e está disponível para Android e iOS. Requer login.

Principais usos

- a) Criar grupos de conversa com falantes nativos de inglês.
- b) Conversar com pessoas de várias partes do mundo através de texto, desenhos, gravações de voz e ligações em áudio ou vídeo.
- c) Utilizar ferramentas para tradução, pronúncia, transliteração e correção para que as conversas fluam naturalmente.
- d) Criar postagens públicas para toda a comunidade fazendo perguntas e compartilhando atualizações.

- **PLICKERSERS:** [www.plickers.com](http://www.plickers.com)

O *Plickers* possibilita ao professor realizar atividades avaliativas e obter os resultados em tempo real. Para isso, o professor cria as perguntas objetivas no site do *Plickers*, cadastra um cartão para cada estudante (podendo obter até 63 cartões), realiza a distribuição dos cartões em aula, lança a questão aos estudantes, “lê” as respostas dadas por cada um em seus cartões

por meio do aplicativo do smartphone e obtém os resultados em tempo real na tela do seu celular e/ou na projeção. Esses dados também ficam registrados no site, em forma de relatório.

#### Principais usos

- a) Cria as perguntas objetivas.
- b) Cadastra um cartão para cada estudante.
- c) Promove a integração do momento à prática de instrução por pares.

- **CONQR:** [www.gocongr.com/pt-BR](http://www.gocongr.com/pt-BR)

A *GoCongr* é uma plataforma de recursos educacionais que visa auxiliar o professor na elaboração e compartilhamento de conteúdo, bem como no estudo por meio de recursos de aprendizagem, como notas, mapas mentais, *quizzes*, *flashcards* etc.

#### Principais usos

- a) Criar mapas mentais
- b) Criar *flashcards* temáticos de vocabulários.
- c) Promover o trabalho colaborativo.

- **YOUTUBE:** [www.youtube.com](http://www.youtube.com)

O *Youtube* é uma plataforma poderosa de entretenimento e está em constante ascensão no mundo da educação. De acordo com dados do *YouTube* Global, desde 2016, a categoria educacional registra 500 milhões de visualizações todos os dias. Esse número reforça bem a influência massiva que o site tem junto a estudantes que desejam estudar por conta própria, seja para o vestibular, um conCurso ou como apoio para as aulas. A missão do *Youtube* é dar a todos uma voz e revelar o mundo.

#### Principais usos

- a) Configurações de privacidade e de segurança.
- b) Direito à informação e à oportunidade.
- c) Liberdade de expressão.
- d) Ser consumidor e produtor do conhecimento.
- e) Colocar o aluno no centro da aprendizagem com atividades complementares: miniaulas, demonstrações, resumo de matérias, análise de livros técnicos ou de literatura.

O docente, obrigatoriamente, deverá descrever no Plano de Ensino da disciplina qual das metodologias de ensino e as ferramentas a serem utilizadas em suas aulas, bem como a carga horária disponibilizada para cada atividade.

## 4.5 Prática Profissional

A prática profissional é um procedimento didático-pedagógico que contextualiza os saberes apreendidos relacionando teoria e prática, viabilizando ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico-cultural e de relacionamentos interpessoais. Promove a aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se em atividades reflexivas para uma intervenção prática em situações de vida e trabalho, com vistas a fomentar uma ponte entre a formação teórica obtida ao longo do Curso com a experiência profissional na área de Relações Internacionais.

A prática se configura não somente como situações ou momentos distintos do Curso, mas como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado, sendo o aluno motivado ao desenvolvimento, ao longo do Curso, de atividades de Estágio e correlatas, como a participação na Empresa Júnior/TMC International. Como forma de incentivo ao exercício da prática profissional, o aluno poderá contabilizar até 120 horas dessas atividades no componente curricular designado como Atividades Complementares.

Ainda, como parte da prática profissional a disciplina de Elaboração e Gestão de Projetos Internacionais visa preparar o discente para identificar as metodologias e fases da elaboração e do gerenciamento de projetos, abrangendo a finalidade do projeto, planejamento, custos, recursos humanos e financeiros, utilizando conceitos e ferramentas.

Além disso, estimula-se, sempre que possível, que o corpo docente adote atividades práticas (ainda que sejam de prática simulada) nos demais conteúdos curriculares do Curso. Alguns exemplos de conteúdos curriculares que identificamos como sendo possíveis a adoção de atividades práticas são: Direito Internacional Público; Direito das Relações Internacionais; Direito Internacional dos Direitos Humanos; Relações Econômicas Internacionais; Economia Brasileira; Relações Internacionais e Meio Ambiente; Integração Regional; Segurança Internacional; Cooperação Internacional; Instituições, Regimes e Organizações Internacionais.

### 4.5.1 Estágio Não Obrigatório

O Estágio constitui um momento de aquisição e aprimoramento de conhecimentos e de habilidades essenciais ao exercício profissional, que tem como função integrar teoria e prática, bem como objetiva o desenvolvimento do discente para a vida cidadã e para o trabalho.

A prática de Estágio é regulamentada, em âmbito federal, pela Lei n. 11.788, de 25/09/2008 e complementada, no âmbito específico da instituição, pela Resolução CONSU/UNIFAP n. 02/2010. A mencionada Resolução, assim estabelece:

*Art. 1º Estágio é um modo especial de capacitação em serviço, caracterizado por conjunto de atividades de prática pré-profissional, exercidas pelo acadêmico em ambiente real de trabalho, sob supervisão, e que possibilita a apreensão de informações sobre o mercado de trabalho, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicas à formação profissional, e ainda, aperfeiçoamento cultural e de relacionamento humano.*

*§ 1º O Estágio poderá ser desenvolvido em instituições privadas e/ou em órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; bem como em escritórios de profissionais liberais, portadores de diploma de nível superior, e que estejam devidamente registrados em seus respectivos Conselhos.*

*§ 2º A natureza prática do Estágio não pode ser confundida com a dimensão prática das demais disciplinas integrantes do currículo.*

Ainda considerando a Resolução em epígrafe, no que concerne aos objetivos do Estágio, assim está previsto nos incisos integrantes do Art. 2º:

*I Estabelecer conexões reais entre a formação acadêmica e o mundo profissional;*

*II Associar os conhecimentos adquiridos durante o Curso de Graduação às habilidades que o profissional precisa desenvolver para “saber-fazer” frente às exigências da sociedade e das organizações;*

*III Propiciar aos acadêmicos espaços e experiências profissionais, para o desenvolvimento de competências voltadas à solução de problemas;*

*IV Complementar o processo ensino-aprendizagem promovido pelo Curso de Graduação, mediante o fortalecimento das potencialidades do aluno e de seu aprimoramento profissional e pessoal.*

Igualmente importante é elucidar, pelos termos da aludida Resolução, as distintas naturezas do Estágio, quais sejam:

1. Estágio obrigatório: é aquele previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, como componente indispensável para a integralização do currículo;
2. Estágio não obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, e, portanto, poderá ter as horas contabilizadas como Atividade Complementar (AC).

Note-se que, para o Curso de Relações Internacionais/UNIFAP o Estágio não é componente curricular obrigatório, constando previsto tão somente como uma das possibilidades de Atividades Complementares, a ser realizado pelo aluno caso haja interesse de fazê-lo. Por oportuno, cabe indicar que o arrimo legal para tal procedimento encontra-se nas Diretrizes

Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Relações Internacionais – Resolução CNE/CES n. 04/2017, que assim anuncia:

*Art. 6º O estágio curricular é componente curricular, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por meio das instâncias institucionais competentes, aprovar o correspondente regulamento, com suas modalidades de operacionalização.*

*§ 1º A previsão da obrigatoriedade do estágio curricular é de opção da Instituição de Ensino Superior.*

*§ 2º A concepção e a composição das atividades de estágio devem estar descritas no documento, mesmo quando a opção da Instituição de Ensino Superior for pela não obrigatoriedade, uma vez que o estudante pode optar pelo estágio ou, no âmbito das Atividades Complementares, tê-lo como reconhecido.*

Desse modo, o aluno poderá realizar Estágio não curricular a qualquer momento de seu itinerário formativo, considerando o vasto campo profissional disponível, com destaque para: instituições públicas, privadas, comunitárias, Organizações Não-Governamentais que possuam atividades relacionadas com as características pertinentes à área de atuação do profissional internacionalista.

Alerta-se para o fato de que, para realizar o Estágio o aluno precisa estar regularmente matriculado na IES, e as atividades realizadas somente serão válidas quando precedidas da celebração de Termo de Compromisso (TC) e apresentação do Plano de Estágio elaborado pelo acadêmico e subscrito juntamente com a parte concedente do Estágio e o Coordenador do Colegiado do Curso de Relações Internacionais.

O referido Termo de Compromisso deverá ser celebrado obedecendo, rigorosamente, o cumprimento das normas vigentes. No TC deve constar a carga horária diária – que não pode ser superior a 6 (seis) horas – e a carga horária semanal, não superior a 30 (trinta) horas, além das demais condições regulamentares propostas pela Instituição concedente.

#### 4.5.2 Empresa Júnior

A TMC International (Trade & Management Consulting) é a Empresa Júnior do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá. Constituída como uma associação civil sem fins lucrativos, políticos e religiosos, ela tem como finalidade promover a educação continuada e desenvolver profissionalmente os seus associados por meio da vivência empresarial, proporcionando as condições necessárias à aplicação prática do conhecimento teórico desenvolvido no Curso. Visa ainda desenvolver as habilidades empreendedoras dos

alunos de RI da UNIFAP proporcionando-lhes uma vivência profissional no ambiente corporativo desde a graduação.

Como toda Empresa Júnior, a TMC é totalmente gerida pelos estudantes. A vivência prática no mundo empresarial adquirida através da experiência na Empresa Júnior além de auxiliar na formação de líderes e empreendedores é superimportante para a futura colocação profissional dos estudantes, que contam com o apoio de um professor orientador para a realização de suas atividades de consultoria em internacionalização.

A TMC International foi criada já em consonância com a Lei n.º 13.267/2016 e com as diretrizes da Resolução CONSU/UNIFAP n.º 31/2017. Suas atividades iniciaram em 2018 e desde o ano inicial de funcionamento a TMC já estava filiada à Federação das Empresas Juniores do Estado do Amapá (FEJEAP) e à Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Júnior).

#### 4.6 Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é normatizada pela Resolução CONSU/UNIFAP n.º 026/2011, a qual estabelece que este processo é entendido *"como um fazer pedagógico processual, contínuo, sistemático reflexivo e multidimensional, que sustenta o processo de ensino-aprendizagem, visando o sucesso do trabalho de professores e estudantes na construção e reconstrução permanente dos conhecimentos, das habilidades e das competências estabelecidos no plano de ensino dos componentes curriculares."*

Logo, o sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem do Curso de Relações Internacionais é realizado através de diferentes metodologias de avaliação de acordo com o conteúdo e especificidade de cada disciplina. Entre elas estão previstas avaliações teóricas escritas ou orais, avaliações de atividades práticas, de atividades em grupo, assim como relatórios de atividades complementares, de viagens e visitas técnicas, de apresentações de seminários, defesas de trabalhos individuais ou em grupo e análise de artigos. A verificação do alcance dos objetivos ao longo de cada disciplina é realizada continuamente, enquanto o período letivo transcorre, de acordo com os instrumentos e critérios de avaliação previstos no plano de ensino de cada professor/disciplina.

As disciplinas devem ser lecionadas tendo como foco o desenvolvimento analítico, reflexivo, crítico e criativo do estudante, além de incentivar o seu poder de expressão e comunicação. As avaliações devem ser realizadas tendo estes princípios como base e observando-se os seguintes aspectos: aprendizagem dos conteúdos ministrados, capacidade de



análise crítica, responsabilidade, desenvolvimento de raciocínio, capacidade de comunicação oral e escrita, postura, cooperação e participação em sala de aula.

A avaliação do acadêmico tem por objetivo o acompanhamento, diagnóstico e melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Esse rito consta descrito na Resolução CONSU/UNIFAP n. 026/2011, e se representa de duas maneiras, que se realizam de forma combinada e indissociável:

a) Avaliação Parcial (AP): constitui-se de avaliações intermediárias e resultará de, no mínimo, uma avaliação a cada 30 (trinta) horas, sendo feito o registro final no diário onde as avaliações parciais serão consolidadas, se obtendo a nota da Avaliação Parcial (AP).

b) Avaliação Final (AF): localizada na culminância do período letivo, é obtida através de instrumentos definidos pelo professor e deverá ocorrer após o término da carga horária da disciplina, podendo abranger no todo ou em parte o conteúdo da disciplina, conforme plano de ensino.

O número de trabalhos acadêmicos deve ser o mesmo para todos os alunos matriculados na disciplina, salvo casos específicos a serem apreciados pelo docente e/ou colegiado do Curso.

O rendimento escolar é avaliado pelo acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico, sendo considerado aprovado o discente que obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco vírgula zero) no componente curricular. Caso o estudante obtenha média final inferior a 5,0 (cinco vírgula zero) estará reprovado no componente curricular, tendo que cursá-lo novamente. Além da nota mínima, considera-se também para aprovação a frequência mínima de 75% às atividades do componente curricular.

Por fim, com base no art. 5º da Resolução CONSU/UNIFAP n. 026/2011, enfatizamos que as avaliações deverão ter um cronograma de aplicação previsto no Plano de Ensino, e ainda ao final do ciclo avaliativo, antes do início do próximo período letivo, o docente deverá entregar aos discentes os instrumentos de avaliação devidamente corrigidos, informando o aprendido e o não aprendido, como forma de estimular a constante busca pela construção conjunta do conhecimento.

## **5 POLÍTICA DE EXTENSÃO**

As Atividades de Extensão no Curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal do Amapá, estão definidas em conformidade ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que instituiu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior brasileira.

Para creditação no currículo estudantil as Atividades de Extensão serão registradas em 5 Módulos Livres, a partir do 3º período do Curso, totalizando 330h / 22 créditos, o que corresponde a 10% da carga horária total do Curso. Na programação curricular, esse componente assim se representa:

- a) Atividades de Extensão I = 90h / 6 crt. → 3º Período do Curso
- b) Atividades de Extensão II = 60h / 4 crt → 4º Período do Curso
- c) Atividades de Extensão III = 6h / 4 crt → 5º Período do Curso
- d) Atividades de Extensão IV = 60h / 4 crt → 6º Período do Curso
- e) Atividades de Extensão V = 60h / 4 crt → 7º Período do Curso

De acordo com Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2026, as Atividades de Extensão na UNIFAP serão norteadas e sistematizadas a partir de oito áreas temáticas, correspondentes a grandes focos de política social. São elas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho.

A consolidação de atividades que reafirmam a necessidade de articulação entre Ensino/Pesquisa/Extensão no Curso de Relações Internacionais, a partir de múltiplas atividades desenvolvidas, tais como: Programas, Projetos, Oficinas, Cursos e Eventos em geral, em consonância com aspectos transformadores e integradores. Tais atividades estão de acordo com o Regulamento da Extensão Universitária da UNIFAP/Resolução n. 9, de 30/03/2006.

A Extensão é parte fundamental da universidade pública brasileira. De forma geral, todos os professores (as) do Curso de RI/UNIFAP apresentam Projetos de Extensão a todo semestre. Como parte fundamental da formação de nossos alunos, a Extensão deve ser promovida de forma institucional buscando privilegiar o diálogo curricular do Curso com a sociedade amapaense. Isto posto, o Colegiado de RI deverá continuamente promover ações que possibilitem a materialização de ações extensionistas da Universidade, envolvendo professores e alunos vinculados ao Curso. Para o alcance de tal objetivo, um docente será semestralmente designado pela coordenação do Curso de Relações Internacionais para administrar, de forma macro, as ações extensionistas do Curso. Nesse sentido, terá a função de:

- a. Mapear as ações de Extensão dos professores do Curso de RI e das ações da Universidade, que dialogam com a formação dos internacionalistas;
- b. Divulgar os Projetos de Extensão para os discentes de RI;
- c. Apontar as possíveis conexões entre as Atividades de Extensão e as disciplinas em oferta semestralmente.

A Extensão, dentro do currículo de Relações Internacionais, é orientada pelo Regulamento de Atividades de Extensão do Curso de Relações Internacionais/UNIFAP, o qual constitui o Apêndice B deste PPC.

## **6 POLÍTICA DE PESQUISA**

De acordo com a legislação vigente, a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. Em artigo sobre o tema Cordeiro Moita, Andrade (2009) assinalam que o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “*as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão*”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

É com base neste princípio de indissociabilidade que construímos este Projeto Pedagógico de Curso, entendendo que a atividade de pesquisa contribui para a melhoria da qualidade da formação dos alunos de graduação mediante a oferta de oportunidade de iniciação científica, com vistas ao amadurecimento intelectual ao longo da graduação, preparação para a sequência na carreira acadêmica (especialização ou mestrado) e exercício profissional futuro.

Por outro lado, professores-pesquisadores terão condições de desenvolver suas próprias pesquisas, mantendo uma sintonia com o PPC e com os interesses estratégicos da UNIFAP quais sejam os de fortalecer seu papel como instituição provedora de conhecimento científico no âmbito nacional e internacional.

No intuito de estabelecer diretrizes para formação de grupos de estudo e pesquisa este colegiado definiu cinco linhas de pesquisa, que orientarão as atividades acadêmicas:

- a) Direito, Direitos humanos, Arte, Religião e cultura;
- b) Economia, Desenvolvimento e Meio Ambiente;
- c) História, Teorias e Métodos em Relações Internacionais;
- d) Questões e debates contemporâneos nas Relações Internacionais;
- e) Segurança, Defesa, Estudos Estratégicos e Fronteira.

É importante ressaltar que este colegiado prioriza a constituição permanente de projetos e grupos de pesquisa, em consonância com as linhas estabelecidas acima, dando ao discente de Relações Internacionais a oportunidade de pesquisar e se familiarizar com temas pertinentes ao compromisso do Curso com o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecido neste PPC.

## 7 POLÍTICA DE INCLUSÃO

Como Política de Inclusão a UNIFAP possui diversas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão que promovem a inclusão social da comunidade acadêmica e da sociedade amapaense, perpassando pela responsabilidade social da IES em fornecer os subsídios necessários para inclusão e equidade, a partir do acesso à educação, cultura, esporte e lazer.

O Programa de Ações Afirmativas oportuniza o ingresso na Graduação e Pós-Graduação em vagas reservadas para indígenas, estudantes com deficiência, afrodescendentes, pessoas Trans e alunos oriundos de escola pública, o que assegura e amplia o acesso democrático com compromisso e inclusão de uma instituição plural, justa e igualitária.

As Atividades de Extensão da UNIFAP contemplam projetos de capacitação e inclusão em diversas áreas, entre podemos destacar:

- Universidade da Maturidade (UMAP)
- Universidade da Mulher (UniMULHER)
- Cursinho UniENEM
- Programa de Inclusão, Acesso e Permanência (PIAP)
- Pró Estudantes Esporte e Lazer (PROESPOL)
- Programa de Letramento Acadêmico
- UNIFAP Digital
- Núcleo de Prática Jurídicas (NPJ)
- Programa Pró-Idiomas
- Política de Assistência Estudantil

A Universidade possui também de um Curso de Nivelamento em Leitura e Produção Textual e Lógica Matemática, destinado aos acadêmicos-calouros, haja vista que muitos alunos apresentam dificuldade nessas áreas. Tal iniciativa é importantíssima para um bom desempenho nas atividades desenvolvidas na Graduação.

No decorrer do Curso, os estudantes contam também com recursos que visam a superação dos obstáculos ao bom desempenho acadêmico, como forma de reduzir a evasão e o trancamento de matrícula. Neste aspecto, a Universidade dispõe do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), para garantir o pleno acesso das Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (PNEE) ao currículo, métodos, técnicas e recursos educativos, bem como à estrutura física e tecnológica da UNIFAP. O NAI oferece condições pedagógicas e instrumentais aos discentes com deficiências, além de promover a autonomia intelectual e pessoal.

## 8 ATENDIMENTO AO DISCENTE

As ações da UNIFAP no campo das Políticas de Atendimento ao Discente são amplas, para possibilitar a todos estudantes a superação dos obstáculos ao bom desempenho acadêmico e refletem a preocupação com o acolhimento, permanência e acompanhamento dos alunos no decorrer do Curso, como forma de reduzir a evasão e o trancamento de matrícula.

No âmbito institucional, a Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias - PROEAC sistematiza as ações de assistência estudantil em consonância com a Resolução CONSU/UNIFAP n. 14/2017, combinada ao Decreto n. 7.234/2010, que dispõe acerca do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, visando assegurar a concessão de bolsas e auxílios de assistência estudantil aos acadêmicos regularmente matriculados em Cursos de graduação presencial, que comprovadamente estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, objetivando a garantia de igualdade de condições para a permanência com qualidade, contribuindo com a tríade institucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, e agindo preventivamente, nas situações de retenção e evasão, por meio das seguintes bolsas e auxílios:

- Bolsa Permanência (PNAES): é uma ação de suporte institucional de Assistência Estudantil que consiste em um auxílio financeiro mensal e tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes.
- Auxílio Moradia: apoio financeiro para cobrir parte dos gastos com o pagamento de aluguel para estudantes residentes da zona rural de Macapá, ou que são oriundos de outros municípios ou Estados, e não possuam residência familiar própria na sede do município do *Campus* onde cursa a graduação.
- Auxílio Alimentação: proporciona ao estudante pelo menos uma das três refeições diárias (café, almoço e jantar) no Restaurante Universitário (RU) a cada dia letivo, segundo o calendário acadêmico da Instituição, excluindo-se os sábados, com isenção de qualquer taxa.
- Auxílio Transporte: proporciona ao estudante um auxílio financeiro para a viabilização do transporte necessário para sua frequência nas aulas de graduação.
- Auxílio Fotocópia: auxílio financeiro para viabilização de um crédito ao estudante de 650 (seiscentos e cinquenta) fotocópias para uso acadêmico por semestre letivo.
- Auxílio Creche: é um benefício concedido aos pais estudantes para custear parte das despesas no acompanhamento de seus dependentes até a idade de 5 (cinco) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte nove) dias.

- **Auxílio de Apoio à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais:** é um benefício que consiste em conceder apoio financeiro mensal aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, com o objetivo de auxiliar nas despesas referentes à aquisição de instrumentos pessoais indispensáveis e de apoio aos estudos.

Ainda como parte da política institucional, a UNIFAP possui o Programa Bolsa Trabalho Universitária, uma atividade de extensão que visa proporcionar aos acadêmicos hipossuficientes economicamente a oportunidade de aprendizagem em diversos tipos de atividades nas unidades administrativas e acadêmicas da instituição, desenvolvidas durante 20 (vinte) horas semanais, mediante auxílio financeiro.

A Monitoria também faz parte do atendimento ao discente, e trata-se de uma atividade em que o acadêmico selecionado auxilia os professores nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta forma, temos um instrumento de melhoria do ensino, visto que o aluno terá contato direto com novas práticas e experiências pedagógicas que visam fortalecer a articulação entre teoria e prática.

Como política de apoio ao discente e como forma de despertar a vocação científica para o desenvolvimento de pesquisa, a instituição possui os seguintes programas de iniciação científica: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para a Graduação (PIBIC/CNPq) e Ensino Médio (PIBIC-EM/CNPq), Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/UNIFAP) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq -UNIFAP), além do Programa Voluntário de Iniciação Científica para Nível de Graduação (PROVIC/UNIFAP) que seleciona acadêmicos da UNIFAP para desenvolverem, como voluntários, atividades de iniciação científica.

Ainda por intermédio da Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais - PROCRI, a UNIFAP oferta bolsas e auxílios para mobilidade nacional e internacional aos acadêmicos interessados em realizar estudos no nível de graduação durante um semestre letivo (e/ou até três semestres) ou efetuar estudos de idioma e cultura e/ou programas de estágio e/ou projetos de extensão universitária, a depender da modalidade.

Aos estudantes que necessitam de algum tipo de atendimento especial, a IES dispõe do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI, que tem como objetivo promover uma educação inclusiva que garanta ao aluno com deficiência e com necessidades educacionais especiais o acesso, a permanência e o bom desempenho das atividades acadêmicas na UNIFAP. O NAI possui profissionais especializados para atender estudantes que possuem limitações visuais, auditivas, motora e/ou distúrbios psicológicos. Sendo assim, os estudantes do Curso contam

com o atendimento educacional especializado, e adequado ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais durante seu perCurso acadêmico.

Os alunos contam também com apoio psicopedagógico que consiste em auxiliar o acadêmico, através do aconselhamento psicológico individual e encaminhamento para auxílio pedagógico, se assim for necessário.

Concomitantemente aos programas ora citados os alunos contam com o atendimento do coordenador de Curso, do técnico administrativo e dos professores, que os orientam em projetos de Iniciação Científica, Monitoria, Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Supervisionado e em orientações pedagógicas na rotina das salas de aulas. Assim, o conjunto de ações desenvolvidas pelo Curso, visando não apenas ao apoio pedagógico necessário aos acadêmicos, como também à sua formação técnico-científica, parte do pressuposto que é na estrutura curricular cotidiana que se vivenciam as atitudes, a mediação entre professores e acadêmicos, entre acadêmicos e acadêmicos, entre acadêmicos e comunidade.

Também, optou-se pelo desenvolvimento de mecanismos de acolhimento dos ingressantes, além de ofertar atividades sobre o funcionamento do Curso, auxiliamos a organização da “Semana do Calouro”, atividade de recepção e apresentação da UNIFAP e do Curso, realizada pelo Centro Acadêmico do Curso de Relações Internacionais - CARIAP.

Ademais, organizou-se o primeiro semestre no sentido de permitir a maior inserção do aluno no Curso, bem como o domínio inicial das especificidades das Ciências das Relações Internacionais. E ainda buscamos incentivar a participação dos estudantes em eventos e congressos acadêmicos nacionais e internacionais, assim como, a realização de debates, palestras, mesas redondas e eventos, como o Semana Acadêmica de Relações Internacionais - SARI, com o objetivo de ampliar, potencializar e disseminar pesquisas acadêmicas, oficinas de áreas do conhecimento e integração da comunidade acadêmica com a comunidade externa a UNIFAP.

## **9 GESTÃO DO CURSO E CORPO DOCENTE**

### **9.1 Coordenação do Curso**

A Coordenação de Curso é o órgão responsável pelo planejamento e gerenciamento dos recursos humanos, científicos e tecnológicos para as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (Art. 87 da Resolução CONSU/UNIFAP n. 09/2002). É constituído de um coordenador e vice coordenador, preferencialmente docente efetivo vinculado ao colegiado, eleito pelos docentes, discentes e técnicos administrativos do Curso para um mandato de dois anos, permitida a

recondução por um único período subsequente, de acordo com as normativas vigentes. (Art. 88 da Resolução CONSU/UNIFAP n. 09/2002). Ainda, compete ao coordenador representar o Curso frente aos diversos setores da UNIFAP, presidir as reuniões de colegiado e atender aos docentes e discentes em questões administrativas e pedagógicas.

Para caracterização pontual dos Gestores do Curso, apresenta-se o seguinte quadro:

**Quadro 11 – Coordenador e Vice-Coordenadora do Curso**

COORDENADOR DO CURSO	
<b>Nome</b>	Paulo Gustavo Pellegrino Côrrea
<b>Titulação</b>	Doutor
<b>Formação Acadêmica</b>	Graduação em Ciências Sociais - Universidade Estadual Paulista/UNESP (2006). Aperfeiçoamento em Preparation for Development Volunteer Work - One World Volunteer Institute, OWVI, Noruega (2000) Aperfeiçoamento em Strategy and International Security Course - National Defense University, NDU, Estados Unidos (2011) Especialização em Strategy and Defense Policy - National Defense University, NDU, Estados Unidos (2008) Mestrado em Ciências Sociais - Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR (2009) Doutorado em Ciência Política - Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR (2014)
<b>Regime de Trabalho</b>	40 horas, com Dedicção Exclusiva
<b>Tempo de Serviço na IES</b>	9 anos
<b>Tempo de Exercício na Coordenação do Curso</b>	2 anos (2020...)
VICE-COORDENADORA DO CURSO	
<b>Nome</b>	Lourene de Cássia Alexandre Maffra
<b>Titulação</b>	Mestre
<b>Formação Acadêmica</b>	Graduação em Relações Internacionais - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP (2008) Mestrado em Integração da América Latina - Universidade de São Paulo/USP (2011) Doutorado em andamento em Ciencias Económicas, Empresariales y Sociales - Universidade de Sevilla, US, Espanha (2015-atual).
<b>Regime de Trabalho</b>	40 horas, com Dedicção Exclusiva
<b>Tempo de Serviço na IES</b>	10 anos
<b>Tempo de Exercício na Coordenação do Curso</b>	2 anos (2020...)



## 9.2 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo, propositivo e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmico-pedagógica do Curso, cujas atribuições constam definidas na Resolução n. 20/2018-CONSU/UNIFAP. No âmbito do Curso de Relações Internacionais, o NDE, no processo de concepção, consolidação, atualização, acompanhamento da execução e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais, se orienta pelas seguintes competências:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- Zelar pela interdisciplinaridade entre as diferentes atividades acadêmicas;
- Incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas de necessidades da graduação em Relações Internacionais, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
- Primar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais na área.

É de responsabilidade do NDE a organização de reuniões para avaliação dos métodos teórico-práticos utilizados para formação do profissional internacionalista e o adequado funcionamento do Curso, para isso o núcleo se reunirá uma vez por mês dentro do semestre letivo, ordinariamente, e extraordinariamente, caso necessário.

O Núcleo Docente Estruturante de RI/UNIFAP foi instituído pela Portaria n. 0280/2017, de 09/02/2017, e em sua composição conta com 5 (cinco) professores, sendo todos efetivos da Universidade e contratados em regime de dedicação exclusiva. No quadro a seguir dispõem-se, de forma detalhada o referido NDE:

**Quadro 12 – Núcleo Docente Estruturante do Curso de Relações Internacionais**

NOME	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	REGIME DE TRABALHO
Camila Soares Lippi	Doutora	Graduação em Relações Internacionais - Instituto Metodista Bennett/IMB (2008) Graduação em Direito - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (2011) Mestrado em Direito - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (2011) Doutorado em Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio (2017-2022)	DE
Ioneida do Socorro Cavalcanti da Cunha Salone	Mestre	Graduação em Direito - Universidade Federal do Pará/UFPA (2001) Especialização em Relações Internacionais - Universidade de Brasília/UnB (2006) Mestrado em Relações Internacionais - Universidade de Brasília/UnB (2008)	DE
Lincoln Marcelio Thomaz Noronha	Mestre	Graduação em Direito – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP (2006) Graduação em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP (2008) Mestrado em Ciência Política – Universidade de São Paulo/USP (2011)	DE
Miguel Patrice Philippe Dhenin	Doutor	Graduação em Licence de Droit et Science Politique – Universite de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, UVSQ, França (2006) Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança – Universidade Federal Fluminense/UFF (2010) Doutorado em Ciência Política – Universidade Federal Fluminense/UFF (2017) Pós-Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (2022)	DE
Paula de Carvalho Bastone	Mestre	Graduação em História - Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (2002) Graduação em Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas (2005) Especialização em Epistemologias do Sul - Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales - Argentina (2018) Mestrado em Erasmus Mundus Global Studies - University of Leipzig, UL, Alemanha (2008) Doutorado em andamento em Democracia no século XXI - Universidade de Coimbra, UC, Portugal (2016-atual)	DE

### 9.3 Composição e Funcionamento do Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso é a instância deliberativa sobre questões acadêmicas, pedagógicas e administrativas de Relações Internacionais. É integrado pelos docentes em efetivo exercício e um representante técnico-administrativo lotados na coordenação do Curso, além de todos os discentes representantes de turma, conforme estabelece o Regimento Geral da UNIFAP (Resolução CONSU/UNIFAP n. 09/2002).

As reuniões ordinárias têm periodicidade mensal, podendo haver reuniões extraordinárias para deliberação de questões urgentes. Estas reuniões são presididas pelo Coordenador do Curso, o qual tem direito a voto, assim como os demais integrantes. Exigir-se-á *quorum* de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total de docente para deliberações. É responsabilidade da Coordenação do Curso cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado. Todas as reuniões e suas respectivas deliberações serão registradas em ata, documento oficial do Colegiado, e arquivadas na coordenação do Curso, sendo disponibilizada a quem solicitar.

O atual corpo docente de RI, com a respectiva Titulação/Formação Acadêmica/Regime de Trabalho /Ano de Ingresso na UNIFAP pode ser observado a seguir, no Quadro 13:

**Quadro 13 – Corpo docente do Colegiado do Curso de Relações Internacionais**

NOME	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	RT	ANO DE INGRESSO NA IES
Andreia Jayme Batista	Mestre	Graduação em Letras Português-Espanhol - Universidade da Amazônia/UNAMA (2005) Especialização em Pedagogia Escolar: supervisão, orientação e administração - Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão/IBPEX (2010) Mestrado em Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional - Universidade Federal do Amapá/UNIFAP (2018) Doutorado em andamento em Educação – Universidade Estácio/UNESA Rio de Janeiro (2022 – atual)	DE	2010
Camila Soares Lippi	Doutora	Graduação em Relações Internacionais - Instituto Metodista Bennett/IMB (2008) Graduação em Direito - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (2011) Mestrado em Direito - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (2011) Doutorado em Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio (2017-2022)	DE	2013
Gutemberg de Vilhena Silva	Doutor	Graduação em Geografia - Universidade Federal do Amapá/UNIFAP (2005) Mestrado em Geografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS (2008) Doutorado em Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (2013) Pós-Doc. em Geografia - Universidade de São Paulo/USP (2015) Pós-Doc. em Geografia - Université Sorbonne Nouvelle - França (2016)	DE	2011
Ioneida do Socorro Cavalcanti da Cunha Salone	Mestre	Graduação em Direito - Universidade Federal do Pará/UFPA (2001) Especialização em Relações Internacionais - Universidade de Brasília/UnB (2006) Mestrado em Relações Internacionais - Universidade de Brasília/UnB (2008)	DE	2010
Izabel Cristina Medina Brum	Mestre	Graduação em Letras - Faculdade Porto Alegre/ FAPA (2007) Especialização em Língua Inglesa - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ PUCRS (2011) Mestrado em Estudos de Tradução - Universidade de Brasília/UnB (2017) Doutorado em Estudos Literários – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP (2022)	DE	2013
Lincoln Narcelio Thomaz Noronha	Mestre	Graduação em Direito – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP (2006) Graduação em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP (2008) Mestrado em Ciência Política – Universidade de São Paulo/USP (2011)	DE	2022
Lourrene de Cássia Alexandre Maffra	Mestre	Graduação em Relações Internacionais - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP (2008) Mestrado em Integração da América Latina - Universidade de São Paulo/USP (2011) Doutorado em andamento em Ciências Económicas, Empresariales y Sociales - Universidade de Sevilla, US, Espanha (2015-atual).	DE	2012
Miguel Patrice Philippe Dhenin	Doutor	Graduação em Licence de Droit et Science Politique – Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, UVSQ, França (2006) Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança – Universidade Federal Fluminense/UFF (2010) Doutorado em Ciência Política – Universidade Federal Fluminense/UFF (2017) Pós-Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (2022)	DE	2022

Cont. Q. 13:

NOME	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	RT	ANO DE INGRESSO NA IES
Paula de Carvalho Bastone	Mestre	Graduação em História - Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (2002) Graduação em Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas (2005) Especialização em Epistemologias do Sul - Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales - Argentina (2018) Mestrado em Erasmus Mundus Global Studies - University of Leipzig, UL, Alemanha (2008) Doutorado em andamento em Democracia no século XXI - Universidade de Coimbra, UC, Portugal (2016-atual)	DE	2012
Paulo Gustavo Pellegrino Correa	Doutor	Graduação em Ciências Sociais - Universidade Estadual Paulista/UNESP (2006). Aperfeiçoamento em Preparation for Development Volunteer Work - One World Volunteer Institute, OWVI, Noruega (2000) Aperfeiçoamento em Strategy and International Security Course - National Defense University, NDU, Estados Unidos (2011) Especialização em Strategy and Defense Policy - National Defense University, NDU, Estados Unidos (2008) Mestrado em Ciências Sociais - Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR (2009) Doutorado em Ciência Política - Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR (2014)	DE	2013
Rosilene de Oliveira Furtado	Mestre	Bacharel em Ciências Econômicas - Centro de Ensino Superior do Amapá/CEAP (2003) Especialização em Língua Inglesa - Instituto de Ensino Superior do Amapá/IESAP (2005) Especialização em Elaboração e Análise de Projetos - Centro de Ensino Superior do Amapá/CEAP (2007) Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas - Universidade Federal do Amapá/UNIFAP (2010) Doutorado em andamento em Políticas Públicas – Universidade Estadual do Ceará/UECE (2022 – atual)	DE	2013
Tiago Luedy Silva	Mestre	Graduação em Relações Internacionais - Centro Universitário da Bahia/FIB (2006) Especialização em Relações Internacionais - Universidade Federal da Bahia/UFBA (2009) Especialização em Docência Universitária - Universidade Federal do Amapá/UNIFAP (2018) Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional - Universidade Federal do Amapá/UNIFAP (2018) Doutorado em andamento em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido -Universidade Federal do Pará/UFPA (2020 – atual)	DE	2014

## 10 INFRAESTRUTURA

A Coordenação do Curso de Relações Internacionais funciona no segundo andar do Prédio do Bloco dos Professores. As salas de aula, em número de três, estão concentradas no bloco M (M2, M3 e M4). Ressalta-se que a sala H1 (bloco H) foi cedida pela Coordenação de Tecnologia em Secretariado Executivo no turno vespertino para o Curso de RI. Os professores possuem uma sala de reuniões ao lado da coordenação, a qual dispõe de um computador e impressora, sendo que é necessária instalação, por parte da UNIFAP, de gabinetes para o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, principalmente, considerando o regime de trabalho em dedicação exclusiva de todos os docentes deste Curso. Alguns docentes possuem gabinetes de pesquisas no Centro Integrado de Pesquisa e Pós-Graduação (CIPP), disponibilizados pela instituição mediante concorrência em edital.

Em função da necessidade de estruturação para atender às demandas do Curso e o pleno desenvolvimento das atividades, o colegiado deliberou por solicitar à UNIFAP:

- a) Construção de um bloco de sala de aulas, com estrutura para os laboratórios de Práticas em Relações Internacionais, gabinetes para docentes efetivos de dedicação exclusiva, sala para a Empresa Júnior desenvolver suas atividades, sala da coordenação Curso com acesso para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida (a sala atual não fornece acessibilidade aos estudantes e comunidade externa);
- b) Ampliação do quadro docente do número atual para 20 professores, com vistas a fortalecer o papel institucional do Curso de Relações Internacionais e das Pós-Graduações *stricto sensu* da UNIFAP, compreendendo o Ensino, Pesquisa e Extensão, de acordo com as demandas atuais e futuras.

O Curso precisa ainda de um acervo bibliográfico atualizado com literaturas clássicas e contemporâneas de referência na área das Relações Internacionais conforme as ementas das disciplinas.

Destaca-se a intenção dos professores em produzir uma Videoteca para utilização como instrumental didático, além de adquirir materiais didáticos complementares como mapas, dicionários especializados, atlas histórico-geográficos, bem como materiais de informática e áudio e vídeo: computador, gravador, filmadora, caixa de som, microfone, entre outros.

## 11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

### 11.1 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do PPC do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais se dará de forma periódica como parte integrante da implantação de novas atividades pedagógicas relevantes ao processo ensino-aprendizagem e possibilitará a identificação de lacunas ou pontos de discordância com os objetivos deste Projeto de Curso, o qual orienta-se sobre um conjunto de princípios que caracterizam sua identidade, os quais destacamos:

- Construção e reelaboração coletiva e continuada dos projetos de Curso;
- Interação recíproca com a sociedade, reafirmando o compromisso como agente fundamental da formação profissional;
- Busca permanente da unidade teoria-prática, exigindo para isso a incorporação de professores e alunos em atividades práticas, de pesquisa e iniciação científica.

Ressalta-se que além da necessidade de estar ancorado nos princípios institucionais, o PPC deverá ser submetido a uma avaliação periódica, tendo em vista a importância de:

- Atualizar os currículos e as práticas pedagógicas em sintonia com a evolução atual e futura do mercado de trabalho e da região;
- Incorporar as mudanças de diretrizes educacionais que venham a surgir, como também repensar a relação entre as disciplinas teóricas e práticas dentro do currículo.

Para tanto, conforme Portaria Normativa MEC n. 001/2017, o PPC deve ser continuamente revisado, especialmente a cada ciclo avaliativo, tendo em vista a necessidade de melhoria e reestruturação do Curso bem como a reorganização do plano de ensino com devida adequação das ementas aos objetivos, conteúdos e metodologias utilizadas, consoante as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Por meio de reuniões de colegiado e/ou com a comunidade universitária do Curso pretende-se diagnosticar, planejar e executar ações conjuntas, que contribuam para a excelência da atividade docente e discente. Outrossim, a avaliação do PPC levará em conta:

- A compatibilidade dos conteúdos ministrados com relação às demandas atuais do profissional internacionalista, o que envolve a relação teoria/prática;
- O incentivo à pesquisa e à extensão;
- A metodologia de ensino empregada;

- O processo de avaliação utilizado;
- A postura ética dos profissionais envolvidos na relação ensino-aprendizagem;
- A infraestrutura de funcionamento do Curso;
- A Coordenação e os serviços de Secretaria.

Tal avaliação tem por base a compreensão que o PPC deve proporcionar condições para que o estudante desenvolva valores, competências e habilidades necessários ao exercício da profissão e da democracia, na cooperação, na reflexão da realidade social e na competência profissional.

### 11.2 Autoavaliação do Curso

Será desenvolvida uma prática de autoavaliação permanente a ser realizada anualmente. A avaliação do Curso compreende análises e reformulações de aspectos curriculares e metodológicos, além da verificação do cumprimento da concepção, dos objetivos e do perfil do profissional egresso do Curso Relações Internacionais. Estas avaliações compreendem diversas instâncias (colegiado do Curso, Comissão Própria de Avaliação, MEC, etc.)

Deve-se utilizar como instrumentos de autoavaliação diálogos permanentes com os discentes, desde seu ingresso, durante todo processo de aprendizagem, verificando-se as mudanças ocorridas durante sua formação e vivência universitária. Este diagnóstico será fundamental para o reconhecimento de questões que necessitem ser revistas, modificadas e aprofundadas.

Poderá ser utilizado questionários de percepção sobre a qualidade do Curso e o cumprimento deste PPC, cujas informações deverão ser tabuladas em forma de relatório contendo aspectos quantitativos e qualitativos, e posteriormente apresentado para análise pelos docentes e representantes discentes em reunião de colegiado, e elaboração coletiva de plano de ações que visem superar as problemáticas e dar visibilidade aos pontos fortes do Curso.

No processo de avaliação do Curso levar-se-á também em consideração o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, no sentido de verificar a necessidade de fortalecimento e reestruturação em áreas do conhecimento das Relações Internacionais, no qual os alunos não tenham obtido resultado satisfatório.

O Curso integra, ainda, a avaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme orientações do Ministério da Educação. E tem seu desenvolvimento acompanhado pela comissão, que assiste os desdobramentos do Curso, tendo por base o PPC e suas possíveis alterações sobre os aspectos curriculares, metodológicos,



considerando o cumprimento da missão, da concepção, dos objetivos e do perfil profissional delineado.

### 11.3 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso

Após a realização dos processos avaliativos do Curso (CPA, ENADE/MEC, corpo acadêmico) este colegiado pretende viabilizar, a partir do apoio institucional, a elaboração coletiva de ações em âmbito acadêmico e administrativo que busquem adequar o Curso aos novos desafios e a contínua melhoria da qualidade da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, além de superar as dificuldades estruturais, atualmente vivenciada pelo Curso de Relações Internacionais.

## **APÊNDICE A – Norma Gerais para Matrícula/Orientação/Apresentação do TCC no âmbito do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais/UNIFAP**

### **1. Regras gerais da matrícula na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso**

- I. O acadêmico estará apto para se matricular na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso - TCC quando concluir no mínimo 60% dos créditos que compõem a matriz curricular do Curso;
- II. Para a efetivação da matrícula em TCC, é de responsabilidade do aluno solicitar a matrícula mediante preenchimento de requerimento administrativo na coordenação do Curso, além de cumprir a obrigatoriedade de entregar a carta de aceite de orientação e a Proposta de Pesquisa a ser desenvolvida;
- III. Para a elaboração do projeto de pesquisa, seguem os elementos abaixo:
  - a) Projeto Completo (oito a dez páginas, formato A4, espaço 1,5, fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12), contendo: Título, nome do aluno, nome do orientador, introdução, questões da pesquisa, objetivos – geral e específico, justificativa com síntese da bibliografia fundamental, métodos e materiais da pesquisa, cronograma e referências.

### **2. Regras Gerais da Orientação**

- I. O orientador deverá ser prioritariamente um professor do colegiado do Curso, em caso de indisponibilidade, um professor da instituição, permanecendo a indisponibilidade poderá ser orientador um profissional externo à IES da área de Relações Internacionais ou áreas afins com titulação mínima de especialista, sendo este credenciado junto ao Curso para este fim.
- II. O orientador poderá indicar, de comum acordo com o seu orientando, um coorientador. Se o orientador for externo, obrigatoriamente um professor do colegiado do Curso será o coorientador.
- III. A mudança de orientador e/ou de projeto de pesquisa, deverá ser formalizada junto à coordenação do Curso, com antecedência mínima de 30 (trinta) antes da defesa do trabalho de conclusão de Curso, mediante preenchimento de formulário de alteração de orientador/projeto de pesquisa.
- IV. A qualquer momento, tanto o orientador quanto o acadêmico poderão desistir da orientação, desde que haja a formalização devidamente justificada junto a coordenação do Curso.

### **3. Regras Gerais de Avaliação para o TCC**

- I. O TCC deverá ser avaliado por uma Banca Examinadora composta por três membros, sendo o orientador o presidente e dois examinadores;
- II. A escolha do orientador e dos membros da Banca Examinadora deverá ser feita de acordo com a linha de pesquisa e a temática em que a pesquisa foi desenvolvida;
- III. As notas serão atribuídas de 0 (zero) a 10 (dez);
- IV. O TCC será aprovado, se obtiver média igual ou superior a 5 (cinco), a partir das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora, conforme determinação disposta no Art. 13, da Resolução CONSU/UNIFAP n.º 11/2008.
- V. A avaliação do TCC ocorrerá na forma de Apresentação Escrita e Apresentação Oral, constando de Defesa Pública, em que o acadêmico deverá apresentar escrita e oralmente os resultados finais e conclusivos da pesquisa.
- VI. Durante a apresentação oral, o acadêmico terá de 20 (vinte) a 30 (trinta) minutos para apresentar o conteúdo relativo ao TCC finalizado.

### **4. Regras gerais da apresentação escrita do TCC finalizado**

- I. A organização e a formatação do TCC, após as correções propostas pela Banca Examinadora, deverão ser feitas de acordo com as normas vigentes da ABNT, relativas à formatação deste tipo de trabalho;
- II. Após a apresentação do TCC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, o acadêmico deverá encaminhar o TCC, devidamente corrigido, em formato .pdf em mídia digital à Coordenação do Curso de Relações Internacionais, junto com a Declaração de Autoria e o Termo de Autorização de Publicação.
- III. É de responsabilidade do orientador, e do coorientador no caso de orientador externo a instituição, encaminhar à Coordenação do Curso a Ata de Defesa de TCC e a Ficha de Avaliação de Defesa de TCC.

## **APÊNDICE B – Elementos para construção do TCC no âmbito do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais/UNIFAP**

O presente texto carrega um conjunto de regras balizadoras do processo de construção do **Artigo Científico**. O artigo é, pois, “[...] um trabalho científico que exige a revisão de literatura [...], pesquisa e rigor intelectual” (SILVA; SILVEIRA, 2005, p. 132), e se caracteriza como o elemento que torna público o estudo. Na medida em que toma corpo, o artigo deve seguir o padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), materializado num conjunto de Normas Brasileiras (NBR), estando em primeiro plano a 6022:2003 (Artigo Científico) e complementarmente: 6023:2002 (Referências); 6024:2012 (Numeração Progressiva das Seções); 6028:2003 (Resumo); 10520:2002 (Citações) e, finalmente, 14724:2011 (Trabalhos Acadêmicos).

Uma vez efetuado o levantamento da literatura, parte-se para a coleta de dados, materializada mediante os Instrumentos de Pesquisa eleitos (Observação, Entrevista, Questionário, Formulário etc). Em seguida, passa-se à construção de resumos e resenhas, fazendo uma interlocução entre os resultados empíricos obtidos e os dos demais estudiosos consultados, e só então se inicia a construção propriamente dita do artigo, no qual são discutidas ideias, opiniões, métodos, técnicas e processos que os autores consultados apresentam acerca do tema em questão, além de se registrar os passos que foram dados (Metodologia) para a construção do conhecimento sobre o assunto estudado e, enfim, proceder à análise e discussão dos achados da pesquisa.

De acordo com a **NBR 6022:2003**, a **estrutura do Artigo Científico** é estabelecida por **três elementos** assim dispostos:

### **I. PRÉ-TEXTUAIS**

Elemento inicial do trabalho, com informações que ajudam na sua identificação e utilização, e deve constar na folha de abertura do artigo.

- a) *Título*, e *subtítulo* (se houver), escritos no idioma do texto;
- b) *Nome dos Autores*, com um asterisco após o nome do primeiro, remetendo ao rodapé da folha;
- c) *Nome do Orientador*, com dois asteriscos, remetendo ao rodapé da folha.
- d) *Resumo* (indicativo), no idioma do texto, conforme NBR 6028:2003.
- e) *Palavras-chave*, no idioma do texto, conforme NBR 6028:2003.

## II. TEXTUAIS

Elemento do trabalho em que é exposta a matéria estudada:

- a) **Introdução:** parte inicial onde se delimita o assunto tratado, o problema e os objetivos da pesquisa, a justificativa e outros elementos necessários para situar o tema.
- b) **Desenvolvimento:** parte principal que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, que variam em função da abordagem do tema e do método;
- c) **Conclusão:** parte final que apresenta as conclusões correspondentes aos objetivos e à(s) hipótese(s).

## III. PÓS-TEXTUAIS

Elemento que encerra o trabalho.

- a) *Título*, e *subtítulo* (se houver), em Língua Estrangeira (obrigatório);
- b) *Resumo*, seguido de Palavras-chave, em versão estrangeira (obrigatório);
- c) *Notas Explicativas*, apresentadas em algarismos arábicos e sequenciais (opcional);
- d) *Referências*, elaboradas conforme a NBR 6023 (obrigatório);
- e) *Glossário*, consiste numa relação de palavras ou expressões técnicas (opcional);
- f) *Apêndices*, trata-se de texto ou documento elaborado pelo autor (opcional);
- g) *Anexos*, corresponde a texto ou documento não elaborado pelo autor (opcional).

## IV. NOTAS IMPORTANTES:

- a) O texto do artigo, na sua totalidade, deverá ser disposto **sem “quebra de páginas”**.
- b) No primeiro plano da folha de abertura do artigo **dispor o Título (centralizado, negrito e em caixa alta)**. Havendo **subtítulo**, este deve ser **precedido de dois pontos, evidenciando a sua subordinação ao Título**. Para tanto, usar reCurso tipográfico diferente daquele adotado no Título;
- c) No plano seguinte, dispor o nome completo dos autores, em ordem alfabética e alinhados à margem direita do texto, bem como o nome do Orientador;
- d) As credenciais dos autores e do Orientador serão dispostas em Notas de Rodapé. Inserir **um asterisco após o nome do primeiro autor**, e **dois asteriscos após o nome do Orientador**, usando no computador a aba “referências/inserir nota de rodapé”. A partir desse reCurso, lançar no **“pé da página” de abertura do artigo** o seguinte **texto para os autores**: Acadêmicos do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais ....., da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. E-mail: nome@exemplo.com;

nome@exemplo.com.br. **Quanto à Nota de Rodapé referente ao Orientador, apresentar um breve currículo do mesmo**, com destaque para a formação de base + maior titulação (ex: Bacharel em Relações Internacionais, pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/AP e Especialista em .....)

- e) Após o nome dos autores, lançar o **Resumo na Língua vernácula**. Não esquecer de que o Resumo na Língua Estrangeira é elemento pós-textual, por isso figurará depois da Conclusão, ficando a critério dos autores a Língua a ser usada;
- f) O Resumo deve ser disposto em parágrafo único, sem recuo, com fonte 12 e espaço SIMPLES ENTRE LINHAS. Para a constituição do texto, a ser organizado com o máximo de 250 palavras, exige-se uma sequência lógica de frases concisas e objetivas, que retratem os seguintes elementos: título, tema, problema, hipótese(s), objetivos, metodologia (Método, Instrumentos, sujeitos e *locus*), além dos resultados obtidos na pesquisa. Utilizar sempre o verbo no passado (pois o fenômeno estudado já ocorreu), na voz ativa e na terceira pessoa do singular; [vd. **NBR 6022:2003 + NBR 6028:2003**];
- g) Após o Resumo deverão ser dispostas as **Palavras-chave** (palavras representativas do conteúdo, escolhidas em vocabulário controlado. No mínimo 3 e no máximo 5 palavras), e que se apresentam separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.
- h) Seguidamente virão os **elementos textuais**:
- Os títulos sem indicador numérico (**Resumo, Introdução, Considerações Finais e Referências**) devem ser dispostos de forma **centralizada**, em **caixa alta** e **negritados**;
  - Deverá ser inserido no canto superior do Título/Tema do trabalho o **número 1 (subcrito)** para referenciar em nota de rodapé a data em que o trabalho foi apresentado. Devendo ser usado o seguinte texto: Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em MÊS/ANO na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.
  - A *Introdução* **deve ser elaborada em último plano**, uma vez que seu texto se destina a situar o tema do artigo e a indicar como se distribuiu o estudo;
  - O *Desenvolvimento* do artigo trata do objeto de estudo, ou seja, **descreve o que aconteceu durante a pesquisa**, por isso **nele não cabem longos históricos ou devaneios**. Todo o texto é dissertativo, deve mostrar o que ocorreu, como ocorreu e quais foram os resultados obtidos. O autor não deve se envolver no texto, dando opinião ou fazendo análise própria. Manter padrão de linguagem: utilizar sempre o verbo no passado, na voz ativa e na terceira pessoa do singular;
  - O corpo do desenvolvimento se organiza em **seções** e sua entrada deve ser feita com números arábicos (ex: 1; 1.1; 1.1.1; 2; 2.1; 3 etc), **alinhados na margem esquerda e**

**separados do respectivo título por um espaço, sem nenhum sinal gráfico.** Observar que a numeração progressiva não pode ultrapassar a seção quinária. Para os **títulos das seções primárias** (1; 2; 3; 4 e 5) adotar **caixa alta e negrito**. Havendo desdobramento das seções primárias, **destacar gradativamente os títulos das novas seções usando recursos tipográficos diferentes**, de modo a demonstrar a subordinação hierárquica entre eles. O texto correspondente a cada uma das seções deve iniciar sempre em outra linha [vd. **NBR 6022:2003 + NBR 6024:2012**].

- No caso de uso de ilustrações e tabelas, citá-las ao longo do trabalho, e inseri-las o mais próximo possível ao respectivo texto. A identificação das ilustrações e das tabelas aparece na parte superior e se constitui com os seguintes elementos: palavra designativa da ilustração (ex: Desenho, Fotografia, Fluxograma, Mapa, Gráfico, Figura etc), ou Tabela + número arábico correspondente à ordem em que aparece no texto + travessão + o respectivo título. **No “rodapé da ilustração”, ou da Tabela, indicar sua Fonte, grafada em tamanho 10 – este tamanho de fonte é uma opção do IESAP [vd. NBR 14724:2011];**
  - Na *Conclusão* é importante apresentar o **status final dos objetivos e da(s) hipótese(s) da pesquisa**, remetendo ao seu *status* inicial. Lembre-se que todas as pesquisas não se esgotam em si mesmas, portanto, recomenda-se dar destaque para as possíveis influências que o estudo em apreço pode produzir na “cadeia de investigação” própria do mundo acadêmico. Neste segmento do trabalho o autor pode manifestar-se, assumindo um papel análogo ao dos teóricos de base, porém mantendo a pessoa do disCurso.
- i) No que concerne aos **elementos pós-textuais**, destaca-se que:
- Todos serão anunciados no seguinte padrão: **CAIXA ALTA, NEGRITO E CENTRALIZADO;**
  - Os autores/obras citados no trabalho devem ser dispostos no corpo das referências, alinhadas à margem esquerda do texto, digitadas em espaço simples e separadas entre si por um espaço simples, em branco [vd. **NBR 6023:2002 + NBR 14724:2011**];
  - Lembrar que não há “quebra de página” nos elementos pós-textuais.
- j) **Quanto à formatação do trabalho [vd. NBR 14724:2011]:**
- O **texto** deve ser digitado **em cor preta** (exceção: admite-se o uso de **outras cores** somente para as ilustrações);
  - Dispor o trabalho somente no anverso da folha;
  - As **margens esquerda + superior = 3 cm e direita + inferior = 2 cm;**

- Os **parágrafos** devem ser **recuados em 1,25** (**exceção**: o Resumo, pois seu parágrafo único deve ser apresentado **sem recuo**);
  - O **espaço entrelinhas** é **1,5** para todo o texto (**exceção 1 – usar espaço simples**: em citações com mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas; **Deixar 1 espaço 1,5 entre os títulos das seções/subseções e o texto que os precede e/ou sucede**).
  - O **tamanho da fonte** a ser adotado é **12** (**exceção**: citações com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas das ilustrações e das tabelas, bem como seus respectivos textos, que deverão ser digitadas em **fonte 10**).
  - O **tipo da fonte** deverá **obrigatoriamente** ser **Times New Roman** ou **Arial**.
  - **Para impressão**, utilizar **papel branco** no formato **A4**.
- k) Registra-se que nas NBR não há prescrição quanto ao número de páginas que um trabalho acadêmico, ou similar, deve ter. Neste colegiado de Relações Internacionais o trabalho de conclusão na modalidade ARTIGO deverá ter no mínimo 15 e no máximo 35 páginas (considerando os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais). Em relação à paginação as folhas do trabalho devem ser contadas, sequencialmente, **a partir da primeira folha** e numeradas a partir da segunda folha. Nesse caso, os números devem ser escritos em **algarismos arábicos**, registrada **no canto superior direito**.
- l) Finalmente, embora o presente documento dê ênfase à ABNT, favor lembrar-se das regras da Língua Portuguesa, visto que o TCC configura uma atividade de culminância da Academia, a qual não pode prescindir da norma culta.



## **APÊNDICE C – Orientações Gerais para Avaliação do TCC no âmbito do Curso de Relações Internacionais/UNIFAP**

Nas bancas de defesa de TCC do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UNIFAP, os avaliadores deverão observar as seguintes instruções:

1. O aluno será avaliado em duas modalidades - **avaliação da apresentação oral e análise do trabalho escrito** - por uma banca examinadora composta por três membros, que atribuirão, individualmente, nota ao trabalho;
2. No trabalho escrito, cada membro deve avaliar: relevância e profundidade do tema escolhido; resultados condizentes com os objetivos propostos; capacidade de análise, clareza e coerência; poder de síntese e objetividade; obediência à norma técnica-científica (ABNT);
3. Na apresentação oral, cada membro deve avaliar: coerência do conteúdo da apresentação oral com o documento textual; qualidade e estrutura do material de apresentação; domínio e conhecimento do tema; clareza, fluência e domínio verbal na exposição de ideias; observância do tempo determinado para apresentação (20 a 30 minutos);
4. Recomenda-se que a defesa do TCC siga a seguinte distribuição de tempo:
  - 20 (vinte) a 30 (trinta) minutos para a apresentação oral pelo candidato;
  - 20 (vinte) minutos de arguição para cada membro da banca examinadora;
  - 10 (dez) minutos para avaliação e deliberação da banca sobre o trabalho em câmara fechada.
5. A nota da Banca Examinadora de avaliação variará entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez), sendo considerado(a) aprovado(a) o(a) aluno(a) que, independentemente das modificações sugeridas, obtiver média igual ou superior a 5 (cinco).
6. A nota da Banca Examinadora de avaliação será calculada através da média aritmética simples:

$$Nota\ final = \frac{Nota\ 1 + Nota\ 2}{2}$$

Onde:

Nota 1 – professor examinador 1

Nota 2 – professor examinador 2

7. A avaliação será documentada em Ficha de Avaliação Individual, na qual devem constar as notas que cada examinador atribuiu ao aluno (Vide Apêndice I – Ficha de Avaliação Individual);
8. Em seguida, o Presidente da Banca deverá preencher a Ficha de Avaliação Final (Vide Apêndice II – Ficha de Avaliação Final) a qual deverá conter a nota final do discente, que poderá variar entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez);

9. Ao término da deliberação da banca, o orientador lerá a ata, divulgará a nota final do discente e deverá entregar as fichas de avaliação assinadas à Coordenação do Curso;
10. A entrega da versão final do TCC, em formato *.pdf* em mídia digital, com as correções sugeridas pela banca, juntamente com a Declaração de Autoria e o Termo de Autorização de Publicação, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a defesa.

**APÊNDICE D – Formulário de Avaliação Individual do TCC  
no âmbito do Curso de Relações Internacionais/UNIFAP**

**FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

<b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b>	
<b>ACADÊMICO (A):</b>	
<b>N. MATRÍCULA:</b>	
<b>ORIENTADOR (A):</b>	
<b>TÍTULO:</b>	
<b>EXAMINADOR (A):</b>	

<b>AVALIAÇÃO</b>	
<b>Itens de Avaliação</b>	<b>Nota</b>
<b>1 – Relativos ao documento textual</b>	
1.1 – Relevância e profundidade do tema escolhido (0,0 a 1,5)	
1.2 – Resultados condizentes com os objetivos propostos (0,0 a 1,5)	
1.3 – Capacidade de análise, clareza e coerência (0,0 a 1,5)	
1.4 – Poder de síntese e objetividade (0,0 a 1,5)	
1.5 – Obediência à norma técnica-científica (ABNT) (0,0 a 1,5)	
<b>2 – Relativos à apresentação oral e à arguição</b>	
2.1 – Coerência do conteúdo da apresentação oral com o documento textual (0,0 a 0,5)	
2.2 – Qualidade e estrutura do material de apresentação (0,0 a 0,5)	
2.3 – Domínio e conhecimento do tema (0,0 a 0,5)	
2.4 – Clareza, fluência e domínio verbal na exposição de ideias (0,0 a 0,5)	
2.5 – Observância do tempo determinado para apresentação (20 a 30 minutos) (0,0 a 0,5)	
<b>Total (0,0 – 10,0)</b>	

**Nota:** \_\_\_\_\_

Macapá-AP, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do (a) Examinador (a)**

**APÊNDICE E – Formulário Geral de Notas do TCC  
aplicado ao Curso de Relações Internacionais/UNIFAP**

<b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b>	
<b>ACADÊMICO (A):</b>	
<b>N. MATRÍCULA:</b>	
<b>ORIENTADOR (A):</b>	
<b>TÍTULO:</b>	

<b>NOTAS FINAIS</b>		
	Nota dos avaliadores	Assinatura do avaliador
Nota 1 (examinador 1)		
Nota 2 (examinador 2)		
<b>Nota final do discente*</b>		

\***NOTA FINAL:** A Nota final será calculada pela média aritmética simples, ou seja:

$$Nota\ final = \frac{Nota\ 1 + Nota\ 2}{2}$$

Macapá-AP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Orientador (Presidente)**

## **APÊNDICE F – Regulamento das Atividades de Extensão do Curso de Relações Internacionais/UNIFAP**

(BASE LEGAL: Lei 13.005/2014 - PNE e Resolução CNE/CES n. 7, de 18/12/ 2018)

### **CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º** As Atividades de Extensão universitária no Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá foram estabelecidas em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que instituiu as diretrizes para a Extensão na educação superior brasileira.

**Art. 2º** A atividade de Extensão é entendida como ações que visam compartilhar saberes com a comunidade, assim como trazer os saberes populares para a universidade, articulando o ensino e a pesquisa, e visando um processo educativo integrador e transformador que envolva a sociedade em geral e a universidade.

**Art. 3º** A extensão ocorrerá de maneira permanente em consonância com o disposto na resolução n. 9 de 30 de março de 2006/ CONSU-UNFAP e, em cumprimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP.

**Parágrafo único.** São consideradas Atividades de Extensão o resultado de um processo educativo que deve integrar o conhecimento produzido na universidade com os saberes populares, e que estejam vinculadas à formação do discente com as demandas sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas, que integrem vários segmentos da sociedade civil.

**Art. 4º** Consideram-se as seguintes modalidades, como Atividades de Extensão, desde que observado o disposto no Art. 2º deste Regulamento:

**I. Programas:** representam as ações de médio e longo prazo que aproximam as estratégias extensionistas de projetos, Cursos, oficinas, eventos e etc., visando estabelecer uma rede articulada de gestão conjunta de Atividades de Extensão institucional ou interinstitucional;

**II. Projetos:** São ações extensionistas aquelas oriundas de qualquer Instituição de Ensino Superior, podendo ser permanentes ou eventuais;

**III. Cursos e Oficinas:** são atividades de cunho tecnológico, cultural ou acadêmico, que tenham como objetivo estabelecer a difusão dos conhecimentos científicos produzidos na universidade para a sociedade civil em geral, com ênfase na responsabilidade social.

**IV. Eventos:** São práticas extensionistas que podem ser divulgadas a partir de palestras, seminários, encontros ou congressos, nacionais ou internacionais.

**V. Prestação de Serviços:** Se propõe ao desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas, a partir do compartilhamento de conhecimento produzido na universidade em comunidades, com o intuito de estabelecer soluções para dado problema profissional ou social.

**VI. Produto:** É o resultado de Atividades de Extensão, ensino e pesquisa, com a finalidade de difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica, a partir da elaboração de livros, anais, artigos, textos, revistas, manual, cartilhas, jornal, relatório, vídeos, filmes, programas de rádio e TV, softwares, CDs, DVDs, partituras, arranjos musicais, entre outros.

**Parágrafo único:** Para que as horas sejam computadas na carga horária de extensão do estudante, é necessário que o discente seja agente ativo na integração entre saberes universitários e populares, não sendo possível, por isso, computar atividades extensionistas em que o estudante compareceu na condição de ouvinte. Além disso, a carga horária já computada como Atividade Complementar não pode ser computada como Extensão.

## **CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

**Art.5º** As Atividades de Extensão institucionais da UNIFAP são coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC) e Departamento de Extensão (DEX) e devem ser submetidas a registro no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA);

**Art.6º** As Atividades de Extensão serão apresentadas ao colegiado do Curso de Relações Internacionais, para anuência e acompanhamento das ações realizadas;

**Art.7.** As atividades extensionistas integrarão o currículo estudantil em um total de 330 horas e estão discriminados da seguinte forma:

**Quadro de Carga Horária de Atividades de Extensão**

<b>Componente Curricular específico</b>	<b>CH de extensão</b>	<b>Créditos</b>
Atividades de Extensão I	90	6
Atividades de Extensão II	60	4
Atividades de Extensão III	60	4
Atividades de Extensão IV	60	4
Atividades de Extensão V	60	4

**Parágrafo único.** Para creditação no currículo estudantil as Atividades de Extensão serão registradas em Módulo Livre e poderão ser cursadas pelo aluno a partir do segundo semestre. Serão aceitas atividades de extensão de qualquer instituição de ensino superior, desde que devidamente registradas no respectivo departamento de extensão da instituição.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

**Art. 8º** O planejamento das Atividades de Extensão dar-se-á no início de cada semestre seletivo, em reuniões de colegiado, com base em uma concepção interdisciplinar, que articule Ensino, Pesquisa e Extensão por meio da valorização de uma formação cidadã;

**Art. 9º** As Atividades de Extensão fazem parte da matriz curricular do Curso de RI e será destinada, no mínimo, 10% do total da carga horária do Curso para este fim.

**Art. 10** Será estabelecido, em cada início de semestre um plano de trabalho coletivo que envolva discentes, docentes e corpo técnico-administrativo nas práticas extensionistas, em programas, projetos, Cursos, oficinas, eventos ou prestação de serviços e/ou elaboração de produto.

**Art. 11** Em referência às diretrizes da Extensão na Educação Superior durante o planejamento, organização e execução de Atividades de Extensão, estas deverão expressar o compromisso social da UNIFAP com diversas áreas do saber, destacam-se: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA AUTOAVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

**Art. 12** A autoavaliação das atividades extensionistas ocorrerá por intermédio da utilização de questionários disponíveis no SIGAA para a comunidade universitária, além da aplicação de instrumento similar para a população participante da prática de extensão;

**Art. 13** A autoavaliação será permanentemente realizada para verificar a pertinência das Atividades de Extensão que devem ser creditadas no currículo estudantil, assim como, na avaliação crítica sobre o ensino, a pesquisa e a extensão efetivados no Curso.

**Art. 14** A elaboração do relatório final de atividade de extensão envolverá docentes e discentes que estejam registrados no SIGAA, enquanto membros da ação extensionista.

**Art. 15** Ao término de cada atividade de extensão será apresentado ao colegiado, pelo (a) respectivo coordenador (a), um relatório contendo o detalhamento das ações efetivadas, as metas e objetivos alcançados. O formulário para preenchimento do relatório final de atividade de extensão está disponível no sítio do Departamento de Extensão da UNIFAP.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 16** A análise de crédito de atividade de extensão deve ser feita por docente vinculado ao Curso de Relações Internacionais, e que será o mesmo docente que avaliará os pedidos de crédito de Atividades Complementares. Os membros do corpo docente que desejem creditar carga horária de extensão devem apresentar a documentação comprobatória à coordenação, que por sua vez encaminhará para análise do docente responsável.

**Art. 17** O Presente regulamento somente será alterado por intermédio de deliberação do Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso.

**Art. 18** Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado do Curso de Relações Internacionais.



## APÊNDICE G – Ementas das Disciplinas do Curso de Relações Internacionais/UNIFAP

### • Ementas das disciplinas do 1º período/semestre

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Introdução às Relações Internacionais	60 h
<b>EMENTA</b>	
A disciplina apresenta às Relações Internacionais como área de estudo, introduzindo os alunos aos principais termos empregados no estudo, contextualizando os principais temas, agendas e perspectivas teóricas. Estudo das principais forças e agentes da construção, manutenção e modificação dos padrões na política internacional contemporânea. E apresentação aos alunos da história da disciplina no mundo e no Brasil.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ARRAES, Virgílio et al. Introdução ao estudo das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2013. PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões. Editora Vozes Limitada, 2017. SEITENFUS, Ricardo. Relações internacionais. Editora Manole Ltda, 2004.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BAYLIS, John. The globalization of world politics: An introduction to international relations. Oxford university press, USA, 2020. BERENSKOETTER, Felix; WILLIAMS, Michael J. (Ed.). Power in world politics. Routledge, 2007. CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira. Diccionario de relaciones internacionales y política exterior. Grupo Planeta (GBS), 2013. DE REZENDE MARTINS, Estevão Chaves. Relações internacionais: cultura e poder. Ibr, 2002. DE SOUSA, Fernando. Dicionário de relações internacionais. Edições Afrontamento, CEPESE, e autores, Santa Maria, 2005. DUNCAN, W. Raymond; JANCAR-WEBSTER, Barbara; SWITKY, Bob. World politics in the 21st century. 2nd edition. New York: Pearson Longman, c2004. xxii, 602 p.: illustrations (some color), maps; 26 cm., 2004. FIGUEIRAS, Marcos Simão. MERCOSUL no contexto latino-americano. Ed. Atlas SA, 1996. GONÇALVES, Alcindo e COSTA, José Augusto Fontoura. Governança Global e Regimes Internacionais. São Paulo: Almedina, 2011. HAYNES, Jeffrey et al. World politics: International relations and globalisation in the 21st century. Routledge, 2013. HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea; TABAK, Jana. Organizações internacionais: história e práticas. Elsevier Brasil, 2015. HOBSBAWM, Eric. Globalização, democracia e terrorismo. Companhia das Letras, 2019. HOCKING, Brian; SMITH, Michael. World politics: an introduction to international relations. Routledge, 2014. JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007 LEHMEN, Alessandra. Governança ambiental global e direito. Juruá Editora, 2015.. SALA, José Blanes (Ed.). Relações internacionais e direitos humanos. Editora Oficina Universitária, 2011. NYE JR, Joseph S. Cooperação e conflito nas relações internacionais. Editora Gente Liv e Edit Ltd, 2009.	

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Manual das organizações internacionais. Livraria do Advogado Editora, 2018.

VAZ, Alcides Costa. Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul. Ibrí, 2002.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. International relations and world politics. Boston, MA: Pearson, 2013.

VISACRO, Alessandro. Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. Editora Contexto, 2013.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Introdução ao Estudo de Direito	60 h
<b>EMENTA</b>	
<p>O conceito de Direito. História do Direito. O direito como fenômeno social e normativo autônomo. Direito romano-germânico. Direito anglo-saxão. Quadro geral da teoria do direito (positivismo jurídico, realismo jurídico, jusnaturalismo, versões positivistas moderadas, bem como pós-positivismo e formalismo contemporâneo). Conceito, classificação e definição da sanção jurídica. A ideia de Relação Jurídica, seus elementos e suas repercussões nas grandes linhas do pensamento jurídico. Dicotomia público/privado no Direito. Classificação das disciplinas jurídicas. Hermenêutica jurídica decisão e aplicação do Direito. visões alternativas do Direito: feminismo, Direito Achado na Rua, Direito Alternativo, pluralismo jurídico.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>DIMOULIS, Dimitri. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2016.</p> <p>MASCARO, Alysson Leandro. Introdução ao Estudo do Direito. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2021.</p> <p>SAMPAIO, Tércio Ferraz Junior. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Editora Atlas, 2007.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 22ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.</p> <p>FINEMAN, Martha Albertson. Feminist legal theory. <i>Journal of Gender, Social Policy and the Law</i>. v. 13, n. 1, 2005, p. 13-23. Disponível em:  <a href="http://www.iiav.nl/ezines/web/AmericanUniversityJournal/2005/No1/american/fineman.pdf">http://www.iiav.nl/ezines/web/AmericanUniversityJournal/2005/No1/american/fineman.pdf</a></p> <p>GONTIJO, Mariana Fernandes. A cultura do grafite: por um direito das ruas. Belo Horizonte: Quintal, 2015.</p> <p>GUSMÃO, Paulo Dourado. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Ed.Forense. 15ª ed. 1992.</p> <p>MIAILLE, Michell. Introdução Crítica ao Direito. Ed. Estampa.</p> <p>NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 18ª ed. São Paulo: Ed. Forense, 2000.</p> <p>REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.</p> <p>SOUZA JUNIOR, José Geraldo de (org.). Introdução crítica ao Direito (Série o Direito Achado na Rua, V. 1). 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.</p>	

\_\_\_\_; NETO, Francisco Q. Veras; LIXA, Ivone M. (orgs.). Pluralismo Jurídico. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito no Brasil. 3ª ed. Forense. 2002.

WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamentos de História do Direito. 3ª ed. Belo Horizonte: Del Rey. 2006.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Introdução a Filosofia	60 h
<b>EMENTA</b>	
Justiça e democracia na Grécia Antiga; filosofia política renascentista; filosofia política moderna; os fundamentos do Estado moderno e os conceitos centrais do poder político.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ARISTÓTELES. Política. Trad., introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3. Ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.	
MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Trad. de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultura, 1991	
ROUSSEAU, Jean-Jacques. DisCurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril Cultural, 1978.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ARISTÓTELES. Ética à Nicômaco. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1978.	
BOBBIO, Norberto. Thomas Hobbes. Rio de Janeiro. <i>Campus</i> , 1991.	
CASSIRER, Ernest. A questão Jean-Jacques Rousseau. São Paulo, Editora UNESP, 1999	
CHEVALLIER, Jean-Jacques. As grandes obras políticas de Maquiavel aos nossos dias. Rio de Janeiro: Agir, 1980.	
DEBRUN, Michel. Algumas observações sobre a vontade geral no contrato social. In: Estudos em homenagem a J.J. Rousseau – 200 anos do Contrato Social. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1962.	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Metodologia Científica	60 h
<b>EMENTA</b>	
Conceito e concepção de ciência. Conceituação de Metodologia Científica. Necessidade da produção científica na Universidade. Passos do encaminhamento e da elaboração de projetos.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
FREIRE, Paulo, Importância do Ato de Ler, São Paulo, Cortez, 1984.	
GIL, Antonio C., Como elaborar projetos de pesquisa. 3ª Ed. São Paulo, Atlas, 1994.	
OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica. São Paulo. Pioneira.1998.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BARROS, Aidil de Jesus Paes de. LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas. 12ª ed. Petrópolis. Vozes. 1990.	
BEBBER, Guerino e MARTINELLO Darci, Metodologia Científica, Orientações Metodológicas para Projetos, UnC, Caçador , 1996,	
DEMO, Pedro. Educar pela Pesquisa. 4ª ed. Campinas. Autores Associados.2000.	
LOWY, Michael. Método Dialético e Teoria Política. Rio de Janeiro.Paz e Terra. 1978	

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 29ª ed. Petrópolis. Vozes. 1996.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Teoria Geral do Estado	60 h
<b>EMENTA</b>	
<p>A Teoria Geral do Estado: objeto de Estudo e história da disciplina; Sociedades Políticas; Conceito de Estado; Elementos do Estado: povo, território, governo, soberania. Evolução histórica do Estado; As funções do Estado; Separação dos poderes; Estrutura do Estado: Estado unitário e federal; Formas de Estado: monarquia e república; Organização do governo: presidencialismo e parlamentarismo; Sufrágio; Sistemas eleitorais; O poder do Estado: soberania, autonomia, indivisibilidade, Legalidade e Legitimidade; Constituição; Constitucionalismo; Poder Constituinte; Estado de Direito: Estado liberal de Direito, Estado social de Direito, Estado democrático de Direito; Democracia; Representação Política; Golpe e Revolução; Estado e Religião; Opinião pública; Estado e Direito; O Estado e as mulheres; Estado e racismo; O Estado nas relações internacionais: o Estado como sujeito do Direito Internacional Público e como ator das Relações Internacionais; Estado e direitos humanos.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PARQUINO, Gianfranco (orgs.). Dicionário de Política. 13ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.</p> <p>DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1998.</p> <p>STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, Jose Luiz Bolzan de. Ciência Política e Teoria do Estado. 8ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>AGNEW, John. Globalization and sovereignty. Lanham, Rowman &amp; Littlefield Publishers, 2009.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Ensaio sobre Gramsci e o conceito da sociedade civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.</p> <p>BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p> <p>BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Sociedade e estado na filosofia política moderna. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.</p> <p>BONAVIDES, Paulo. Teoria geral do estado. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.</p> <p>COX, Robert. Gramsci, Hegemony and International Relations. Millennium: Journal of International Studies, vº12, n. 2, 1983</p> <p>DALLARI, Dalmo De Abreu. Direitos humanos e cidadania. São Paulo: Moderna, 1998.</p> <p>DALLARI, Dalmo De Abreu. O futuro do estado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; Jorge; Vladimyr Lombardo (orgs.). Curso de Teoria Geral do Estado. Elsevier Editora. 2009.</p> <p>HOBBS, Thomas. Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Edipro, 2019.</p> <p>IANNI, Octavio. Teorias da globalização. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.</p> <p>LOCKE, John. Carta acerca da tolerância : Segundo tratado sobre o governo : Ensaio acerca do entendimento humano. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.</p> <p>MILLS, Charles W. The Racial Contract. Cornell University Press, 1997.</p> <p>MONTESQUIEU, Charles De Secondat. O espírito das leis. 2. ed. Brasília: UnB, 1995.</p>	

PATEMAN, Carol. O contrato sexual, Editora Paz & Terra, 1993.  
 OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (org.). A Constituição de 1988 na vida brasileira. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008.  
 REUS-SMITH, Christian. The moral purpose of the state: culture, social identity, and institutional rationality in international relations. Princeton University Press. 1999  
 ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social ; Ensaio sobre a origem das línguas ; DisCurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens ; DisCurso sobre as ciências e as artes. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.  
 ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emile e Sophie ou os solitários. Florianópolis: Paraula, 1994.  
 RÚBIO, David Sanchez; FLORES, Joaquín Herrera; CARVALHO, Salo de (org.). Direitos Humanos e Globalização: Fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.  
 WALTZ, Kenneth. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 1979.  
 WEFFORT, Francisco. Os Clássicos da Política, v. 1. 14ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

- **Ementa das disciplinas do 2º Período/Semestre**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Ciência Política I	60 h
<b>EMENTA</b>	
Leitura e discussão de textos relevantes do Pensamento Político Ocidental Moderno e as Tradições teóricas do republicanismo cívico de Maquiavel, o contratualismo, o utilitarismo, os idealismos, o liberalismo novecentista, o marxismo, e as contribuições weberianas.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
HOBBS, Thomas São Paulo. Leviatã ou matéria, forma a poder de um estado eclesiástico e civil. Os Pensadores. ed. A. Cult. 1979. WEBER, Max, Economia y sociedad. Ciudad del Mexico. ed. Fundo cult.1969 WEFFORT, Francisco (org.). Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 2001. Vol. 1 e 2.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. BONAVIDES, Paulo. Ciência política. São Paulo: Malheiros, 2003. MORGENTHAU, Hans. A Política entre as Nações. Brasília: UNB, 2002. MONTESQUIEU, Charles Louis de. O espírito das leis. 4 ed. Martins Fontes, 2005. VRITZER, Leonardo. A moralidade da democracia. Editora Perspectiva. São Paulo. 1996.	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Direito Internacional Público	60 h
<b>EMENTA</b>	
Conceito e objeto do Direito Internacional Público (DIP); História do DIP; A sociedade internacional; Caráter jurídico do DIP; Diferenças e relações entre o DIP e o Direito Internacional Privado; fundamento de validade da norma jurídica internacional; Relações entre DIP e direito interno; Fontes do DIP: Tratados, costume, princípios, atos unilaterais, decisões das organizações internacionais; Elementos subsidiários do DIP: jurisprudência, doutrina, analogia, equidade; Sujeitos do DIP: Estados, organizações internacionais, ser humano, Santa Sé, beligerantes, insurgentes, Cruz Vermelha, Ordem de Malta; Solução pacífica de controvérsias no DIP; o uso da força no DIP; Técnicas de fiscalização e monitoramento do cumprimento de normas internacionais; Responsabilidade Internacional;	

Direito das relações diplomáticas e consulares; O território no DIP; Direito Internacional Marítimo.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.  
 DIHN, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.  
 MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. Teoria Geral do Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2020.  
 BROWNLIE, Ian. Princípios de Direito Internacional Público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.  
 MAGALHÃES, José Luiz Quadros. Estado plurinacional e Direito Internacional. Curitiba: Juruá, 2012.  
 MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz (org.). Desafios do Direito Internacional Contemporâneo. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.  
 REZEK, José Francisco. Direito internacional público: Curso elementar. 17ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2018.  
 SEITENFUS, Ricardo. Manual das Organizações Internacionais. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.  
 TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direito das Organizações Internacionais. 5ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.  
 \_\_\_\_\_. A Humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.  
 \_\_\_\_\_. A Nova Dimensão do Direito Internacional Público. Brasília: Instituto Rio Branco, 2003.  
 \_\_\_\_\_. A visão humanista do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.  
 VARELLA, Marcelo Dias. Direito internacional público 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
História das Relações Internacionais I	60 h
<b>EMENTA</b>	
Estudo dos principais sistemas político-internacionais desde a Mesopotâmia até a Revolução Francesa. Tendo como foco a construção do Mundo Moderna, o surgimento do Estado-Nação, o conceito de soberania, a Paz de Wesphalia. A criação e expansão da sociedade de Estados, a conquista do Novo Mundo. O surgimento do Liberalismo e a dupla Revolução.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 1989. WATSON, Adam. A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa. Brasília: UnB, 2004.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ABU-LUGHOD, Janet L. Before European hegemony: The world system A.D. 1250-1350. New York: Oxford University Press, 1989. ANDERSON, M. S. La Europa del siglo XVIII (1713-1789). Ciudad de México: Fondo de Cultura Economica, 1992. ANDERSON, Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. Editora brasiliense, 1987. ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista, Brasiliense, São Paulo 1983.	

- BOBBITT, Philip. A guerra e a paz na história moderna. Rio de Janeiro: *Campus*, 2003.
- BURCKHARDT, J. A cultura do Renascimento na Itália, Cia das Letras, São Paulo 1991.
- CROWLEY, Roger. Conquistadores. Editora Planeta do Brasil, 2016.
- DARWIN, John. Ascensão e Queda dos Impérios Globais. 1400-2000. Leya, 2018.
- ELLIOTT, J. A Europa dividida 1559-1598, Presença, Lisboa 1985.
- ELTON, G.R. A Europa durante a Reforma 1517-1559, Presença, Lisboa 1982.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; DE ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; DE SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos: América lusa, séculos XVI a XVIII. Editora Record, 2007.
- FRIGHETTO, Renan. A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII). Juruá, 2012.
- GIBBON, Edward. Declínio e queda do Império Romano: edição abreviada. Editora Companhia das Letras, 2018.
- GREN, Vivian Hubert Howard. Renascimento e Reforma: a Europa entre 1450 e 1660. Lisboa, 1984/1991.
- GRUZINSKI, Serge. A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI. Editora Companhia das Letras, 2015.
- GRUNEBAUM, Gustave Edmund von, (org.). El Islam II. Desde la caída de Constantinopla hasta nuestros días. Compilado por --. História Universal. Siglo Veintiuno. Volumen 15. México, 1975 (1992)
- HALE, J.R. A Europa durante o Renascimento 1480-1520, Presença, Lisboa 1983.
- HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOBBSBAWM, J.E. A Era das Revoluções 1789-1848, Paz e Terra, Rio de Janeiro
- HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. Editora Companhia das Letras, 2006.
- MAALOUF, Amin. As cruzadas vistas pelos árabes. Leya, 2020.
- MAGNOLI, Demétrio (org.). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAGNOLI, Demétrio (org.). História da Paz. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAURO, Frédéric. Expansão europeia (1600-1870). São Paulo: Pioneira, 1980.
- MATTINGLY, Garrett. Renaissance Diplomacy, Londres 1955.
- OGG, David. La Europa del Antiguo Regime (1715-1783), Editora Siglo XXI.
- PANNIKAR, K.Madhu; CARPEAUX, Otto Maria. A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PARKER, Geoffrey. Europa en crisis 1598-1648. México, etc.: Siglo Veintiuno, 1981.
- PIRENNE, Henri; DUARTE, Manuel Vitorino Dias. Maomé e Carlos Magno. 1992
- PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime. História da cidadania. Editora Contexto, 2007.
- RENOUVIN, Pierre. Histoire des relations internationales (I-V), Hachette, Paris 1955.
- RUDÉ, George. La Europa revolucionaria (1783-1815), Editora Siglo XXI, 1974.
- STONE, Lawrence. Causas da Revolução Inglesa (1529-1642), Edusc, Bauru 2001.
- STOYE, John. El despliegue de Europa (1648-1688), Editora Siglo XXI.
- TOCQUEVILLE, Alex. de. O Antigo Regime e a Revolução, UNB, Brasília 1979.
- TREVOR-ROPER, Hugh Redwald; DO CARMO CARY, Maria; RAMOS, Vanda. Religião, Reforma e transformação social, Presença 1981.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The modern world system I: Capitalist agriculture and the origins of the European World-economy in the sixteenth century. New York, etc.: Academic Press, 1974
- WILLS JR, John E. 1688 – O início da Era Moderna. Rio de Janeiro: *Campus*, 2001.
- WILSON, Peter H. La Guerra de los Treinta Años I: Una tragedia europea (1618-1630). Desperta Ferro Ediciones, 2020.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Introdução à Economia e História do Pensamento Econômico	60 h
<b>EMENTA</b>	
Teoria econômica e seus conceitos chaves. Princípios básicos de economia. Noções sobre as principais escolas e teorias do pensamento econômico. Noções de Micro e Macroeconomia. Noções de crescimento e desenvolvimento econômico mundial e brasileiro. Noções de globalização e a participação do Brasil no sistema capitalista mundial. Noções de economia internacional.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2000. SOUZA, Nali de Jesus. Economia Básica. São Paulo: Atlas, 2007. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia Micro e Macro. São Paulo: Atlas, 2010.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do Pensamento econômico: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 2012. DILLARD, Dudley. A teoria econômica de John Maynard Keynes. SP: Pioneira, 1971 DORNBUSCH, Rudiger e FISHER, Stanley. Macroeconomia. RJ:McGraw-Hill, 1982. MANKIW, N. G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 1995. MANSFIELD, Edwin. Microeconomia: teoria e aplicações. Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 1978.	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Introdução a Sociologia	60 h
<b>EMENTA</b>	
Contexto histórico do surgimento da sociologia – Revolução Industrial e Revolução Francesa. A construção do conhecimento sociológico. As grandes correntes clássicas da sociologia. Objeto de estudo e métodos em sociologia.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico: texto integral. São Paulo-SP: Martin Claret, 2008. WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília-DF: UNB, 1999. 2 v	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BOTTOMORE, T. B. Introdução à sociologia. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. DEMO, Pedro. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. 53 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. GARCIA, Regina Leite (org.). Aprendendo com os movimentos sociais. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. HUBERMAN, L. A História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. HARNECHER, M. Os Conceitos Elementares Do Material Histórico. São Paulo: Santiago Siglo, 1971. GUARESCHI, Pedrinho. Sociologia crítica: alternativas de mudança. 53. ed. Porto Alegre: EDIPURCRS, 2003, 2008. WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília-DF: UNB, 1999. 2 v	



- **Ementas das disciplinas do 3º período/semestre**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Ciência Política II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Leitura e discussão de textos relevantes do Pensamento Político Contemporâneo e as correntes de pensamento contemporâneo: Teoria das Elites, Teoria Marxista Contemporânea, Teoria Pluralista Teoria sistêmico-funcionalista, Teoria crítica do Liberalismo e do Socialismo. Teoria da escolha racional. Multiculturalismo, tolerância e barbárie.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ARENDT, Hannah. O Que é Política? Trad. Reinaldo Guarany. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand.2006	
SHUMPETER, J. Rio de Janeiro. Capitalismo, socialismo e democracia. Zahar editores, parte IV.s/d.	
OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo: Editora	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ELSTER, Jonh. Peças e engrenagens das ciências sociais. Trad. Antonio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume- -Dumará, 1994.	
SANTOS, Wanderley Guilherme dos. São Paulo, Paradoxos do Liberalismo. ed. Iuperj 1988	
WEBER, Max, Economia y sociedad. Ciudad del Mexico. ed. Fundo cult.1969	
WEFFORT, Francisco (org.). Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 2001. Vol. 1 e 2.	
HOBBS, Thomas São Paulo. Leviatã ou matéria, forma a poder de um estado eclesiástico e civil. Os Pensadores. ed. A. Cult. 1979.	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Direito das Relações Internacionais	30 h
<b>EMENTA</b>	
Recursos comuns e normas internacionais de cooperação para sua utilização; Nacionalidade no Direito Internacional Público; Direito das migrações; Direito Internacional Ambiental; Direito Internacional Sanitário; Direito do Comércio Internacional; Direito da Integração Regional; Direito Comunitário; Direito Penal Internacional.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	
BROWNLIE, Ian. Princípios de Direito Internacional Público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.	
VENTURA, Deisy. Direito Internacional Sanitário. Disponível em: <a href="https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/30315262/docmanualespecializacao19direitointernacionalsanitario-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1631226339&amp;Signature=OvhJOeLzupQaXgO-lt78U7IW5Tk1PywGLEW9Gzr3~nxZdihBowZ~eeSWQAEflq0a~O411WPUuJUL53Lmm8Ip63nT5qfIpr6EicU1z7rg6VB~4gmgNFfdDgjPk5X2czi3nkDwsqyQRLT3LLhHq6GR7Zt tJIVMYn4ky3tJGJI8E~TSAyI~MGhGSpHm6wPDkvsITUnjNkmrCVJXvsJjjEaQmIC6UurGZYPwagaKr~lz1yQrjCoJvgUL6AUjHsBVf3nYYZ~OX4ebMZbe6k96alOc03qElZ5eQJaIC1NPLb4mbry4WlikeObUe0C7-bfL07Q8tVA5Qsj92~YQizBn2c85awQ__&amp;Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA">https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/30315262/docmanualespecializacao19direitointernacionalsanitario-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1631226339&amp;Signature=OvhJOeLzupQaXgO-lt78U7IW5Tk1PywGLEW9Gzr3~nxZdihBowZ~eeSWQAEflq0a~O411WPUuJUL53Lmm8Ip63nT5qfIpr6EicU1z7rg6VB~4gmgNFfdDgjPk5X2czi3nkDwsqyQRLT3LLhHq6GR7Zt tJIVMYn4ky3tJGJI8E~TSAyI~MGhGSpHm6wPDkvsITUnjNkmrCVJXvsJjjEaQmIC6UurGZYPwagaKr~lz1yQrjCoJvgUL6AUjHsBVf3nYYZ~OX4ebMZbe6k96alOc03qElZ5eQJaIC1NPLb4mbry4WlikeObUe0C7-bfL07Q8tVA5Qsj92~YQizBn2c85awQ__&amp;Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA</a>	

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AMBOS, Kai. *Treatise on International Criminal Law*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- BASSIOUNI, Cherif. *Introduction to International Criminal Law*. 2ª ed. Leiden: Martinus Nijhoff, 2013.
- BICHARA, Jahyr-Phillipe. O tratamento do apátrida na nova lei de migração: Entre avanços e retrocessos. *Revista de Direito Internacional*, V. 14, n. 2, 2017, p. 237-253.
- BREDA, Tadeu (org.). *Bolsonaro genocida*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- CAMPOS, João Mota de. *Manual de Direito Comunitário*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2008.
- CARDOSO, Elio. *Tribunal penal internacional: conceitos, realidades e implicações para o Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- CASSESE, Antonio. *International Criminal Law*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CONECTAS DIREITOS HUMANOS. *Boletim Direitos na Pandemia n. 10*. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/boletim-direitos-na-pandemia-no-10/>.
- DIHN, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- DIZ, Jamile Bergamaschine Mata. *Direito da integração regional*. Curitiba: Juruá, 2012.
- JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. *O direito penal internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- LOBO, Maria Teresa de Cárcamo. *Manual de Direito Comunitário: 50 anos de integração*. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- MEDEIROS, Antonio Paulo Cachapuz (org.). *Desafios do Direito Internacional Contemporâneo*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- NUNES, Paulo Henrique Faria. *Lei de Migração: marco jurídico relativo ao fluxo transnacional de pessoas*. 3ª ed. Goiânia: Edição própria do autor.
- OLIVEIRA, Pedro Farias. *DESAFIOS DO DIREITO INTERNACIONAL SANITÁRIO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: PODER NORMATIVO, RETIRADA E FINANCIAMENTO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE*. *Revista Estudos Institucionais*, v. 7, n. 1, p. 73-103, jan./abr. 2021
- POZZOLI, Lafayette. *Direito comunitário europeu: uma perspectiva para a América Latina*. São Paulo: Método, 2003.
- REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: Curso elementar*. 13ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2011.
- SCHABAS, William, BERNAZ, Nadia (orgs.). *Routledge handbook of international criminal law*. Abingdon: Routledge; Nova Iorque: Taylor & Francis, 2011.
- SEITENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento E. *Direito Internacional Ambiental: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nossa ordem mundial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Thex, 2002.
- TIMM, Luciano Bennetti, RIBEIRO, Rafael Pellegrini, Estrella, Angela T. Gobbi. *Direito do Comércio Internacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direito das Organizações Internacionais*. 5ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.
- \_\_\_\_\_. *A Humanização do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A Nova Dimensão do Direito Internacional Público*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A visão humanista do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

VARELLA, Marcelo Dias. Direito Internacional Econômico Ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

\_\_\_\_\_. Direito internacional público 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

VARELLA, Marcelo Dias et al. O caráter humanista da Lei de Migrações: avanços da Lei n. 13.445/2017 e os desafios da regulamentação. Revista de Direito Internacional, V. 14, n. 2, 2017, p. 254-267.

VELLOSO, Ana Flavia; JARDIM, Tarciso Dal Maso (orgs.). A nova lei de migrações nos regimes internacionais. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

VENTURA, Deisy. Direito e saúde global: o caso da pandemia de gripe A (H1N1). São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
História das Relações Internacionais II	60 h
<b>EMENTA</b>	
<p>Formação do mundo liberal eurocêntrico e a transição para o sistema norte-americano; o império napoleônico e inglês; a ordem internacional do século XIX: a hegemonia coletiva (1815-1848) ou o Concerto Europeu; a Era das Revoluções e o neoimperialismo: a divisão afro-asiática; o colapso do sistema internacional europeu; a instabilidade internacional e a gestação de uma nova ordem mundial oriunda da I e da II Guerra Mundial; a Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim, e mundo pós-URSS.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>LESSA, Antonio Carlos. História das relações internacionais – a pax britannica e o mundo do século XIX. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.</p> <p>LOHBAUER, Christian. História das relações internacionais II – o século XX: do declínio europeu a era global. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.</p> <p>SARAIVA, Jose Flavio Sombra (org.). Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815- 1947). Vol 1. Brasília: IBRI, 2001.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>BAYLIS (John) and Steve SMITH (Eds.), The globalization of world politics: An introduction to International Relations. Oxford, 1997.</p> <p>BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra. São Paulo: Perspectiva, 1993.</p> <p>CHESNEAUX, Jean. A Ásia oriental nos séculos XIX e XX. São Paulo: Pioneira, 1976.</p> <p>DEMANT, Peter. O mundo muçulmano. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>DINIZ, Eugenio e RESENDE, Erica. Os Estados Unidos no Mundo Atual. Curitiba, Jurua Editora, 2010</p> <p>DROZ (J.), Europe between revolutions, 1815-1848.</p> <p>DUROSELLE, Jean Baptiste. A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais. São Paulo: Pioneira, 1992.</p> <p>DUROSELLE, Jean-Baptiste. Todo império perecerá – teoria das relações internacionais. Brasília: EdUnB, 2000.</p> <p>FERRO, Marc. História das colonizações - das conquistas às independências - séculos XIII a XX. São Paulo: Cia das Letras, 1996.</p> <p>GRUNEBAUM (Gustave Edmund von), (org.), El Islam II. Desde la caída de Constantinopla hasta nuestras dias. Compilado por --. Historia Universal. Siglo Veintiuno. Volumen 15. Mexico, 1975 (1992)</p> <p>HENDERSON, N. O . A revolução industrial. São Paulo: Verbo, 1979.</p> <p>HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios, 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.</p> <p>_____. A era do capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.</p>	

- \_\_\_\_\_. A era das revoluções: Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- \_\_\_\_\_. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOCHSCHILD, Adam. O fantasma do Rei Leopoldo – uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- JOLL (James). Europe since 1870: an international history. London: Penguin, 1990.
- KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. Rio de Janeiro: *Campus*, 1989.
- KRIPPENDORFF, E. El sistema internacional como história, F.C.E., México 1975
- LANDES, David S. Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LESSA, Antonio Carlos. História das relações internacionais – a Pax Britannica e o mundo do século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams S. (orgs.). História das Relações Internacionais – teorias e processos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- LEWIS, Bernard. O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- \_\_\_\_\_. História das Relações internacionais, Antídoto, Lisboa 1979
- PANNIKAR, K.M. A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PECEQUILO, Cristina. Os Estados Unidos e o Século XXI. Elsevier Academic, 2016.
- \_\_\_\_\_, Rússia e os Desafios Presentes e Futuros. Curitiba, Jurua Editora, 2011.
- \_\_\_\_\_, O Brasil e a América do Sul. Elsevier/Alta Editora, 2015.
- RÉMOND, René. O antigo regime e a revolução – 1750-1815. São Paulo: Cultrix, 1986.
- RÉMOND, René. O século XIX – 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1990.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. Introdução à história das relações internacionais. São Paulo: Difel, 1967.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas – da Sociedade Internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2007.
- SEAMAN, L. C. B. Do Congresso de Viena ao Tratado de Versalhes. São Paulo: Atlas, 1977.
- SHEEHAN, Michael. The Balance of Power – History and Theory. London & New York: Routledge, 1996
- VIZENTINI, Paulo. O Sistema Interafricano e sua Inserção no Mundo. Curitiba, Jurua Editora, 2010.
- \_\_\_\_\_, Da Guerra Fria a Crise. Porto Alegre, Editora UFGRS, 2006.
- \_\_\_\_\_, Descompasso entre as Nações. Record editora, 2004.
- \_\_\_\_\_, Primeira Guerra Mundial. Porto Alegre, Editora UFGRS, 1996
- \_\_\_\_\_, CEPIK, Marco Aurelio, PEREIRA, Analucia, G3-Forum de Dialogo IBAS. Curitiba, Jurua Editora, 2011.
- WATSON, Adam. A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa. Brasília: UnB, 2004.
- VOHRA (Ranbir). The making of India: A historical survey. Armonk, New York and London: M.E. Sharpe, 1997.
- WALLERSTEIN (Immanuel), The modern world system I: Capitalist agriculture and the origins of the European World-economy in the sixteenth century. New York, etc.: Academic Press, 1974.

WESSELING, H. L. Dividir para dominar – a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais	30 h
<b>EMENTA</b>	
Discutir a relação teoria-método-técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais. O enfoque prioriza a compreensão de que teoria e pesquisa são indissociáveis no avanço do conhecimento sociológico e destacará as principais correntes teórico-metodológicas das ciências sociais, a especificidade desse conhecimento e a utilização de instrumental adequado à investigação da realidade social.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BOUDON, Raymond Os Métodos em Sociologia. São Paulo, Ática, 1989. BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis, Vozes, 1997. BOURDIEU, Pierre. O desencantamento do mundo. São Paulo, Perspectiva, 1979.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
GOLDENBERG, Mirian. A outra. Um estudo antropológico sobre a identidade da amante do homem casado. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1990. GOODE, W.J., HATT, P.K. Métodos em pesquisa social. São Paulo, Editora Nacional, 1979. GRANOVETTER, Mark. Getting a Job. A Study of Contacts and Careers. 2nd Edition. Chicago, University of Chicago Press, 1995. HAGUETTE, Tereza .M.F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis, Vozes, 1987. HERITAGE, John C. Etnometodologia. In GIDDENS, Anthony, TURNER, Jonathan y otros. La teoría social hoy. Buenos Aires, Alianza Editorial, 199	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Relações Econômicas Internacionais	60 h
<b>EMENTA</b>	
Teorias Clássicas e Modernas de comércio internacional. Teorias de economia internacional. Transações internacionais, efeitos sobre o nível de renda e de emprego. Sistema de câmbio. Sistema Financeiro Internacional. Balanço de Pagamentos. Principais elementos constitutivos do sistema financeiro internacional. Organismos Internacionais. Políticas restritivas e de integração. Estratégias de políticas comerciais em países em desenvolvimento e a formação de Blocos Econômicos. A globalização mundial e a dependência externa. Tendências de economia internacional atual e perspectivas futuras.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira Contemporânea. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. MAIA, Jaime de Mariz. Economia Internacional e comércio exterior. São Paulo: Atlas, 2011. PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado Financeiro e de Capitais: fundamentos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2009.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do Pensamento econômico: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 2012 BENKO, George. Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XX. HUCITEC, 1996.	

DILLARD, Dudley. A teoria econômica de John Maynard Keynes. SP: Pioneira. 1971  
 DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. Macroeconomia. RJ:McGraw-Hill. 1982.  
 MODENESI, André de Melo et al. Sistema Financeiro e política econômica em uma era de instabilidade: tendências mundiais e perspectivas para a economia brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Associação Keynesiana Brasileira, 2012.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Teoria das Relações Internacionais I	60 h
<b>EMENTA</b>	
Teoria e aspectos metodológicos; Liberalismo; Realismo; Marxismo; Neoliberalismo; Neorealismo; Regimes Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.	
CARR, E. H. Vinte anos de crise. 1919-1939. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001	
ANGELL, Norman. A grande ilusão. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 2002.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.	
JACKSON, R.; SORENSEN, G. Introdução às Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.	
KANT, Immanuel. A Paz Perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70, s/d. A paz perpétua.	
KEOHANE, Robert. "Realism, Neorealism and the Study of World Politics". Neorealism and its Critics, New York: Columbia University Press, 1986.	
KEOHANE, Robert. After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.	
KEOHANE, Robert. Nye, Joseph. Power and Interdependence. New York: Longman: 2001.	
KEOHANE, Robert. Neorealism and its Critics, New York: Columbia University Press, 1986, pp. 131-157.	
KRASNER, S. International regimes. Ithaca: Cornell University Press, 1983.	
LENIN, V. Imperialismo, estágio supremo do capitalismo. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1974.	
LINKLATER, Andrew. Marxism. In: BURCHILL, Scott; LINKLATER, Andrew. Theories of international relations. London: MacMillan Press, 1996.	
MERLE, Marcel. Sociologia das Relações Internacionais. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.	
MORGENTHAU, Hans. Política entre as Nações. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.	
NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	
PFALTZGRAFF, Jr, R e DOUGHERTY, J Relações Internacionais: As Teorias em Confronto Lisboa: Gradiva, 2003	
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Rousseau e as relações internacionais. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.	
RUGGIE, J. G. International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order. International Organizations, Volume 36, Issue 2, International Regimes (Spring, 1982). Disponível em <a href="http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/rug_ocr.pdf">http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/rug_ocr.pdf</a> .	

SAINT-PIERRE, Abbé. Projeto para tornar perpétua a paz na Europa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press, 1976.

WALTZ, Kenneth N. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002.

- **Ementas das disciplinas 4º período/semestre**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Direito Internacional dos Direitos Humanos	60 h
<b>EMENTA</b>	
Direitos humanos: conceitos e história. Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Internacional dos Refugiados e Direito Internacional Humanitário: complementaridade e interações entre as três vertentes da proteção internacional do ser humano; direitos civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais; Indivisibilidade, universalidade e relatividade dos direitos humanos; Sistema global de proteção dos direitos humanos; Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos (sistema europeu, interamericano e africano de proteção dos direitos humanos); Cortes penais internacionais e violações de direitos humanos; discriminação racial e Direito Internacional dos Direitos Humanos; direitos humanos dos povos indígenas e tradicionais; a mulher no Direito Internacional dos Direitos Humanos; direitos humanos das crianças; migrações internacionais e direitos humanos; direitos humanos das pessoas com deficiência; a questão LGBTQIA+ no Direito Internacional dos Direitos Humanos; direitos humanos das pessoas idosas; Justiça de Transição e direitos humanos; Política Externa e Direitos Humanos no Brasil; direitos humanos na Amazônia brasileira; direitos humanos no Amapá; organizações não-governamentais e direitos humanos.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	
RAMOS, André de Carvalho. Processo internacional de direitos humanos. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ADORNO, Sérgio. História e Desventura: O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Novos Estudos, n. 86, março de 2010.	
ALVES, José Augusto Lindgren. Relações Internacionais e temas sociais: a década das conferências. Brasília: IBRI, 2001.	
AMBOS, Kai. Treatise on International Criminal Law. Oxford: Oxford University Press, 2009.	
ANTONIAZZI, Mariela Morales; CLÉRICO, Laura (orgs.) Interamericanización del Derecho a la Salud: Perspectivas del caso “Poblete” de la Corte IDH. Querétaro: Instituto de Estudios Constitucionales del Estado de Querétaro, 2019.	
BASSIOUNI, Cherif. Introduction to International Criminal Law. 2ª ed. Leiden: Martinus Nijhoff, 2013.	
BERNARDES, Márcia Nina. Sistema Interamericano de Direitos Humanos como Esfera Pública Transnacional: Aspectos Jurídicos e Políticos da Implementação de Decisões Internacionais. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos. V. 8. n. 15. dez. De 2011, p. 135-156.	
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Editora <i>Campus</i> , 1992.	

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). Dicionário de Política. 12ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BOTTI, Bruno Bernardi. O sistema interamericano de direitos humanos e a Justiça de Transição: impactos no Brasil, Colômbia, Peru e México. Tese de Doutorado (Relações Internacionais). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- BRAGA, Pablo de Rezende. Democratização, política externa e direitos humanos: uma releitura do caso brasileiro. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, 2020, p. 185-207
- BRAGA, Pablo de Rezende, MILANI, Carlos R. S. Direitos humanos e política externa no Brasil e na África do Sul: o mito da democracia racial, o apartheid e as narrativas da redemocratização. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 29. Brasília, maio - agosto de 2019, pp 7-44.
- BREDA, Tadeu (org.). Bolsonaro genocida. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- CARDOSO, Elio. Tribunal penal internacional: conceitos, realidades e implicações para o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- CASSESE, Antonio. *International Criminal Law*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CHILLIER, Gastón, TIMO, Pétalla Brandão. O MOVIMENTO GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI: REFLEXÕES SOB A PERSPECTIVA DE UMA ONG NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO SUL. Sur: *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 11, n. 20, jun-dez. 2014.
- CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Boletim Direitos na Pandemia n. 10. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/boletim-direitos-na-pandemia-no-10/>.
- CONTESSÉ, Jorge. Sexual Orientation and Gender Identity in Inter-American Human Rights Law. *North Carolina Journal of International Law*, v. 44, n. 2, 2019.
- COURTIS, Christian. Aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina. Sur. *Revista Internacional de Direitos Humanos*. Ano 6, n. 10, junho de 2009, p. 53-81.
- DINIZ, Débora, BARBOSA, Livia, SANTOS, Wenderson Rufino. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. Sur: *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 11, n. 20, jun-dez. 2014.
- DULITZKY, Ariel. Derechos humanos en Latinoamérica y el sistema interamericano de derechos humanos: modelos para (des)armar. Querétaro: Instituto de Estudios Constitucionales del Estado de Querétaro, 2017.
- FERREIRA, Siddharta Legale, ARAÚJO, Davi Pereira de. O Estado de Coisas Inconvencional: trazendo a Corte Interamericana de Direitos Humanos para o debate sobre o sistema prisional brasileiro. *Revista Publicum*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, 2016, p. 67-82.
- GUARNIZO-PERALTA, Diana. Disability rights in the Inter-American System of human rights: An expansive and evolving protection. *Netherlands Quarterly of Human Rights*, XX(X), 2018, p. 1-21.
- HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. O direito penal internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (org.). Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.



- LELIS, Rafael Carrano, GALIL, Gabriel Coutinho. Direito Internacional Monocromático: previsão e aplicação dos direitos LGBTI na ordem internacional. *Revista de Direito Internacional*, v. 15, n. 1, 2018.
- MORALES, Felipe González. *Estudios de Derecho Internacional de los Derechos Humanos*. Querétaro: Instituto de Estudios Constitucionales del Estado de Querétaro, 2018.
- MOREIRA, Felipe. REGIME INTERNACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS: REFERÊNCIAS TEÓRICO-DESCRITIVAS. *Revista InterAção*, v. 9, n. 1, jan/jun 2018.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e Justiça internacional*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- RAMOS, André de Carvalho. *Curso de Direitos Humanos*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.
- RIVERA, Joaquín A. Mejía. *Diez cuestiones actuales en derechos humanos*. Querétaro: Instituto de Estudios Constitucionales del Estado de Querétaro, 2018.
- RODRIGUES, João Paulo Ribeiro, HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. O arco-íris atravessando frestas: a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 32. Brasília, maio - agosto de 2020, pp 207-248.
- RUBIO, David Sánchez; FLORES, Joaquín Herrera; CARVALHO, Salo de (org). *Direitos humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- SANTOS, Priscila Alberto Tostes; LIPPI, Camila Soares. Direitos humanos nos estados do Amapá e de Roraima: um estudo comparado. *Examãpaku*, V. 5, n. 2, 2012, p. 1-9. Disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/examapaku/article/view/2005/1257>.
- SCHABAS, William, BERNAZ, Nadia (orgs.). *Routledge handbook of international criminal law*. Abingdon: Routledge; Nova Iorque: Taylor & Francis, 2011.
- SILVA, Camilla Cristina. Uma Genealogia Alternativa para a Justiça de Transição Brasileira. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 6, n. 1, 2020, p. 177-200.
- SOUZA, Victor Martins. *UMA PERCEPÇÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS: A CARTA MANDINGA*. Capoeira: Letras e Humanidades, v. 4, n. 1, 2018.
- TOSI, Giuseppe (org.). *Direitos humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: Editora UFPB, 2004.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A humanização do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- \_\_\_\_\_. *El ejercicio de la función judicial internacional: memorias de la Corte Interamericana de Derechos Humanos*. 3ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil e o direito internacional dos direitos humanos: as duas últimas décadas*.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos (org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 219-250.
- \_\_\_\_\_. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. V. 1. 2ª Ed. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Tratado Internacional de Direitos Humanos*, vol. II. 1ª Ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Tratado Internacional de Direitos Humanos*, vol. I. 1ª Ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.
- VENTURA, Deisy; CETRA, Raísa Ortiz. *O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: de Maria da Penha à Belo Monte*. Disponível em: [http://www.conectas.org/arquivos-site/Ventura%20Cetra%20O%20Brasil%20e%20o%20SIDH%202012%20\(2\)\(1\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos-site/Ventura%20Cetra%20O%20Brasil%20e%20o%20SIDH%202012%20(2)(1).pdf).

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Economia Política Internacional	60 h
<b>EMENTA</b>	
<p>Abordagens histórico-teóricas em Economia Política Internacional. Abordagens teóricas sobre a Interação entre Poder, Estado e Mercado nas Relações Internacionais. Concepções sobre a construção da Economia Política Internacional. Perspectivas teóricas clássicas, neoclássicas e contemporâneas sobre a economia política das Relações Internacionais. Compreensão das relações entre economia e política. Liderança e hegemonia na economia internacional. A nova ordem econômica global. Perspectivas teóricas contemporâneas: o novo liberalismo, a estabilidade hegemônica, os regimes internacionais e o sistema-mundo. Relações entre poder, dinheiro e as organizações internacionais. Análise eclética e holística da economia e política internacional e suas transformações.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>GILPIN, Robert. A Economia Política das Relações Internacionais. Brasília: EdUnb, 2002.  GONÇALVES, Reinaldo. Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.  NEVES, Renato Baumann; CANUTO, Octaviano; GONÇALVES, Reinaldo. Economia Internacional: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>BENKO, George. Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XX. HUCITEC, 1996.  GEORGE, de Oliveira Marques...[et al.]. Desafios da diplomacia econômica na perspectiva de jovens diplomatas / Samo S. Gonçalves (org.). Brasília: FUNAG, 2016.  HOBBS, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.  MAIA, Jayme de Mariz. Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 2011.  MANKIWI, N. G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 1995.  TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997</p>	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Política Externa Brasileira I	60 h
<b>EMENTA</b>	
<p>Análise da formação do Brasil enquanto nação e sua inserção internacional desde o Tratado de Tordesilhas em 1494 até 1930 com o início da Era Vargas. A disciplina trabalha a ocupação e formação do território brasileiro, confrontos e delimitações fronteiriças, as ameaças à sua soberania desde a independência, assim como as estratégias para a sua defesa.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. História da Política Externa do Brasil. Brasília: UNB, 2008  DORATIOTO, Francisco. VIDIGAL, Carlos Eduardo. História das Relações Internacionais do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2014  FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo, Edusp, 1996.  RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Versal, 2017.  SILVA, José Luiz Werneck da &amp; GONÇALVES, Williams. Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930) - A política externa do sistema agroexportador. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p>	

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A expansão do Brasil e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à guerra da Tríplice Aliança). Civilização Brasileira, 2012.
- BANDEIRA, Moniz. O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Editora Record, 2000.
- BOWN, Stephen. 1494. São Paulo: Globo, 2013,
- BUENO, Clodoaldo. Política Externa da Primeira República. Editora Paz e Terra, 2007.
- CALÓGERAS, João Pandiá. A política exterior do Império: As origens. Câmara dos Deputados, 1989.
- CERVO, Amado Luiz e RAPORTO, Mario. História do Cone Sul. Renavan, 2015.
- CERVO, Amado Luiz e MAGALHÃES, Jose Calvet de. Depois das Caravelas. Brasília:UNB,2000.
- COLVERO, Ronaldo Bernardino. Bajo su real protección: as relações internacionais e a geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata (1808-1812). EDIPUCRS, 2015.
- DA FONSECA, Luís Adão; DA CUNHA, Maria Helena Ribeiro. De Vasco a Cabral: Oriente e Ocidente nas navegações oceânicas. EDUSC, 2001.
- DARWIN, John. Ascensão e Queda dos Impérios Globais. 1400-2000. Leya, 2018.
- DE OLIVEIRA, Luís Valente; RICUPERO, Rubens. A abertura dos portos. Senac, 2007.
- DORATIOTO, Francisco. A Guerra Maldita. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUSSEL, Enrique. 1492:El encobrimiento Del outro. La Paz, Plural Editora, 1994
- GARCIA, Eugênio Vargas. Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920. Editora UnB, 2006.
- GARCIA, Eugênio Vargas. O Brasil e a Liga das Nações: vencer ou não perder. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 57, 2000.
- GOMES, Lourentino. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Globo Livros, 2014
- GOMES, Lourentino. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D.Pedro a criar o Brasil- um país que tinha tudo para dar errado. São Paulo: Globo Livros,2010
- GOMES, Laurentino. 1889: Como um imperador cansado, um Marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil. Globo Livros, 2013.
- GOMES, Laurentino. Escravidão–Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Globo Livros, 2019.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas. Brasília:FUNAG,2015
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. Alexandre de Gusmão (1695-1753): O estadista que desenhou o mapa do Brasil. Editora Record, 2021.
- GUIZELIN, Gilberto da Silva. Comércio de Almas e Política Externa. Editora EdueL,2013
- JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília: Senado Federal, 1999.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira e COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (org.). Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri. Brasília:FUNAG,2016
- MANN, Charles C. 1491-Novas revelações das Américas antes de Colombo. Editora Objetiva, 2007.
- MANN, Charles C. 1493-A Descoberta do Novo Mundo que Cristovão Colombo Criou. Leya, 2012.

MENDONÇA, Renato. História da Política externa do Brasil do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825). Brasília: FUNAG, 2013,

NOVAIS, F. A. (1979). Brasil e Portugal na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política Externa Brasileira. Editora Saraiva, 2009.

PIMENTA, João Paulo G. Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830). Intermeios, Casa de Artes e Livros, 2017.

PIMENTA, João Paulo Garrido. La independencia de Brasil y la experiencia hispanoamericana (1808-1822). Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2017.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Pensamento Diplomático Brasileiro. Vol.I Brasília: FUNAG, 2013

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Pensamento Diplomático Brasileiro. Vol.II Brasília: FUNAG, 2013

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Pensamento Diplomático Brasileiro. Vol.III Brasília: FUNAG, 2013

RAMOS, Antônio. La independencia del Paraguay y el Império del Brasil. Brasília: FUNAG, 2016

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. A conquista e a colonização da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras. USP, Tese, 2006.

SILVA, Jaqueline Schimitt da. O Conselho de Estado Imperial e a Política Externa Brasileira. Editora Clube dos Autores, 2017.

SILVA, Leonardo Bruno. O Tráfico de Escravos nas Relações Externas de Brasil e de Portugal: 1822 a 1850. 2014.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Relações Internacionais e Meio Ambiente	60 h
<b>EMENTA</b>	
Problemas ambientais internacionais. Atores na Política ambiental internacional. Governança ambiental global. Governança econômica global e o meio ambiente. Governança ambiental e atores não-estatais. Principais tratados e regimes internacionais. Os impactos e eficácia dos regimes de tratados ambientais. A ordem ambiental internacional. Análise de questões contemporâneas relacionadas aos desafios ambientais globais. Direitos humanos e meio ambiente. Relações Internacionais, meio ambiente e Amazônia.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>NASCIMENTO, P.R.L. O meio ambiente e os fundamentos da política externa ambiental Brasileira. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Especialização em Relações Internacionais. Universidade de Brasília: Brasília, 2011.  <a href="http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2000/1/2011_PauloRobertoLaraburuNascimento.pdf">http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2000/1/2011_PauloRobertoLaraburuNascimento.pdf</a></p> <p>BARROS-PLATIAU, A.F; VARELLA, M.D; SCHLEICHER, R.T. Meio ambiente e Relações Internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. Revista Brasileira de Política Internacional. 47 (2): 100-130, 2004. Disponível em <a href="http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a04.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a04.pdf</a> Acesso em jan. 2014.</p> <p>O'NEILL, Kate The Environment and International Relations. Cambridge University Press, 2009. Disponível em: <a href="http://people.reed.edu/~ahm/Courses/Reed-POL-372-2011-S3_IEP/Syllabus/EReadings/00.0/00.0.ONeill2009The-Environment.pdf">http://people.reed.edu/~ahm/Courses/Reed-POL-372-2011-S3_IEP/Syllabus/EReadings/00.0/00.0.ONeill2009The-Environment.pdf</a> Acesso em: abr. 2014.</p>	

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARROS-PLATIAU, A.F. A proteção internacional da diversidade biológica. VARELLA, M. D.; BARROS-PLATIAU, A. F. (org.). Proteção internacional do meio ambiente: Brasília: Unitar, UniCEUB e UnB, 2009. 302p. 148-160
- DUARTE, L.C.B. Política externa e meio ambiente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- RIBEIRO, W.C. Mudanças climáticas, realismo e multilateralismo. Terra Livre. São Paulo, Ano 18, vol. I, n. 18 p. 75 – 84. JAN.-JUN./ 2.002.
- \_\_\_\_\_. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. Estudos avançados 24 (68), 2010.
- VARELLA, M. D.; BARROS-PLATIAU, A. F. (org.). Proteção internacional do meio ambiente: Brasília: Unitar, UniCEUB e UnB, 2009.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Teoria das Relações Internacionais II	60 h
EMENTA	
Debate Positivismo X Pós-Positivismo; Teoria da Dependência; Teoria Crítica; Construtivismo; Escola Inglesa; Feminismo; Pós-Colonialismo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRAILLARD, Philippe. Teorias das relações internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.	
BULL, Hedley. A sociedade Anárquica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 2002.	
STEPHEN, Gill (Org.), Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. Lua Nova, n. 47, 1999. p. 201-246.	
CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTO, Enzo, Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 147-177.	
COUTO, Joaquim Miguel, O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. <i>Economia e Sociedade</i> , Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007.	
HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. <i>International Security</i> , 23, 1, p. 171-200, 1998.	
JACKSON, R.; SORENSEN, G. Introdução às Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.	
KAPLAN, Morton. O novo grande debate: tradicionalismo contra ciência em relações internacionais. In: BRAILLARD, Philippe. Teorias das relações internacionais. Lisboa: Fundação CalousteGulbekian, 1990. p. 56-80.	
LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-positivist Era, <i>International Studies Quarterly</i> , 33, 3, September, pp. 235-254, 1989.	
NEUMANN, Iver B. The English School on Diplomacy: Scholarly Promise Unfulfilled, <i>International Relations</i> , Vol 17(3), 2003, pp. 341–369	
ONUF, N. Institutions, Intentions and International Relations, <i>Review of International Studies</i> , v. 28, n. 2, 2002. p. 211-228.	
ROSENAU, P. M. Post-modernism and the Social Sciences: Insights, Inroads, and Intrusions. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 3-24.	
RUGGIE, John Gerard. 1995. The False Promise of Realism, <i>International Security</i> , 20, 1, pp. 62-70	

- SARAIVA, José Flávio Sombra. Revisitando a Escola Inglesa, Rev. Bras. Polít. Int. 49 (1): 131-138, 2006.
- THOMAS Scott M., Faith, History and Martin Wight: The Role of Religion in the Historical Sociology of the English School of International Relations, International Affairs, Vol. 77, No. 4, 2001, pp. 905-929.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião. Ideias do poder: dependência e globalização em F. H. Cardoso, Estudos Avançados 13 (37), 1999.
- WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it. International Organization, v. 46, n. 2, 1992. p. 391-425.
- WENDT, Alexander. On the Via Media: a response to the critics, Review of International Studies, 26, 165-180, 2000.

• **Ementas das disciplinas do 5º período/semestre**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Abordagens interdisciplinares de Antropologia e Sociologia	60 h
<b>EMENTA</b>	
Culturas das sociedades humanas. Campos da Antropologia. Sociedade e indivíduo. Socialização e Interação. Papéis, Status e Classes sociais. Etnologia e História. História de longa duração e Micro História. História Cultural e História Social. Estrutura e Acontecimento.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. MAUS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: COSA, 2003. SAHLINS, Marshall. História e Cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. BERTHELOT, Jean Michel. Sociologia, História e Epistemologia. Ijuí: INIJUI, 2005. GIDDENS, Anthony. Capitalismo e moderna teoria social. Lisboa: Presença, 2000. LAKATOS, Eva Maria. Introdução à Sociologia. São Paulo: Atlas, 1997. LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2000.	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Economia Brasileira	60 h
<b>EMENTA</b>	
Processo de desenvolvimento econômico brasileiro: modelos e conjunturas desde o início dos anos 30 do século XX até a primeira década do século XXI. Análise das políticas econômicas (monetária, fiscal, de renda e cambial). Sistema Financeiro Nacional. Panorama da economia brasileira contemporânea (desafios e perspectivas). O Amapá na economia Nacional e internacional.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira Contemporânea. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia Brasileira: fundamentos e atualidade. São Paulo: Atlas, 2012. MANKIW, N. G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 1995.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do Pensamento econômico: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 2012.	

BASTOS, Estêvão Kopschitz Xavier. Guia de Análise da economia brasileira. São Paulo: Editora Fundamento, 2015.

DORNBUSCH, Rudiger e FISHER, Stanley. Macroeconomia. RJ:McGraw-Hill, 1982.

GIAMBIAGI, Fábio;...et al. Economia Brasileira Contemporânea (reCurso eletrônico) 1945-2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugenio. A controvérsia do planejamento na economia brasileira. Brasília: Ipea, 2010.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Integração Regional	60 h
<b>EMENTA</b>	
Níveis de integração: área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica. Análise das políticas, dos processos e da prática da integração regional - nos continentes europeus, americanos e asiáticos. Debate acerca das contradições e oportunidades contidas nas tendências da regionalização e da globalização.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ALMEIDA, Paulo Roberto. MERCOSUL: fundamentos e perspectivas. São Paulo: LTR, 1988.	
ERNST, Christoph. ALCA, APEC, NAFTA e União Européia: cenários para o MERCOSUL no século XXI. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2003	
CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
GRIEN, Raul. La integración económica como alternativa inédita para América Latina. México: FCE, 1994.	
GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org). Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil. Brasília: IPRI/FUNAG, 1999.	
HURRELL, Andrew. Inequality, globalisation and world politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.	
LESSA, Antonio Carlos. A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais. Brasília: IBRI, 2003.	
PORTO, Manuel Carlos L. Teoria da integração e políticas comunitárias: o comércio internacional, as restrições ao comércio, a teoria da integração, as políticas da União Europeia. Portugal: Coimbra, 1999.	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Instituições, Regimes e Organizações Internacionais	60 h
<b>EMENTA</b>	
Caracterização das organizações internacionais. Evolução das Organizações Internacionais e Formação dos Estados Nacionais. Cooperação e Conflito. Organizações Internacionais e Cooperação Econômica.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ACCIOLY, Hildebrando. Manual do Direito Internacional Público. Saraiva. 2010.	
BOBBIO, Norberto, et al. (2004)77. Dicionário de política.5ª. e. Brasília: UnB.	
HERZ, Mônica & HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Organizações Internacionais: História e Práticas. Rio de Janeiro: Editora <i>Campus</i> , 2004.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.	

DIHN, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

VIOTTI, P.; KAUPPI, M. International Relations Theory. Realism, Pluralism, Globalism and 1 Beyond. Boston: Allyn and Bacon, 1998.

WEISS, T. G.; FORSYTHE, D. P.; COATE, R. A. The United Nations and Changing World Politics. Boulder: Westview, 2004.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Política Externa Brasileira II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Análise de Política Externa; Estrutura Institucional e Formulação da Política Externa Brasileira; Atores Domésticos na Política Externa Brasileira; Análise dos períodos históricos: Era Vargas, Governos Militares, Redemocratização. Os anos 90: a PEB de Collor à FHC, A Política Externa do Governo Lula, Política Externa de Dilma Rousseff; O Brasil e a América do Sul; O Brasil como potência emergente. Políticas Externas atuais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ALTEMANI, Henrique. A Política Externa Brasileira. 2ª edição, São Paulo, Ed. Saraiva, 2008. ALTEMANI, Henrique e LESSA. Antônio C (orgs). Relações Internacionais do Brasil. Temas e agendas. São Paulo. Ed. Saraiva, 2008. CERVO, Luiz Amado e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora da UnB, 2002.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma nova 'arquitetura' diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006). In: Revista Brasileira de Política Internacional, 49 (1), 2005, pp. 95-116. BURGES, Sean W. Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War. In: International Relations, 22 (1), 2008. CARDOSO, Fernando Henrique. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 44 (1), 2001, pp. 5-12. CERVO, Amado L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 45 (1), 2002, pp. 5-35. LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações internacionais. In: Revista Brasileira de Política Internacional, número 41, 1998, pp. 29-41. JACKSON, R.; SORENSEN, G. Introdução às Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007 LIMA, Maria Regina S. de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. In: América Latina/Internacional, vol.1, n.2, 1994, pp. 27-46. PINHEIRO, Leticia. 2004. Política Externa Brasileira (1889-2002). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. VELASCO E CRUZ, Sebastião; SENNES, Ricardo. O Brasil no mundo: conjecturas e cenários. In: Estudos Avançados, 20 (56), pp. 26-42, 2006. VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. In: Contexto Internacional, 29 (2), 2007.	



- **Ementas das disciplinas do 6º período/semestre**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Cooperação Internacional	60 h
<b>EMENTA</b>	
A evolução do sistema de cooperação internacional. A Cooperação Internacional vista pelas Teorias das Relações Internacionais. Os tipos de Cooperação Internacional. Cooperação para o Desenvolvimento. Cooperação Técnica Internacional. Cooperação Norte-Sul e Cooperação Sul-Sul. A Cooperação na Política Externa Brasileira. Cooperação Amazônica. Cooperação Descentralizada.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>MARCOVITCH, Jacques. Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão. São Paulo: Edusp, 1994.</p> <p>MILANI, Carlos. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 65, Ago. 2012.</p> <p>SATO, Eiiti. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação &amp; Inovação em Saúde. Rio de Janeiro, v. 4, n.1, pp. 46-57, mar. 2010.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>AYLLÓN, Bruno. O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. Revista econômica de relações internacionais da FAAP, São Paulo, v.4, n. 8, pp. 05-23, 2006.</p> <p>CERVO, Amado, A cooperação técnica internacional do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional, 37, 1, 1994, pp. 37-63.</p> <p>JERVIS, Robert. Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate. International Security, Vol. 24, No. 1 (Summer, 1999), pp. 42-63.</p> <p>KRAYCHETE, Elsa Sousa &amp; VITALE, Denise (orgs.). Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: desafios no século XXI. Salvador: Edufba, 2013.</p> <p>SOUZA, André de Mello (org). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2014.</p>	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Pensamento Político Brasileiro	60 h
<b>EMENTA</b>	
O pensamento político no Brasil. Utopias fundadoras das matrizes liberais, positivistas, marxistas, populistas e autoritárias. O debate político institucional ao longo da história brasileira. Visões da teoria política brasileira na atualidade: cientistas políticos e meios universitário e acadêmico.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>FREYRE, Gilberto. Casa-Grande &amp; Senzala. Rio de Janeiro. Editora: Guerra e Paz. 1993</p> <p>LEAL, Victor Nunes – “O coronelismo e o coronelismo de cada um”. In Dados, vol. 23, n. 1, Rio de Janeiro, 1980.</p> <p>QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de - O mandonismo local na vida política brasileira. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>VINHAS, Moisés. (1982), O Partido – A Luta por um Partido de Massas. São Paulo, Hucitec.</p> <p>VITA, Luís Washington. (1965), Alberto Sales – Ideólogo da República. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira).</p>	

VON METTENHEIM, Kurt. (2004), “Conjunções Críticas da Democratização: As Implicações da Filosofia da História de Hegel para uma Análise Histórica Comparativa”, in C. G. Quirino, C. Vouga e G. M. Brandão (orgs.), *Clássicos do Pensamento Político* (2ª ed.). São Paulo, EDUSP/FAPESP.

WEFFORT, Francisco C. (2000), *A Cultura e as Revoluções da Modernização*. Rio de Janeiro, Edições Fundo Nacional de Cultura (Col. Cadernos do Nosso Tempo).

WERNECK VIANNA, Luiz. (1977), “Americanistas e Iberistas: A Polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos”, in L. Werneck Vianna, M. A. R. de Carvalho, M. P. C. Melo e M. B. Burgos, *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Revan/IUPERJ.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Política Internacional	60 h
<b>EMENTA</b>	
Apresentar aos discentes as transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria e as transformações atuais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. <i>A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio</i> . Editora José Olympio, 2015.	
BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. <i>A desordem mundial: O espectro da dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias</i> . Editora José Olympio, 2016.	
CARMO, Corival Alves; PECEQUILO, Cristina Soreanu. <i>O Brasil e a América do Sul—Relações regionais e globais</i> . Alta Books Editora, 2015.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. <i>Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque</i> . Editora José Olympio, 2017.	
BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. <i>Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2010.	
BORÓN, Atilio et al. <i>América Latina na encruzilhada: Lawfare, golpes e luta de classes</i> . Autonomia Literária, 2020.	
CAMARGO, Julia Faria. <i>Mídia e Relações Internacionais: Lições da Invasão do Iraque em 2003</i> . 1ª reimpressão. Curitiba: Juruá Editora.	
CASTRO, Thales. <i>Elementos de Política Internacional-Redefinições e Perspectivas</i> . Juruá Editora, 2005	
CLARK, Ian. <i>Legitimacy in international society</i> . Oxford University Press on Demand, 2005.	
CLARK, Ian. <i>The hierarchy of states: Reform and resistance in the international order</i> . Cambridge University Press, 1989.	
CLARK, Ian. <i>Reform and resistance in the international order</i> . Cambridge: Cambridge University Press, 1980.	
CLARK, Ian. <i>Globalization and fragmentation: international relations in the twentieth century</i> . 1997.	
CLARK, Ian. <i>Hegemony in international society</i> . Oxford University Press, 2011.	
CLARK, Ian. <i>The post-Cold War order: the spoils of peace</i> . Oxford University Press, 2001.	
CERVO, Amado Luiz. <i>Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas</i> . Iabri, 2001.	
DA COSTA JÚNIOR, Pedro Donizete. <i>O Poder Americano no Sistema Mundial Moderno: Colapso ou Mito do Colapso?</i> . Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2019.	

- CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global. Editora Bertrand Brasil, 2018.
- CHOMSKY, Noam. O que o Tio Sam realmente quer. UnB, 1999.
- CHOMSKY, Noam. Quem manda no mundo?. Editora Planeta do Brasil, 2017.
- FERABOLLI, Silvia. Relações internacionais do mundo árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista. Juruá, 2009.
- FIORI, José Luís. O poder global: e a nova geopolítica das nações. Boitempo Editorial, 2015.
- FRANKOPAN, Peter. O coração do mundo. Planeta Estratégia, 2019.
- GEHRE, Thiago. América do Sul: a ideia brasileira em marcha. Juruá Editora, 2009.
- JUNGBLUT, Airton Luiz. Paz e guerra em tempos de desordem. EDIPUCRS, 2003.
- LEIRNER, Piero C. O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. Alameda Casa Editorial, 2020.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. n-1 edições, 2021.
- MCCONAHAY, Mary Jo. América latina sob fogo cruzado: a luta pelo controle das riquezas e recursos dos países latino-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. Editora Seoman, São Paulo, 2012.
- NYE JR, Joseph S. O paradoxo do poder americano. Unesp, 2002.
- NYE, Joseph S. O futuro do poder. São Paulo: Benvirá, v. 333, 2012.
- PAUTASSO, Diego. China e Rússia no pós-Guerra Fria. Inserção internacional e transição sistêmica. Curitiba: Juruá, 2011.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu; RESENDE, Erica Simone Almeida; DINIZ, Eugênio. Os Estados Unidos no mundo atual. Juruá Editora, 2010.
- PROCÓPIO, Argemiro. O século da China. 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa As Bifurcações da Ordem-Revolução, Cidade, Campo e Indignação. Leya, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas. Autêntica, 2018.
- SANTOS, Marcelo. O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria. Annablume, 2007.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. O caótico século XXI. Alta Books Editora, 2015.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial. Juruá Editora, 2010.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A grande crise: a nova (des) ordem internacional dos anos 80 aos 90. Vozes, 1992.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos. Editora Leitura XXI, 2002.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. As relações internacionais da Ásia e da África. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. As Relações Diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Fino Traço Editora, 2012.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Da guerra fria à crise. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1990.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; WIESEBRON, Marianne (Ed.). Neohegemonia americana ou multipolaridade: pólos de poder e sistema internacional. UFRGS Editora, 2006.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; RODRIGUES, Gabriela. O dragão chinês e os tigres asiáticos: desenvolvimento e diplomacia na Ásia oriental contemporânea. Novo Século, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico. Contraponto, 2004.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Relações Internacionais e Amazônia	60 h
<b>EMENTA</b>	
As relações entre Estado e território. Evolução e renovação das teorias e formas de intervenção do Estado: do planejamento regional a gestão local. As categorias e conceitos fundamentais do planejamento territorial. O planejamento territorial de reais especiais: reais de grandes projetos hidrelétricos, mineiros e industriais, hidrovias, o gerenciamento costeiro etc.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BECKER, B. e Egler. O zoneamento ecológico - econômico na Amazônia legal. Sae/MMA, Brasília, 1997. Brasil. Para pensar o ordenamento territorial. Brasília: Ministério da integração. 2005. GILPIN, A. Environmental impact Assessment: cutting edge for the twenty- first century. Cambridge university press talk, S.M. 1996.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
Brasil. Plano de desenvolvimento sustentável da área de influência da Br - 163. Brasília: Ministério da Integração, 2005. CERVO, Amado L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 45 (1), 2002, pp. 5-35. LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações internacionais. In: Revista Brasileira de Política Internacional, número 41, 1998, pp. 29-41. LOUREIRO, Violeta R. AMAZÔNIA: Meio ambiente. Belém, Ed. Cejup, 2005. SANTANA, Raimundo Rodrigues. Justiça ambiental na Amazônia, análise de casos emblemáticos. Curitiba, Ed. Juruá. LOUREIRO, Violeta R. AMAZÔNIA: História e análise de problemas. Belém, Ed. Cejup, 2005.	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Segurança Internacional	60 h
<b>EMENTA</b>	
Panorama teórico-histórico da segurança internacional; Questões fundamentais nos estudos de Segurança Internacional; Balança de poder; Dilema da Segurança; Instituições e segurança internacional; Ampliação e aprofundamento da segurança: novos enfoques e dimensões; Ameaças e novas ameaças. Segurança Regional: América do Sul; Intervenção humanitária, Peacekeeping e soberania no mundo contemporâneo; Panorama da Segurança Internacional Contemporânea.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
CEPIK, Marco (org.). Segurança internacional: práticas, tendências e conceitos. São Paulo: Hucitec, 2010. CLAUSEWITZ, C., Da Guerra. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1996. MAQUIAVEL, N. A Arte da Guerra. A vida de CastruccioCastracani. Belfagor, o arquidiabo. 3ª ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1994.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. Política externa e política de defesa no Brasil: síntese imperfeita. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Ed UnB, 1986.	

BATISTA, Paulo Nogueira. Nova ordem ou desordem internacional? *Política Externa*, vol. 1, número 1, junho, 1992.

BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JÚNIOR, Domício. (Orgs.). *Brasil e o Mundo: Novas Visões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

DUPAS, Gilberto e VIGEVANI Túlio (Org.) *O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional*. São Paulo, Alfa-Omega/FAPESP, 1999.

ESTEVES, Paulo Luiz (org). *Instituições internacionais: comércio, segurança e integração*. Belo Horizonte: PUC/MG, 2003.

HUNTINGTON, Samuel P. A mudança nos interesses estratégicos americanos. *Política Externa*, vol. 1, n. 1, junho, 1992.

- **Ementas das disciplinas do 7º período/semestre**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Análise das Relações Internacionais	60 h
<b>EMENTA</b>	
A importância da teoria para a compreensão da cena internacional. Identificação das principais linhas hegemônicas e anti-hegemônicas de análise dos fatos internacionais. Seleção, análise e discussão dos principais temas atuais de Relações Internacionais. Acompanhamento e rotina de leitura dos principais meios de informação sobre fatos imediatos das Relações Internacionais. Laboratórios de análise comparativa de fatos internacionais por diferentes fontes da mídia nacional e internacional. Fontes de leitura e pesquisa dos fatos internacionais. Jornais, revistas, revistas acadêmicas, newsletters, observatórios, jornalismo, blogismo e as novas redes sociais como referências passivas e ativas de interação com a sociedade internacional.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
DEUTSCH, Karl. <i>Análise das relações internacionais</i> . Brasília: Editora da UnB, 1978.	
MINGST, Karen & ARREGUÍN-TOFT, Ivan. <i>Princípios de Relações Internacionais</i> . 6. ed. Rio de Janeiro: <i>Campus-Elsevier</i> , 2004.	
SMOUTS, Marie-Claude (org.). <i>As Novas Relações Internacionais: práticas e teorias</i> . Brasília: Editora UnB, 2004.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
CASTRO, Thales. <i>Theoria das Relações Internacionais</i> . Brasília: FUNAG, 2012.	
KISSINGER, Henry. <i>Ordem Mundial</i> . Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.	
MAGNOLI, Demétrio. <i>Relações Internacionais - teoria e história</i> . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	
NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. <i>Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates</i> . Rio de Janeiro: <i>Campus-Elsevier</i> , 2005.	
SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). <i>Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century - regional and national approaches</i> . Brasília: IBRI, 2009.	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Elaboração e Gestão de Projetos Internacionais	30 h
<b>EMENTA</b>	
Projetos internacionais: conceitos e importância. Tipos de projetos internacionais: projetos públicos e privados. Projetos sociais. Projetos na área de cooperação internacional: cooperação técnica, científica, tecnológica, financeira e social. Projetos de cooperação governamental e não governamental. Projetos de captação de recursos internacionais. Financiamentos internacionais: projetos públicos e privados. A elaboração de projetos. Componentes do projeto. Análise de projetos. Avaliação econômica de projetos. Gestão de	

projetos Execução e controle. Avaliação de projetos. Estrutura de monitoramento e avaliação. Encerramento do projeto. Prestação de contas.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CABRAL, Bernardo. A Cooperação Técnica e Financeira Internacional. Senado Federal: Brasília, 1998.

MARCOVITCH, Jacques (org), Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão, São Paulo: EDUSP, 1994.

WOILER, Sansão. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 1992.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CLEMENTE, Ademir (org.). Projetos Empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 1998.

CONTADOR, Cláudio Roberto. Projetos Sociais: avaliação e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Administração de Projetos: como transformar ideias em resultados. São Paulo: Atlas, 1997.

PNUD. Manual de Gestión de la Cooperación Internacional. Argentina, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1997.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Estudos Estratégicos e Defesa Nacional	60 h
<b>EMENTA</b>	
Estudos estratégicos: teoria, história e definição. A evolução da Guerra Moderna e a Guerra “pós-moderna”. Estratégia e Tática. Críticas e respostas aos Estudos Estratégicos. Questões contemporâneas de estudos estratégicos. A Defesa nos Estudos Estratégicos. Defesa Nacional. Os atores e os documentos da Defesa Nacional. As Forças Armadas. As relações civis-militares. A indústria nacional de defesa.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1996.	
MINISTÉRIO DA DEFESA. Política Nacional de Defesa & Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2012.	
OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Democracia e Defesa Nacional. Barueri: Manole, 2005.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BEAUFRE, André. Introdução à Estratégia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.	
CASTRO, Celso. Amazônia e Defesa Nacional. Rio de Janeiro: FGV, 2006.	
FERREIRA, Oliveira. Forças Armadas pra quê? São Paulo: GRD, 1988.	
FLORES, Mário César. Reflexões Estratégicas - Repensando a Defesa Nacional. São Paulo: Realizações, 2002.	
HUNTINGTON, Samuel P. O soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Geografia política	60 h
<b>EMENTA</b>	
1. Conceitos essenciais de Geografia Política: Poder; Território; Fronteiras. 2. Teorias e abordagens principais em Geografia Política e Geopolítica. 3. Aspectos da Teoria das Relações Internacionais e sua aplicação à Geografia Política e Geopolítica contemporânea: Conceito e evolução do equilíbrio de poder; A questão da soberania, antigos e novos papéis do Estado-Territorial e limites das suas políticas externas; Desafios atuais das estratégias nacionais de desenvolvimento na nova ordem mundial e na globalização; Equilíbrio de poder	

na atual conjuntura internacional, a estratégia global dos EUA, os polos emergentes do poder mundial, as instabilidades, e os papéis da diplomacia civil e dos organismos multilaterais na política mundial; A diferenciação em Curso no mundo: nova regionalização geoeconômica e geopolítica no contexto da globalização e da atuação das grandes potências. 4. Geopolítica da América do Sul: Análises das antigas concepções e disputas geopolíticas na região; Macroprojetos de integração física: as políticas territoriais brasileiras e seus impactos nas estruturas sul-americanas de circulação; Iniciativas recentes de articulação multilateral com destaque à UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). Temas e eventos geopolíticos no século XXI.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AGNEW, J. Geopolitics. Revisioning world politics. New York, 2003.  
 AGNEW, J. Globalization and Sovereignty. New York: Rowman & Littlefield, 2009.  
 COSTA, W. M. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1992.  
 \_\_\_\_\_; THERY, H. Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil: de la géographie militaire à une pensée stratégique nationale. Hérodote (Paris), v. 146/147, p. 1, 2012.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AGNEW, J. & CORBRIDGE, S. Mastering space: hegemony, territory and international political economy. London/New York: Routledge, 1995.  
 COSTA, W. M. Brasil e América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da Integração. In: Oliveira, E. R. (org.). Segurança & Defesa na América do Sul: da competição à Cooperação. São Paulo: Fundação Memorial da América do Sul, 2008.  
 FOUCHER, M. Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1988.  
 GUIMARÃES, S. P. O mundo multipolar e a integração sul-americana Samuel Pinheiro Guimarães. Comunicação & política, v.25, n.3, p.169-189.  
 HAESBAERT, R. O mito da (Des)territorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Metodologia da Pesquisa em Relações Internacionais	30 h
<b>EMENTA</b>	
Lógica de análise. O uso e a adequação de diferentes técnicas (questionários, pesquisa de campo, entrevistas). Os debates entre a linha positivista de pesquisa e escolas mais críticas. Os Métodos científicos. Elaboração e finalização do projeto de pesquisa de trabalho de conclusão de Curso.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BUENO DE MESQUITA, Bruce. Principles of International Politics. People's Power, Preferences and Perceptions. Washington, DC: CQ Press, 2002. COLOMB, Gregory; BOOTH, Wayne; WILLIAMS, Mark. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002. VAN EVERA, Stephen. Guide to methods for students of Political Science. Cornell: Cornell University Press, 1997.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
AMARGO, Aspácia A. O ator, o pesquisador e a história: impasses metodológicos na implantação do CPDOC. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org) A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 276-304. ILLS, C. Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. LÖWY, Michel. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.	

HARVEY, Frank P., BRECHER, Michael (editors). Evaluating Methodology in International Studies. Millennial Reflections on International Studies. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002.

KATZENSTEIN, Peter, KEOHANE, Robert and KRASNER, Stephen (editors). International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the Study of World Politics. Volume 52, number 4, Autumn 1998. Special Issue. San Diego: MIT Press

● **Ementas das disciplinas do 8º período/semestre**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Mundialização e Cultura	60 h
<b>EMENTA</b>	
<p>Conceito de Cultura. Antropologia Cultural. Diversidade Cultural, Relativismo, Etnocentrismo e Alteridade. Multiculturalismo e Universalismo. Cultura e Identidade. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. Identidades étnico-raciais e religiosas. Teorias Modernas sobre Cultura: Cultura de Massas e Cibercultura. Mundialização e Cultura. Cultura e Poder. Cultura e Relações internacionais.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>HALL, S. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2006.</p> <p>LARAIA, R. Cultura, um conceito Antropológico. 14. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.</p> <p>ORTIZ, R. Mundialização e Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>CASTRO, C. Evolucionismo Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.</p> <p>DA MATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.</p> <p>HUNTINGTON, S. O Choque de Civilizações. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.</p> <p>LÉVY, Pierre. Cibercultura. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2008.</p> <p>ORTIZ, R. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.</p>	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos Especiais em Relações Internacionais	60 h
<b>EMENTA</b>	
<p>Tópicos Especiais em Relações Internacionais. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Trabalho de Conclusão de Curso	150 h
<b>EMENTA</b>	
<p>Escolha e delimitação do tema/problema. Referencial teórico: primeiras leituras sobre o tema. Referencial metodológico: escolha do tipo de estudo. Aperfeiçoamento do Projeto de pesquisa de acordo com as linhas estabelecidas no PPC. Redação do trabalho (monografia ou artigo) e defesa do TCC.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004. 160 p.</p>	



KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 182 p.  
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 304 p

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampl. São Paulo, SP: Makron Books, 2000. xvi, 122 p.  
FRANÇA, Júnia Lessa; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade; BORGES, Stella Maris (Colab.). Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 8. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p. (Coleção aprender)  
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005. 315 p.  
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 144 p.  
SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 425 p.

#### • Ementa das disciplinas optativas

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Abordagens Terceiro-Mundistas nas Ciências Sociais e nas Relações Internacionais: Pós-Colonialismo e Giro Decolonial	60 h
<b>EMENTA</b>	
Pós-colonialismo e giro decolonial: aproximações e divergências. Identidade, multiculturalismo e interculturalidade. Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais. Debates sobre racismo nas perspectivas pós-colonial e decolonial. Feminismos subalternos. Pensando o pós-colonial e o decolonial no Brasil e nas Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. <i>Estudos Feministas</i> , Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017, p. 1035-1054. FANON, Franz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. LANDER, Edgardo (ed.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, julio de 2000, p. 201-202. SHILLIAM, Robie (ed). International Relations and non-Western Thought: imperialism, colonialism, and investigations of global modernity. Oxon, Nova York: Routledge, 2011.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ACHARYA, Amitav. Dialogue and Discovery: in search of International Relations Theories Beyond the West. <i>Millenium: Journal of International Studies</i> .39(3), 2011, p. 619-637. ALMENDRA, Javiera Cubillos. Reflexiones sobre el Proceso de Investigación. Una propuesta desde el feminismo decolonial. <i>Athenea Digital</i> , 14(4), dez. 2014, p. 261-285. BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. <i>Revista Brasileira de Ciência Política</i> , n.11. Brasília, maio - agosto de 2013, p. 89-117. BHABHA, Homi K. <i>O Local da Cultura</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. BOUTELDJA, Houria. ¿Feministas o no? Pensar la posibilidad de un «feminismo decolonial» con James Baldwin y Audre Lorde. <i>Tabula Rasa</i> , núm. 21, julio-diciembre, 2014, pp. 77-89.	

- DUTRA, Delia; BANDEIRA, Lourdes Maria. Estudos de Gênero na América Latina: dinâmicas epistêmicas e emancipações plurais. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, V. 9, n. 2, 2015, p. 1-15.
- FANON, Frantz. *A dying colonialism*. Nova York: Groove Press, 1965.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Zahar, 2022..
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GROSGOUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter. Intervenciones descoloniales: una breve introducción. *Tabula Rasa*, N.9, jul-dez 2008, p. 29-37.
- HALL, Stuart A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, No.9, julio-diciembre, 2008, p. 73-101.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014
- MARTÍN, Rocío Medina. Feminismos periféricos, feminismos otros: una genealogía feminista decolonial por reivindicar. *Revista Internacional de Pensamiento Político*. I Época, V. 8, 2013, p. 53-79.
- MIGNOLO, Walter. Epistemic disobedience, Independent Thought and De-colonial Freedom. *Theory, Culture & Society*. 2009, Vol. 26, n. 7-8, p. 1-23.
- MIGNOLO, Walter. I am where I think: Epistemology and the Colonial Difference. *Journal of Latin American Cultural Studies*, 8:2, 1999, p. 235-245.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SHOAH, Elah. Notes on the “Post-Colonial”. *Social Text*, n. 31/32, 1992, p. 99-113.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	60 h
EMENTA	
Histórico, processo de institucionalização, conceitos e agendas atuais; Os atores da CID e a construção dos grandes consensos, as particularidades e as críticas; Relações entre ajuda internacional e política externa; Multilateralismo, normas, valores e “agenda-setting”; O Sistema Multilateral da CID; Principais agendas da CID; Estudos de caso.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CASTRO, Marcus Faro de, <i>Latin America and the Future of International Development Assistance</i> , Review, XXIII, 4, Ferdinand Braudel Center, 2000, pp 503-532.	
DEGNBOL-MARTINUSSEN, John e ENGBERG-PEDERSEN, Poul. (2003), <i>AID Understanding International Development Cooperation</i> . London/New York: Zed Books.	
LOPES, Carlos. <i>Cooperação e desenvolvimento econômico. A agenda emergente para o novo milênio</i> ; São Paulo: UNESP, 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
Agência Brasileira de Cooperação (ABC). <i>Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009</i> . Brasília: IPEA/ABC, 2010.	
ANTONINI, B.; HIRST, M. <i>Pasado y Presente de la Cooperación Norte-Sul para el desarrollo</i> . Documentos de Trabajo de la Cooperación Sur-Sur, Buenos Aires: Ministerio de las Relaciones Internacionales, Comercio Exterior y Culto, 2009, p. 9-72.	
AYLLON, Bruno. <i>Argentina: horizontes y oportunidades de la Cooperación Sur-Sur en el año del bicentenario</i> . <i>Revista Española de Desarrollo y Cooperación</i> , n. 27, 2011.	
HURRELL, Andrew. <i>Brazil : What Kind of Rising State in What Kind of Institutional Order?</i> In: Alan S. Alexandroff; Andrew F. Cooper (org.), <i>Rising States, Rising</i>	

Institutions, challenges for global governance. Baltimore: The Brookings Institution Press, 2010, p.128-150.  
 MARCOVITCH, Jacques (org.). Cooperação Internacional: estratégia e gestão. S. Paulo: EDUSP, 1994 (capítulos escritos por Peter Kőnz e Antonio Cachapuz de Medeiros)

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Diplomacias Indígenas	30 h
<b>EMENTA</b>	
Crítica ao conceito tradicional de diplomacia; o desafio das diplomacias indígenas ao pensamento diplomático; mulheres indígenas enquanto diplomatas de seus povos; estudos de caso de diplomacias indígenas.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>BEIER, J. Marshall (ed.). Indigenous Diplomacies. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2009.</p> <p>COHN, Sérgio (org.). Ailton Krenak: Série Encontros. Rio de Janeiro: Azougue, 2015</p> <p>EPP, Roger. Crawford, At the Wood's edge: towards a theoretical clearing for indigenous diplomacies in international relations. Robert M.A., Jarvis, Darryl S.L. (eds.), International Relations – Still an American Social Science? Towards Diversity in International Thought. Albany: State University of New York Press, 2001, p. 299–324.</p> <p>KOPENAWA, Davi, ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, n.11. Brasília, maio - agosto de 2013, p. 89-117.</p> <p>BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017, p. 1035-1054.</p> <p>BEIER, J. Marshall. Forgetting, Remembering, and Finding Indigenous Peoples in International Relations. BEIER, J. Marshall (ed.). International Relations in Uncommon Places: Indigeneity, Cosmology, and the Limits of International Theory. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2005.</p> <p>BERRIDGE, G.R; KEENS-SOPER, Maurice; OTTE, T.G.A Diplomatic theory from Machiavelli to Kissinger. Nova Iorque: Palgrave, 2001.</p> <p>BYSK, Alison; BENNETT, Natasha. Voice in the Village: Indigenous Peoples Contest Globalization in Bolivia. The Brown Journal of World Affairs, n. II, V. XIII, 2012, p. 115-127.</p> <p>CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 9-23.</p> <p>CASTRO, Eduardo Viveiros de. A Inconstância da Alma Selvagem. São Paulo: Ubu Editora, 2017.</p> <p>CONSTANTINO, Costas M.; DERIAN, James Der (orgs.). Sustainable diplomacies. Hampshire, Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010, p. 1-24.</p> <p>COSTA, Davi de. Cosmology, mobility and exchange: Indigenous diplomacies before the nation-state. Canadian Foreign Policy Journal, 13:3, 2007, p. 13-28.</p> <p>CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com Aspas. São Paulo: Ubu Editora, 2017.</p> <p>DERIAN, James Der. On Diplomacy: a genealogy of Western estrangement. Oxford: Basil Blackwell, 1987.</p> <p>ENLOE, Cynthia. Margins, silences and bottom rungs: how to overcome the underestimation of power in the study of international relations. SMITH, Steve; BOOTH,</p>	

- Ken; ZALEWSKI, Marysia (eds.). *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 186-202.
- ESCOBAR, Arturo; HARCOURT, Wendy. *Women and the Politics of Place*. Bloomfield: Kumarian Press, 2005, p. 1-19.
- GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- GROSGOUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter. *Intervenciones descoloniales: una breve introducción*. *Tabula Rasa*, N.9, jul-dez 2008, p. 29-37.
- JAGER, Rebecca K. *Malinche, Pocahontas and Sacagawea: Indian Women as Cultural Intermediaries and National Symbols*. Norman: University of Oklahoma Press, 2015.
- KAINGÁNG, Azelene. *Indígenas: depoimento de uma militante*. PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 410-412.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KUOKKANEN, Rauna. *Globalization as Racialized, Sexualized Violence*. *International Feminist Journal of Politics*, 10:2, 2008, p. 216-233.
- KUOKKANEN, Rauna. *Self-Determination and Indigenous Women's Rights at the Intersection of International Human Rights*. *Human Rights Quarterly*, Volume 34, Number 1, February 2012, p. 225-250.
- KUOKKANEN, Rauna. *Self-determination and Indigenous Women – “Whose Voice Is It We Hear in the Sámi Parliament?”*. *International Journal on Minority and Group Rights*, n. 18, 2011, p. 39–62.
- LANDER, Edgardo (ed.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, julio de 2000, p. 201-202.
- LARBALESTIER, Jan. *The politics of representation: Australian aboriginal women and feminism*. *Anthropological Forum: A Journal of Social Anthropology and Comparative Sociology*, 6:2, 1990, p. 143-157.
- LUGONES, María. *Colonialidad y género*. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.
- LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935- 952, set./dez. 2014.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; MOREIRA, Felipe Kern (orgs.). *As relações internacionais na fronteira norte do Brasil: coletânea de estudos*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011.
- TAYLOR, Paul C.; ALCOFF, Linda Martín; ANDERSON, Luvell (ed.). *The Routledge Companion to Philosophy of Race*. Nova Iorque: Routledge, 2018, p. 152-167.
- MIHESUAH, Devon Abbott. *Indigenous American Women: decolonization, empowerment, activism*. Lincoln, Londres: University of Nebraska Press, 2003.
- MIRANDA, Lillian Aponte. *Indigenous peoples as International Lawmakers*. *Journal of International Law*, Vol. 32, n. 1, 2014, p. 203-263.
- MONTSION, Jean Michel. *Diplomacy as self-representation: British Columbia's First Nations and China*. *The Hague Journal of Diplomacy*, n. 11, 2016, p. 1-22.
- MOREIRA, Felipe Kern. *Povos indígenas e Relações Internacionais: das malocas à aldeia global*. *Humanitas*, v. 24, n.1/2, 2008, p. 7-34.
- MORGENSEN, Scott Lauria. *Theorising Gender, Sexuality and Settler Colonialism: An Introduction*. *Settler Colonial Studies*, 2:2, p. 2-22, 2012.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues. *Por uma História do Possível: representações das mulheres incas nas crônicas e na historiografia*. Jundiá: Paco Editorial, 2012.
- PACHAMAMA, Aline Rochedo. *Guerreiras = M'baima miliguapy: mulheres indígenas na cidade, mulheres indígenas da aldeia*. Rio de Janeiro: Pachamama, 2018.

- PAREDES, Julieta. Hilando fino desde el feminismo comunitario. 2ª ed. Cidade do México: Cooperativa El Rebozo/Zapatéandole/Lente Flotante/En Cortito que's pa Largo/Alifem, 2014.
- PARISI, Laura; CORNTASSEL, Jeff. In Pursuit of Self-Determination: Indigenous Women's Challenges. *Canadian Foreign Policy*, p. 81-98, 2007.
- PEARCEY, Mark. The exclusions of civilization: Indigenous peoples in the story of international society. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016.
- PETTMAN, Jan. Gendered knowledges: Aboriginal women and the politics of feminism. *Journal of Australian Studies*, 2009, 16:35, p. 120-131.
- PICQ, Manuela. Rethinking International Relations from the Amazon. *Revista Brasileira de Política Internacional*, V. 59, n. 2, 2016, p.1-17.
- PICQ, Manuela. Visões indígenas desafiando o global: mulheres kichwa pluralizando a soberania. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados*, v.6. n.11, jan./jun., 2017, p. 340-369.
- RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. PIORI, Mary Del (org.); BASSEZI, Carla (coord.). *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 11-44.
- REBELO, Francine; GUERRA, Luís Antônio. Participação política das mulheres zapatistas: desafios e resistências. *Revista de estudos em relações inter-étnicas*, Vol. 20, n. 1, 2017.
- SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (orgs.). *Gênero e Povos Indígenas*. Brasília/Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI e GIZ, 2012, p. 116-127.
- SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 7, volume 14 (1 e 2): p. 95-110, 2003.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, n. 18, 2012, p. 106-131.
- SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013..
- SIEDER, Rachel (ed.). *Demanding Justice and Security: Indigenous Women and Legal Pluralities in Latin America*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2017.
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. Londres, Nova Iorque e Dunedin: Zed Books e University of Otago Press, 1999.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Rodolfo. Direitos Indígenas: Alguns Problemas Conceituais*.
- JELIN, Elizabeth, HERSHBERG, Eric (orgs.). *Construindo a democracia: Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 207-232.
- JELIN, Elizabeth, HERSHBERG, Eric (orgs.). *How to Decolonize Indigenous Rights*. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, 8:1, 2013, p. 97-102.
- TICKNER, Ann Tickner. *Revisiting IR in a Time of Crisis*. *International Feminist Journal of Politics*, 17:4, 2015, p. 536-553.
- TICKNER, Arlene. *Core, periphery and (neo) imperialist International Relations*. *European Journal of International Relations*, 19(3), 2013, p. 627-646.
- TICKNER, Arlene. *Hearing Latin American voices in International Relations studies*. *International Studies Perspectives*, 4, 2003, p. 325-350
- TUCKER, Karen. *Unraveling Coloniality in International Relations: Knowledge, Relationality, and Strategies for Engagement*. *International Political Sociology*, Vol. 12, n. 3, Setembro de 2018, p. 215-232.

URT, João Nackle. How Western Sovereignty occludes indigenous governance: the Guarani and Kaiowa Peoples in Brazil. *Contexto Internacional*, vol. 38(3) Sep/Dec 2016, p. 865-886.

URT, João Nackle. O lugar dos povos indígenas na política global contemporânea: entre a emancipação e a oportunidade. 4º Encontro Nacional da ABRI, 2013.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura. Companhia das Letras.

VITALE, Denise; NAGANIME, Renata; SOUZA, Giselle Amorim de. A ONU Mulheres na aldeia: tradições democráticas e mediação cultural. VITALE, Denise; NAGANIME, Renata (orgs.). *Gênero, Direito e Relações Internacionais: debates de um campo em construção*. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 235-264.

WILSON, Shawn. *Research is Ceremony: Indigenous Research Methods*. Black Point: Fernwood Publishing, 2008.

WOONS, Mark (ed.) *Restoring Indigenous Self-Determination: Theoretical and Practical Approaches*. 2ª ed. Bristol: E-International Relations Publishing, 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/publication/restoring-indigenous-self-determination-theoretical-and-practical-approaches-2/>. Acesso em 05/01/2016.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Direito Internacional Humanitário	30 h
EMENTA	
<p>Ementa: Conceito e desenvolvimento histórico do Direito Internacional Humanitário; <i>jus in bello</i> e <i>jus ad bellum</i>; o Comitê Internacional da Cruz Vermelha; diferenças e interseções entre Direito Internacional Humanitário, Direito Internacional Humanitário, e Direito Internacional dos Refugiados; princípios do Direito Internacional Humanitário; as quatro Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais de 1977; problemas contemporâneos na aplicação do Direito Internacional Humanitário.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BIERRENBACH, Ana Maria. <i>O conceito de responsabilidade de proteger e o Direito Internacional Humanitário</i>. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.</p> <p>SWINARSKI, Cristophe. <i>Introdução ao Direito Internacional Humanitário</i>. Brasília: Escopo Editora, 1998.</p> <p>TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. <i>Tratado Internacional de Direitos Humanos</i>, vol. I. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003, 2ª ed.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BLACKSTROM, Alan; HENDERSON, Ian. New capabilities in warfare: an overview of contemporary technological developments and the associated legal engineering issues in Article 36 weapons reviews. <i>International Review of the Red Cross</i>, V. 94, n. 886, Summer 2012, p. 483-514.</p> <p>DURHAM, Helen, O'BYRNE, Katie. The dialogue of difference: gender perspectives on international humanitarian law. <i>International Review of the Red Cross</i>, V. 92, n. 887, march 2010, p. 31-52.</p> <p>MERON, Theodor. The continuing role of custom in the formation of International Humanitarian Law. <i>The American Journal of International Law</i>, V. 90, n.2, apr. 1996, p. 238-249.</p> <p>MUNDIS, Daryl A. New Mechanisms for the Enforcement of International Humanitarian Law. <i>The American Journal of International Law</i>, V. 95, n. 4, oct. 2001, p. 934-952.</p> <p>SHRAGA, Daphna. UN Peacekeeping operations: applicability of International Humanitarian Law and Responsibility for Operations-Related Damage. <i>The American Journal of International Law</i>, V. 94, n.2, apr. 2000, p. 406-412.</p>	

SLIM, Hugo. Business actors in armed conflicts: a new humanitarian agenda. *International Review of the Red Cross*, V. 94, n. 887, Autumn 2012, p. 903-918.

SWIRNARSKI, Christophe. Principales nociones e institutos de derecho internacional humanitario como sistema internacional de protección de la persona humana. San José, C.R: Instituto Interamericano de Derechos Humanos-Comitê Internacional de la Cruz Roja, 1990.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Direito Internacional dos Refugiados	30 h
<b>EMENTA</b>	
<p>Ementa: Esta disciplina tem por objetivo estudar o desenvolvimento do Direito Internacional dos Refugiados, sua relação com o Direito Internacional dos Direitos Humanos e com o Direito Internacional Humanitário, nos planos legislativo, operacional e hermenêutico, assim a legislação brasileira sobre a matéria e sua efetivação. Também será estudado o funcionamento do Comitê Nacional dos Refugiados, o procedimento para a solicitação de refúgio no país, assim como o fluxo de refugiados na Amazônia.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>ACNUR/CONARE. O Reconhecimento dos Refugiados pelo Brasil. Decisões comentadas do CONARE. Brasília: 2007</p> <p>ACNUR, CENTRO DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E INSTITUTO DE MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. Manual de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado. Brasília: 2004.</p> <p>TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado Internacional de Direitos Humanos, vol. I. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003, 2ª ed.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>ANDRADE, José H. Fischel de and MARCOLINI, Adriana. A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características. <i>Revista brasileira de política internacional</i>, vol.45, n.1, 2002, p. 168-176.</p> <p>ANDRADE, José H. Fischel. O Brasil e a organização internacional para refugiados (1946-1952) <i>Revista Brasileira de Política Internacional</i>, 48 (I), 2005, p. 60-96.</p> <p>MURILLO, Juan Carlos. Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional dos refugiados. <i>Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos</i>, Ano 6, n. 10, junho de 2009, p. 121-138.</p> <p>PACÍFICO, Andra Maria Calazans; MENDONÇA, Renata de Lima. A proteção sociojurídica dos refugiados no Brasil. <i>Textos &amp; Contextos (Porto Alegre)</i>, v. 9, n ° 1, jan/junho de 2010, p.170-181.</p> <p>TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. <i>A humanização do Direito Internacional</i>. Belo Horizonte: Del Rey, 2006</p>	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Economia Alternativa	60 h
<b>EMENTA</b>	
<p>Estudo e análise sobre Economia do desenvolvimento. Economia Ambiental. Economia Comportamental. Economia da vida diária. Economia da Felicidade e Economia do século XXI.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	

- CONWAY, Edmund. 50 ideias de economia que você precisa conhecer; tradução Marcelo Borges. São Paulo: Planeta, 2015.
- OLIVEIRA, R. G. de. Economia do meio ambiente. In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. de. (org.) Manual de Economia – equipe de professores da USP. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: RAYNOT, C; ZANONI, M. (ed.) Desenvolvimento e meio ambiente - número 1- 1994. Curitiba: UFPR, 1994

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- BASTOS, Estêvão Kopschitz Xavier. Guia de Análise da economia brasileira. São Paulo: Editora Fundamento, 2015.
- MODENESI, André de Melo et al. Sistema Financeiro e política econômica em uma era de instabilidade: tendências mundiais e perspectivas para a economia brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Associação Keynesiana Brasileira, 2012.
- NERY, P. F. Economia da Felicidade: Implicações para Políticas Públicas. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Outubro/2014 (Texto para Discussão n. 156). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos).
- SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugenio. A controvérsia do planejamento na economia brasileira. Brasília: Ipea, 2010.
- SCHMIDT, Armênio Bello; Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. Economia solidária: caderno pedagógico educandas e educandos Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: UnB, 1999.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Economia da Amazônia e do Amapá	60 h
<b>EMENTA</b>	
<p>Estudo e análise do processo histórico de ocupação e exploração da Amazônia (do extrativismo à urbanização). Ciclos econômicos de exploração (drogas do Sertão, a borracha e projetos de integração, expansão e desenvolvimento). Políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia. Os grandes projetos na Amazônia e seus impactos na economia regional. Inserção da Amazônia no cenário nacional e mundial. A internacionalização da Amazônia e o processo de globalização. Estudo sobre as realidades e potencialidades da economia do Amapá.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>CHELALA, Charles Achar. A magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense. Macapá: Unifap, 2008.</p> <p>FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. A história do Agroextrativismo na Amazônia Amapaense. Macapá: Unifap, 2014.</p> <p>MENDES, Armando Dias. A invenção da Amazônia. Belém: Banco da Amazônia, 2006.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de Desenvolvimento. Manaus: Valer, 2007.</p> <p>MENDES, Armando Dias. Extrativismo na Amazônia Brasileira. S.I: UNESCO, 1996.</p> <p>GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira. Política de Desenvolvimento Regional e Amazônia. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.</p> <p>SILVA, Marilene Corrêa da. Metamorfoses da Amazônia. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.</p> <p>SOUZA, Márcio. História da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2009.</p>	



<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Epistemologia das Relações Internacionais	30 h
<b>EMENTA</b>	
Tipos de conhecimento. O conhecimento científico. O método científico. Objeto de estudo, léxico e status científico. Positivismo e Pós-Positivismo. Conceito de verdade científica. A ciência moderna e o desafio da complexidade da ciência contemporânea. Filosofia e História das Ciências. Ontognosiologia e Epistemologia. Epistemologia das Relações Internacionais: o conhecimento na área; a delimitação do objeto e a questão metodológica; os obstáculos epistemológicos; o status científico.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BACHELARD, Gaston. A Epistemologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1990. KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 2003. POPPER, Karl. Conjecturas e Refutações. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
CASTRO, Marcus Faro de. De Westphalia a Seattle: A Teoria das Relações Internacionais em Transição. Cadernos do REL, número 20, 2001. HOOLIS, M. & SMITH, S. Explaining and Understanding International Relations. Oxford: Clarendon Press, 1990. JAPIASSU, Hilton. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1997. KANT, Immanuel. Prolegômenos a toda metafísica futura que queira se apresentar como ciência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. MORAVCSIK, Andrew. Theory synthesis in international relations: real not metaphysical. International Studies Review, 2003.	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Geopolítica e Relações Internacionais do Oriente Médio	60 h
<b>EMENTA</b>	
A conflituosa geopolítica da região será analisada a partir dos séculos XIX e XX. As questões estruturais, étnicas, institucionais e evoluções ideológicas ocasionadas pela modernização e pela inserção global da região. O contato com Ocidente; o fim do Império Otomano; o genocídio armênio e a questão de outras minorias. O mandato da Liga das Nações e a diplomacia secreta: a Declaração de Balfour e os Acordos de Sykes-Picot. As guerras de independência. A formação dos Estados nacionais e a duelo ideológico entre o Liberalismo e o Comunismo. O Nacionalismo árabe; o Panarabismo; o Nasserismo. A crise do canal de Suez: do Sionismo à Guerra do Yom Kippur. O Baathismo Sírio e Iraquiano. O conflito árabe-israelense e a questão da Palestina - da “Nakba” aos acordos de Oslo. O Estado tampão do Líbano e sua guerra civil (1975-1990). A OLP em Beirute e a ascensão do Hezbollah. A Criação da OPEP e as crises do petróleo (de Suez às guerras do Golfo). De Mossadeq à Revolução Iraniana. A guerra Irã-Iraque. A evolução dos sistemas políticos domésticos. A Comissão de Integração Regional – a Liga Árabe (ASPA e as relações Brasil-mundo árabe). A intitulada “Primavera Árabe” e seus desdobramentos: os autoritarismos resilientes da região. A eclosão de guerras civis na Líbia, no Iraque; na Síria e no Iêmen - a primeira grande crise humanitária do século XXI. O Islã político, os extremismos religiosos, o wahabismo (ou protestantismo) saudita e a “guerra ao terror”.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
AIRES, Clara. O oriental enquanto ameaça. Uma análise da percepção dos Estados Unidos sobre o oriente médio a partir de filmes selecionados. Revista Fronteira. Belo Horizonte, c. 11, n. 21, pág. 23-42, 1ª sem. 2012. PDF.	

- ALI, Tariq. Confronto de Fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e Modernidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- COCKBURN, Patrick. Na origem do Estado Islâmico. São Paulo. Autonomia Literária, 2015.
- FISK, Robert . Pobre Nação: As guerras do Líbano no século XX. Rio de Janeiro: Recorde, 2007.
- FUSER, Igor. Petróleo e Poder. O envolvimento militar dos EUA no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação disponível em: São Paulo: Unesp, 2008.  
[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96295/fuser\\_i\\_me\\_mar.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96295/fuser_i_me_mar.pdf?sequence=1).
- Murilo Sebe Bon Meihy. Mil e uma noites mal dormidas. Na Formação da República Islâmica do Irã. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2011.
- KEDDIE, Nikki R. Modern Iran: Roots and Results of Revolution. Updated edition. New Heaven London: Yale University Press, 2006.
- SAID, Edward. Orientalismo. São Paulo: Companhia das Letras.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- MAALOUF, Amin. A Cruzada vista pelas árabes. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- MAALOUF, Amin. O naufrágio das civilizações: Um olhar profundo sobre o nosso tempo para entender três feridas do mundo moderno: os conflitos identitários, o islamismo radical e o ultraliberalismo. Editora: Vestígio, 2020.
- OZ, Amos. Contra o fanatismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- HATOUM, Milton. O relato de um certo Oriente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COHN-SHERBOK, Dan; El-Alami, Dawoud. O conflito Israel-Palestina. São Paulo: Palíndromo, 2005.
- FALK, Richard. Chaos and counterrevolution: after Arab Spring. Charlottesville: Just World Books, 2015.
- FERABOLLI, Silvia. Relações Internacionais do Mundo Árabe. Curitiba: Editora Juruá, 2009.
- HADDAD, Joumana . Eu matei Sherazade. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- KEDDIE, Nikki R. Irã moderno: raízes e resultados da revolução. New Heaven London: Yale University Press, 2006.
- FARAH, Paulo Daniel (org). Presença árabe na América do Sul. São Paulo: Bibliaspa, 2010.
- BEINHART, Peter. A crise do sionismo. Times Books, 2012.
- LACEY, Robert. Dentro do Reino. Reis, clérigos, modernistas, terroristas e a luta pela Arábia Saudita.
- LACEY, Robert. O conservadorismo surge quando as pessoas têm medo. Ideias do milênio. Entrevista a Silio Boccanera. Consultor Jurídico. Conjur. 17 de dezembro 2010.  
<https://www.conjur.com.br/2010-dez-17/robert-lacey-historiador-britanico-especialista-arabiasaudita>.
- FRIEDMAN, Thomas Friedman. De Beirute a Jerusalém.
- PARSI, Trita. Aliança traiçoeira: as negociações secretas de Israel, Irã e Estados Unidos. New Haven e Londres: Yale University Press, 2007.
- MATTAR, Hisham . No país dos homens. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALIBI, Kamal. The house of many mansions: the history of Lebanon reconsidered. Bloomsbury Publishing PLC, 2008.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
História da Guerra	60 h
<b>EMENTA</b>	
<p>Historiografia da História da Guerra. Teorias de Clausewitz. As guerras de cunho tradicional e as novas guerras. Guerras irregulares: terrorismo, guerrilha e insurgência. Guerra de quarta geração e seus desdobramentos. A inteligência na guerra. Guerra total.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>CLAUSEWITZ, Carl von. Da guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1996  KEEGAN, John. Uma história da Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.  MAGNOLI, Demétrio (org.). História das guerras. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>BOBBIT, Philip. A guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Rio de Janeiro: <i>Campus</i>, 2003.  KEEGAN, John. Inteligência na Guerra: conhecimento do inimigo: de Napoleão à Al-Qaeda. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.  SUN TZU. A arte da guerra. 2ª Edição. Mira-Sintra: Publicações Europa América, s/d.  TUCÍDIDES. História da guerra do Peloponeso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987  VISACRO, Alessandro. Guerra irregular – Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.</p>	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
História do Oriente Médio Contemporâneo	60 h
<b>EMENTA</b>	
<p>Introdução sobre o período que abrange o declínio e as perdas territoriais do Império Otomano e da dinastia Qajar iraniana (Pérsia): as consequências para essas sociedades. A dissolução do Império Otomano e a criação de novas fronteiras. As novas identidades nacionais no Levante, norte da África, Cáucaso, Balcãs e Anatólia. A modernização autoritária do Irã e da Turquia. A dinâmica de dominação europeia e otomana e a resistência no mundo árabe contemporâneo. O Renascimento cultural árabe (Al-Nahda) como resposta ao neocolonialismo. O papel da imprensa, das associações e os efeitos do pluralismo jurídico no contexto das reformas administrativa e centralizadoras do Império Otomano (Tanzimat) durante o século XIX. O impacto da I Guerra Mundial. Próximos da Europa e próximos de Deus e a “Jihad made in Germany”. A modernizações dos Estados sob supervisão ocidental pelo instituto de Mandatos no Levante e no Egito. As tentativas de superar a ordem pós-otomana na região. Os movimentos sociais: o nacionalismo; a opinião pública; o Pan-arabismo e a ascensão do islamismo político ou Pan-islamismo. A emergência da ideia de um espaço público “transnacional” e os desafios da educação e da cidadania pós-colonial. O significado de “Estado-nação” desde a sua construção sob o domínio colonial até a consolidação autocrática na região. Independências tardias e a II Guerra Mundial. O Oriente Médio entre as rivalidades Leste-Oeste. A ancestralidade de uma classe média promotora ou desafiadora das ideologias da época e suas instituições; O Estado, a comunidade e o desafio do pluralismo identitário na região hoje; Judeus e árabes na Palestina. O lugar de refração do disCurso feminista na visão do nacionalismo, do islamismo e das correntes de esquerda, suas deficiências estruturais, sua eficácia no espaço público transnacional e seu paradoxo de não ser capaz de se efetivar de fato. O lento processo de democratização do mundo árabe-muçulmano no século XX. O Curso também abordará questões conflitantes ou atuais, como as fronteiras problemáticas da região, a gestão da água, dos hidrocarbonetos e “a Primavera Árabe”.</p>	

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALI, Tariq. Confronto de Fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e Modernidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- COCKBURN, Patrick. Na origem do Estado Islâmico. São Paulo. Autonomia Literária, 2015.
- FISK, Robert . Pobre Nação: As guerras do Líbano no século XX. Rio de Janeiro: Recorde, 2007.
- HOURLANI, Albert. Uma história dos povos árabes. Companhia das Letras, 2006.
- LAURENS, Henry. L'Orient dans tous ses états, Orientales IV. Paris. CNRS. 752 p, 2017.
- MAALOUF, Amin. Les identités meurtrières. Editions Grasset&Fasquelle. Paris, 1988.
- McMEEKIN, Sean. The Berlin-Baghdad Express. Trad. Maria Silvia Mourão Neto. Globo. Coleção Histórica. São Paulo, 2011.
- MEIHY, Murilo Sebe Bon. Mil e uma noites mal dormidas. Na Formação da República Islâmica do Irã. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2011.
- KEDDIE, Nikki R. Modern Iran: Roots and Results of Revolution. Updated edition. New Heaven London: Yale University Press, 2006.
- PALMER, Alan. Declínio e queda do império Otomano. 1ª edição. Globo livros, 2013.
- SAID, Edward. Orientalismo. São Paulo: Companhia das Letras.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MAALOUF, Amin. A Cruzada vista pelas árabes. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- MAALOUF, Amin. O naufrágio das civilizações: Um olhar profundo sobre o nosso tempo para entender três feridas do mundo moderno: os conflitos identitários, o islamismo radical e o ultra liberalismo. Editora: Vestígio, 2020.
- HATOUM, Milton. O relato de um certo Oriente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COHN-SHERBOK, Dan; El-Alami, Dawoud. O conflito Israel-Palestina. São Paulo: Palíndromo, 2005.
- FALK, Richard. Chaos and counterrevolution: after Arab Spring. Charlottesville: Just World Books, 2015.
- BEINHART, Peter. A crise do sionismo. Times Books, 2012.
- LACEY, Robert. Dentro do Reino. Reis, clérigos, modernistas, terroristas e a luta pela Arábia Saudita.
- FRIEDMAN, Thomas Friedman. De Beirute a Jerusalém.
- MATTAR, Hisham . No país dos homens. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALIBI, Kamal. The house of many mansions: the history of Lebanon reconsidered. Bloomsbury Publishing PLC, 2008.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
O Amapá nas Relações Internacionais	60 h
EMENTA	
Evolução histórico-geográfica do Amapá: as disputas territoriais, a condição como Território Federal e as mudanças pós-Estadualização. A dimensão ambiental e econômica do Amapá nas Relações Internacionais: As áreas protegidas (Unidades de Conservação e Proteção da Natureza e as terras indígenas); As empresas e atividades econômicas no cenário global. Atores paradiplomáticos na Amazônia; Segurança Regional na Amazônia Transnacional; O Amapá no contexto regional amazônico e das Guianas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALMEIDA, F.F.; HASUI, Y.; BRITO NEVES, B.B.; FUCK, R.A. Brazilian structural provinces: an introduction. Earth Science Review, 17: 1-19. 1981.	

- CAVLAK, I. Aspectos do Desenvolvimento Político e Econômico da Guiana. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 1, p. 237-256, 2015a.
- CAVLAK, I. A Guiana e a Luta Pelo Socialismo. *Revista História e Luta de Classes*, v. 19, p. 60-66, 2015b.
- CAVLAK, I. O Extremo Norte da América do Sul: A Guiana Inglesa e o Suriname no Século XIX. *Revista Faces da História*, v. 2, p. 96-114, 2015c.
- CAVLAK, I. A Holanda e a América do Sul: A Formação do Suriname. *Revista Intellector*.v. 12, n. 23, p. 53-64, 2015d.
- CAVLAK, I.; GRANGER, S. Guiana Francesa e Amapá: dinâmicas políticas e econômicas (1940-1945). *Desenvolvimento Regional em debate*, v. 4, p. 189-199, 2014.
- CHAVES, D. Das Guianas Pós-Coloniais: aportes para o debate no tempo presente. *Cadernos do Tempo Presente*, v. 6, p. 25-35, 2015a.
- CHAVES, D. Chamados, questões e dilemas para História pós-coloniais e transnacionais das Guianas. In: PORTO, Jadson; CHAVES, Daniel & NORONHA, Andrius. (Orgs.). *A Fronteira Setentrional Brasileira: das histórias pós-coloniais à formação de uma fronteira tardia*, volume I. 1ed. Rio de Janeiro / Macapá: Autografia / Editora da Universidade Federal do Amapá, 2015b, v. 1, p. 75-115.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COSTA, J. M. ; FLEURY, MARIE-FRANÇOISE . The 'Green Cities' Program: Strategies for enhancing space in the municipalities of Pará. *Ambiente & Sociedade (Online)*, v. 18, p. 59-74, 2015.
- COSTA, J. M. AÇÃO, ESPAÇO E TERRITÓRIO: elementos para pensar uma política de ordenamento territorial. *Revista de Políticas Públicas (UFMA)*, v. 16, p. 15-24, 2012a.
- COSTA, J. M. Ensaio sobre Meio Ambiente, Ordenamento Territorial e Escala de Ação das Grandes Corporações. *Espaço Aberto*, v. 02, p. 101-116, 2012b.
- COSTA, J. M. Produção de escala geográfica e meio ambiente: análise a partir de processos espaciais na Amazônia Oriental, Brasil. *Sociedad Hoy*, v. 23, p. 67-81, 2012c.
- CORRÊA, P. G. P. The Brazilian foreign policy for the Guyana region. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 4, p. 15-26, 2015a.
- CORRÊA, P. G. P. Forging a Military Identity in Suriname. In: Daniel Zirker. (org.). *Forging Military Identity in Culturally Pluralistic Societies: Quasi-Ethnicity*. 01ed. Washington DC: Lexington Books, 2015b, v. 01, p. 22-28.
- CORRÊA, P. G. P.; SUPERTI, E. Integration and International Security in the Guyana Shield. *Revista de Geopolítica*, 2016 (No prelo).
- FRANCISCO, J.; TOSTES, J. A. Elementos para pensar o desenvolvimento sustentável. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 8, p. 123-141, 2015.
- GUYANE. Rapport Annuel d'Execution. Dez. 2013.
- GUYANA. Oxforddictionaries. Disponível em: <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/Guyana>. Acesso em 19 set 2015.
- HAESBAERT, R. Região, Diversidade Regional e Globalização. *GEOgraphia*, Ano. 1, No 1, 1999
- JESUS, A.; TOSTES, J. A. Cidades de Caiena (GF) e Santana (AP): Análise sobre a perspectiva dos Planos Urbanísticos. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 1, p. 72-80, 2013.
- MEDEIROS, J. M. M. *et.al*. Método de ensino para projetos de urbanismo mais sustentáveis: resultados da integração horizontal das disciplinas de projeto de urbanismo, paisagismo, infraestrutura e conforto térmico da FAU-UnB. *Paranoá (UnB)*, v. 1, p. 111-121, 2014a.

- MEDEIROS, J. M. M. *et.al.* A gestão para conservação da água. Dois estudos de caso: Riacho Fundo, Brasília e Rio Don, Toronto. *Interfaces Brasil/Canadá*, v. 14, p. 181-201, 2014b.
- PORTO, J. L. R. A linde Amapá-Guiana Francesa: a formação de uma fronteira tardia. In: *A Fronteira Setentrional Brasileira: Das Histórias Pós-Coloniais à Formação de uma Fronteira Tardia*. 1ed.Rio de Janeiro / Macapá: Autografia / Editora da Universidade Federal do Amapá, 2015.
- PORTO, J. L. R. A reconstrução da condição fronteiriça amapaense: da expansão colonial às intenções de interações transfronteiriça. *Acta Geográfica (UFRR)*, v. 8, p. 149-167, 2014a.
- PORTO, J. L. R. A construção da condição fronteiriça do oeste amapaense (1947-2014). *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 2, p. 145-173, 2014b.
- PORTO, J. L. R. Expectativas da fronteira da Amazônia setentrional: A busca pela interação do Platô das Guianas. In: PORTO, J. L. R; NASCIMENTO, D.M. (Orgs.). *Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial*. 1ed.Rio de Janeiro: Publit, 2013a, v. 1, p. 165-184.
- PORTO, J. L. R. A transfronteirização Amapá- Guiana Francesa: a nova articulação no platô das Guianas. In: JACINTO, R. (org.). *Condições de vida, coesão social e cooperação territorial - Coleção Iberogeografias*. 1ed.Guarda - Portugal: Centro de Estudos Ibéricos, 2013b, v. 25, p. 25-45.
- PORTO, J. L. R. Velhas interações na busca de novas integrações da fronteira da Amazônia setentrional: Reflexões sobre a linde Brasil/França. In: FONSECA, A.A.M et al. (org.). *Estado, Território e a Dinâmica das Fronteiras: Reflexões e Novos Desafios*. 1ed.Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013c, v. 1, p. 187-205.
- PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. Circuitos da Economia na fronteira amapaense: um híbrido de subsistemas para a sua reorganização espacial. *Labor & Engenharia*, v. 9, p. 101-114, 2015.
- PORTO, J. L. R.; CHAVES, D.; NORONHA, A. (org.). *A Fronteira Setentrional Brasileira: das Histórias Pós-Coloniais à Formação de uma Fronteira Tardia*, 2015.
- PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Novos usos do território amapaense: Políticas Públicas, Desenvolvimento, Ajustes Espaciais na Fronteira da Amazônia Setentrional. In: BARROS DA SILVA, A. Z.; FERKO, G. P. S.; FERREIRA, S. M. (org.). *Gestão Pública e Desenvolvimento Regional*. 1ed.Boa Vista: EDUFRR, 2014.
- PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (Orgs.). *Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Publit, 2013.
- PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. Ajustes espaciais na Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: Políticas Públicas e Interações Do Platô Das Guianas (1940 2010). *Revista Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal*, v. 19, p. 45-60, 2012.
- PORTO, J. L. R.; SANTOS, P. G. S. A reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá-Guiana Francesa. In: DA SILVEIRA, E. D.; CAMARGO, S.A.F. (org.). *Socioambientalismo de Fronteiras*. 1ed.Curitiba: Juruá, 2012, v. 1, p. 101-112.
- PORTO, J. L. R.; SOTTA, E. D. (Orgs.). *Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção*. 1. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2011.
- PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; TOSTES, J. A.; SOTTA, E. D. A reformatação da fronteira amapaense: das políticas públicas aos planos diretores e ambientais. In: PORTO, J. L. R; SOTTA, E.D. (org.). *Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção*. 1ed.Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2011.

- RUCKERT, *et.al.* Transfronteirizações na América do Sul: uma agenda de pesquisa sobre dinâmicas territoriais nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 7, p. 99-115, 2014.
- SANTOS, E.R.C. Urbanização e rede urbana na Amazônia Setentrional Amapaense/AP. Revista Formação online, v. 2, p. 107-131, 2012.
- SANTOS, E.R.C. Amazônia Setentrional Amapaense: do "mundo" das águas às florestas protegidas. 1. ed. Rio de Janeiro: Publit, 2013a.
- SANTOS, E.R.C. Regionalização da Amazônia Setentrional Amapaense (ASA): do "mundo" das águas às florestas protegidas. In: NASCIMENTI, D.M.; PORTO, J.L.R. (org.). Fronteiras em perspectivas comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia. 1ed. Belém, 2013b, v. , p. 195-224.
- SANTOS, E.R.C. Grandes Projetos e Produção do Espaço Amazônico: integração regional, infraestrutura e transportes no Estado do Amapá. In: SILVEIRA, M.R. (org.). Circulação, transportes e logísticas: diferentes perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- SANTOS, P. G. S.; PORTO, J. L. R. Novos usos da Fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas de construção e ensaios de cooperação. Revista GeoNorte, v. 7, p. 1152-1168, 2013.
- SANTOS, P. G. S.; PORTO, J. L. R.; SILVA, G. V. As Regiões Ultraperiféricas da Europa: Mudanças e Permanências nas Políticas Públicas. Ciência Geográfica. v. XVIII, p.182 - 191, 2015.
- SILVA, G. V. L'intégration du Surinam à l'Amérique du Sud. Diploweb. 2015a.
- SILVA, G. V. Litiges transfrontaliers sur le plateau des Guyanes: anciens et nouveaux enjeux géopolitiques. L'Espace Politique. 2015b. No prelo.
- SILVA, G. V. Réflexions sur la République du Suriname: Économie et Géopolitique dans le Contexte Régional. Outre-Terre. v. 2, p. 236-246, 2015c.
- SILVA, G. V. Desenvolvimento econômico em cidades da fronteira amazônica: ações, escalas e recursos para Oiapoque. Confins (Paris), p.17 - , 2013.
- SILVA, G. V. ;GOUVEA, I. A. M. Relações Internacionais Amapá-Guiana Francesa: Aspectos Comerciais das Interações Globais e Transfronteiriças. Revista Geonorte., v.7, p.1290-1304 - , 2013.
- SILVA, G. V.; PORTO, J.L.R Interações Espaciais entre Territórios Periféricos no Norte da América do Sul. PerCurso (Curitiba). v.1, p.12 - 31, 2011.
- SANTOS, J.O.S. et al. New understanding of the Amazon Craton provinces, based on field work and radiogenic isotope data. GondwanaResearch, v. 3, n. 4, p. 453-488, 2000.  
Disponível em:  
[http://www.researchgate.net/publication/223167550\\_A\\_New\\_Understanding\\_of\\_the\\_Provinces\\_of\\_the\\_Amazon\\_Craton\\_Based\\_on\\_Integration\\_of\\_Field\\_Mapping\\_and\\_U-Pb\\_and\\_Sm-Nd\\_Geochronology](http://www.researchgate.net/publication/223167550_A_New_Understanding_of_the_Provinces_of_the_Amazon_Craton_Based_on_Integration_of_Field_Mapping_and_U-Pb_and_Sm-Nd_Geochronology)
- SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. Hucitec, 1996.
- SPIER, C. A.; FERREIRA FILHO, C. F. Geologia, estratigrafia e depósitos minerais do projeto Vila Nova, Escudo das Guianas, Amapá, Brasil. Revista Brasileira de Geociências. 29(2): 173-178, 1999
- SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense. Intellector (CENEGRI. Online), v. XI, p. 129-147, 2015.
- TOSTES, J. A.; FRANCISCO, J. Indicadores de sustentabilidade para aferir impactos ambientais e urbanos em Macapá e Santana, cidades médias da Amazônia. Planejamento e Políticas Públicas, v. 2, p. 156-175-175, 2015.

- TOSTES, J. A.; ULIANA, B.; MARQUES, L. Áreas úmidas na Amazônia: Macapá, uma cidade entre rios, lagos e igarapés. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 3, p. 48-60, 2015.
- TOSTES, J. A.; ULIANA, B.; MARQUES, L. Transformações urbanas das cidades amazônicas. *Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil*, v. 1, p. 92-100-100, 2014.
- TOSTES, J. A.; ULIANA, B.; MARQUES, L. Estruturas urbanas da faixa de fronteira amazônica. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, v. 2, p. 50-62, 2013a.
- TOSTES, J. A.; ULIANA, B.; MARQUES, L. Arquitetura e poder: Brasília e Serra do Navio na Amazônia. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 1, p. 50-65, 2013b.
- TOSTES, J. A.; ULIANA, B.; MARQUES, L. Transformações Urbanas das Pequenas Cidades Amazônicas(AP) na Faixa de Fronteira Setentrional. 1. ed. Rio de Janeiro: Publit Editora, 2011.
- TOSTES, J. A.; ULIANA, B.; MARQUES, L. Transformações Urbanas nas Pequenas Cidades na Faixa de Fronteira Setentrional. *Revista de Administração Municipal*, v. 1, p. 123-140, 2011a.
- TOSTES, J. A.; ULIANA, B.; MARQUES, L. Contexto entre as cidades amapaenses e cidades da Guiana francesa. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. II, p. 145-160, 2011b.
- TOSTES, J. A.; ULIANA, B.; MARQUES, L. Transformações no cenário contemporâneo das pequenas cidades amazônicas (AP). *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, v. 2, p. 49-60, 2011c.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Políticas Territoriais e Desenvolvimento nas Guianas	60 h
<b>EMENTA</b>	
A Política Territorial. Ordenamento Territorial. As Estratégias de Desenvolvimento e as Políticas Territoriais. Políticas Territoriais e Defesa. Desenvolvimento Territorial e Descentralização. A Política de Ordenamento Territorial no Brasil. A Construção de uma Proposta de Desenvolvimento para a Faixa de Fronteira do Brasil. Políticas Territoriais e o Platô das Guianas.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>PINTO, J.R.A; ROCHA, A.J.R; SILVA, R. D.P As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País. – Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. Disponível em:  <a href="http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/cientecnol.pdf">http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/cientecnol.pdf</a></p> <p>ARTURI, C. S. (org.). Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: <a href="https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_38.pdf">https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_38.pdf</a></p> <p>BRASIL. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005a. Disponível em:  <a href="http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&amp;groupId=24915">http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&amp;groupId=24915</a></p> <p>BRASIL. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005b. Disponível em: <a href="http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf">http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf</a></p>	



BOISIER, S. Desarrollo territorial y descentralización: El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. Revista EURE (Santiago), sep. 2004, vol.30, no. 90, p.27-40. Disponível em <http://www.scielo.cl/pdf/eure/v30n90/art03.pdf>

FERNÁNDEZ, V. R. Estrategia(s) de desarrollo regional bajo el nuevo escenario globallocal: revisión crítica sobre su(s) potencialidad(es) y límites. Revista EURE (Santiago), dic. 2001, vol.27, n..82. Disponível em:

[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612001008200003](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612001008200003)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COSTA, W.M. Políticas Territoriais Brasileiras no Contexto de Integração Sul- Americana. Revista Território. Rio de Janeiro, ano IV, n. 4, p. 25-41, jul./dez. 1999. Disponível em [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07\\_3\\_costa.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_3_costa.pdf)

RÜCKERT, A A. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, núm. 245 (66), 2007. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24566.htm>

SANCHEZ, Joan-Eugeni. Geografía Política. Madrid: Síntesis.1992. 224 p.

SILVA, G.V. Desenvolvimento econômico em cidades da fronteira amazônica: ações, escalas e recursos para Oiapoque-AP. Revista Confins, n. 17, 2013. Disponível em: <http://confins.revues.org/8250>

SILVA, GV. RÜCKERT, A. A. A fronteira Brasil-França. Revista Confinsn. 7, 2009. Disponível em <http://confins.revues.org/6040>

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Relações de Gênero, Sexualidades, Poder e Relações Internacionais	60 h
<b>EMENTA</b>	
Principais teorias feministas. Intersecções entre gênero e sexualidade. Mudanças histórias e culturais nos papéis sexuais. Gênero, sexualidade e identidade. Poder patriarcal e Teoria do empoderamento. As esferas pública e privada nas relações de gênero. Teorias feministas das Relações Internacionais e do Direito Internacional. Debates sobre gênero em instituições internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
AGUIAR, Neuma. Gênero e Ciências Humanas; desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997 (Coleção Gênero; v. 5)	
ARANGO, Diana Marcela Bustamante; HENAO, Paola Andrea Vásquez Henao. La convención Belém Do Pará: un balance de su aplicación en la jurisprudencia de la corte interamericana, a 16 años de su entrada en vigor. <i>Civilizar</i> 11 (20): enero-junio de 2011, p. 15-36.	
BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.	
BUTLER. J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (cap. 1 e conclusão).	
ENLOE, Cynthia. <i>Beaches, bananas and bases</i> . 2 ed. Berkley, Los Angeles: University of California Press, 2000.	
TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. <i>International Studies Quarterly</i> , V. 41, nº 4, 1997, p. 611-632.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BUSS, Doris; MANJI, Ambreena. International law: Modern feminist approaches. Portland: Hart Publishing, 2005	

- CHAPPEL, Louise. Contesting Women's Rights: Charting the Emergence of a Transnational Conservative Counter-network. *Global Civil Society*, Vol. 20, No. 4, October, 2006, p. 491-520.
- CHAPPEL, Louise. Gender and International Institutions: Exploring New Opportunities at the International Criminal Court. *Policy and Society*, V. 22, n. 1, 2003, p 3-25.
- CHARLESWORTH, Hilary; CHINKIN, Christine; WRIGHT, Shelley. Feminist Approaches to International Law. *The American Journal of International Law*, vol. 85, 1991, p. 613-645.
- CHARLESWORTH, Hilary; CHINKIN, Christine. Building women into peace: the international legal framework. *Third World Quarterly*, V. 27, n. 5, 2006, p. 937-957.
- CHARLESWORTH, Hilary; CHINKIN, Christine. The boundaries of International Law: a feminist analysis. New York: JurisNet LLC, 2000
- CHARLESWORTH, Hilary. Feminist Methods to International Law. *The American Journal of International Law*, vol. 93:394, 1999, p. 379-394.
- CHINKIN, Christine. Rape and Sexual Abuse of Women in International Law. *European Journal of International Law*, 5, 1994, p. 1-17.
- CHINKIN, Christine. Feminist Interventions to International Law. *Adelaide Law Review*, (1997) 19, p. 13-24.
- ENGLAND, Kim. V. L. Getting personal: Reflexivity, Positionality and Feminist Research. *Professional Geographer*, 46(1), 1994, p. 80-89.
- ENLOE, Cynthia. Margins, silences and bottom rungs: how to overcome the underestimation of power in the study of international relations. SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (eds.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 186-202.
- ENLOE, Cynthia. *The curious feminist: searching for women in a new age of empire*. Berkley, Los Angeles: University of California Press, 2004.
- FRANKE, Katherine M. Gendered Subjects of Transitional Justice. *Columbia Journal of Gender and Law*, Vol. 15:3, 2006, p. 814-828.
- FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: \_\_\_\_\_. Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira. RJ: Zahar, 1982. p. 87-115.
- FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos feministas*, V. 1, nº 1, 1993, p. 7-32.
- LESSA, Luma Leite. *Amansando o empoderamento: a mobilização das mulheres indígenas no Brasil indigenizando o debate sobre o gênero*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.
- MEDINA, Cecilia. Derechos humanos de la mujer: ¿Donde estamos en las Americas? Disponível em: <http://transparenciacdh.uchile.cl/media/publicaciones/pdf/18/54.pdf>
- OOSTERVELD, Valerie. The Definition of "Gender" in the Rome Statute of the International Criminal Court: a Step Back or Forward for International Criminal Justice? *Harvard Human Rights Journal*, Vol. 18, Spring 2005, p. 55-84. Disponível em: <http://www.law.harvard.edu/students/orgs/hrj/iss18/oosterveld.pdf>.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Relações Internacionais da Região das Guianas	60 h
<b>EMENTA</b>	
Analisar a formação história dos países que compõem as Guianas (Venezuela; República Cooperativa da Guiana; Suriname e Guiana Francesa). Compreender as históricas disputas territoriais nas Guianas; Analisar o uso do território fronteiriço nas Guianas; Estabelecer uma interface nas Relações Internacionais das Guianas na América do Sul.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
CAVLAK, I. O Extremo Norte da América do Sul: A Guiana Inglesa e o Suriname no Século XIX. Revista Faces da História, v. 2, p. 96-114, 2015c.	
CAVLAK, I. A Holanda e a América do Sul: A Formação do Suriname. Revista Intellector. v. 12, n. 23, p. 53-64, 2015d.	
CAVLAK, I.; GRANGER, S. Guiana Francesa e Amapá: dinâmicas políticas e econômicas (1940-1945). Desenvolvimento Regional em debate, v. 4, p. 189-199, 2014.	
CORRÊA, P. G. P. The Brazilian foreign policy for the Guyana region. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 4, p. 15-26, 2015a.	
SILVA, G. V. L'intégration du Surinam à l'Amérique du Sud. Diploweb. 2015a.	
SILVA, G. V. Litiges transfrontaliers sur le plateau des Guyanes: anciens et nouveaux enjeux géopolitiques. L'Espace Politique. 2017.	
SILVA, G. V. Réflexions sur la République du Suriname: Économie et Géopolitique dans le Contexte Régional. Outre-Terre. v. 2, p. 236-246, 2015c.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
CAVLAK, I. Aspectos do Desenvolvimento Político e Econômico da Guyana. Revista Política e Planejamento Regional, v. 1, p. 237-256, 2015a.	
CAVLAK, I. A Guyana e a Luta Pelo Socialismo. Revista História e Luta de Classes, v. 19, p. 60-66, 2015b.	
CORRÊA, P. G. P. Forging a Military Identity in Suriname. In: Daniel Zirker. (org.). Forging Military Identity in Culturally Pluralistic Societies: Quasi-Ethnicity. 01ed. Washington DC: Lexington Books, 2015b, v. 01, p. 22-28.	
CORRÊA, P. G. P.; SUPERTI, E. Integration and International Security in the Guyana Shield. Revista de Geopolítica, 2016.	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Relações Internacionais da América Latina	60 h
<b>EMENTA</b>	
A formação dos Estados na América Latina. Interações políticas, econômicas, sociais e culturais na região. As orientações econômicas da região e a relação com os Estados Unidos da América. Do paradigma Liberal Conservador ao Paradigma Nacional Desenvolvimentista. O Neoliberalismo na América Latina. A crise neoliberal, a nova esquerda latino-americana e o panorama atual da América Latina no sistema mundial.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.	
MOREIRA, L. F. V. (et al.) (org.) As Relações Internacionais da América Latina. Petrópolis: Vozes, 2010.	
POZO, J. Del. História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais. Petrópolis: Vozes. 2009.	

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BORON, A. Estado, capitalismo y democracia em América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- CERVO, A. & DOPCKE, W. (org.) Relações Internacionais dos Países Americanos. Brasília: Edunb, 1994.
- LAGOS, R. (Comp.). América Latina: ¿Integración o fragmentación? Buenos Aires: Edhasa, 2008.
- MARTINS, E. (org.) Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003.
- POMER, L. Os Conflitos na Bacia do Prata. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SANTOS, Theotonio dos (Coord.). Globalização e Integração das Américas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Relações Internacionais do Oriente Médio	60 h

#### EMENTA

Definição e localização do Oriente Médio. Geografia e História do Oriente Médio: entrecruzamento de civilizações, culturas e religiões. O significado do Império Otomano e dos Povos Árabes para a região. O impacto do colonialismo Europeu. Grandes Guerras e descolonização. O Nacionalismo árabe e o movimento Pan-Árabe. A formação do estado de Israel e a Palestina. O Sionismo e o Anti-Semitismo. O significado do petróleo para a região. Os principais conflitos da região. Intifadas e revoluções. A Guerra árabe-Israelense. A Primavera árabe de 2011. Países, indicadores estatísticos e situação atual no cenário Internacional. Temas Importantes: Principais etnias, línguas e religiões; Migrações, refugiados e Direitos Humanos. A lógica islâmica: principais preceitos e divisões. O Oriente Médio entre o “Ocidente” e o “Oriente”. Efeitos da política anti-terrorista na região. Perspectivas futuras para a construção da paz no Oriente Médio.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FISK, Robert. A grande guerra pela civilização – A conquista do Oriente Médio. Sp: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- LEWIS, Bernard. Oriente Médio – do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1996.
- SAID, Edward. Orientalismo – O oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANTONIUS, George. The Arab awakening. Beirut: Librairie du Liban, 1969.
- COHN-SHERBOK, Dan. O conflito Israel-Palestina: para começar a entender. São Paulo: Editora Palíndromo, 2005.
- FROMKIN, David. Paz e guerra no oriente médio – A queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- LEWIS, Bernard. O que deu errado no Oriente Médio? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- SMITH, Dan. O Atlas do Oriente Médio: mapeamento completo de todos os conflitos: conflitos e soluções. São Paulo: Publifolha, 2008.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Religião e Sociedade na Amazônia	60 h

#### EMENTA

A religião foi tema central na elaboração teórica de dois fundadores da sociologia: Émile Durkheim e Max Weber, estando presente também na produção de importantes autores da sociologia contemporânea, como Pierre Bourdieu e Peter Berger. Esta disciplina constitui

uma complementação à formação básica em teoria sociológica. Dada a diversificação do cenário de crenças e não crenças religiosas, é crescente o interesse em pesquisa nessa área, fazendo-se necessário o acesso ao arcabouço teórico e metodológico pertinente.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DURKHEIM, Émile. Definição do fenômeno religioso e da religião. In: As formas elementares da vida religiosa. São Paulo, Paulinas, 1989.

WEBER, Max. Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. V. 1. Brasília, Editora da UnB, 1991.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BERGER, Peter. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo, Paulinas, 1984.

FRESTON, Paul Charles. Protestantes e políticas no Brasil: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado em ciências sociais. Campinas, Unicamp, 1993.

GOUVÊA, Antonio Mendonça & VELASQUES FILHO, Prócoro. Introdução ao protestantismo no Brasil. São Paulo, Loyola, 1990.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo, Loyola, 1999.

MARX, Karl & ENGELS, Fredrich. Sobre a religião. Lisboa, Edições 70, 1976.

PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1996.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Técnicas de Negociação Internacional	30 h
<b>EMENTA</b>	
Principais aspectos relativos às negociações internacionais – o cenário, o processo, os estilos, os temas e as condições de negociação. Processo de tomada de decisões. A solução de litígios. Atores, Instituições e o arcabouço decisório. Novos atores e agendas. Os mecanismos de uma negociação bem-sucedida. Os fatores interferentes nas negociações globais. As organizações engajadas em operações internacionais. Aspectos Teóricos da Negociação. Estratégias e táticas das negociações. A comunicação na negociação. A percepção no contexto de negociação, Influências culturais na negociação. Mediação e arbitragem na solução de uma disputa. Negociações com muitas partes, coalisões e trade-offs. Práticas de Simulação Negocial. Exercícios de simulação em negociações internacionais	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
FISHER, Roger.; URY, William; PATTON, Bruce. Como chegar ao sim. Rio de Janeiro: Imago, 1994.	
MARTINELLI, D.; VENTURA, C.; MACHADO, J. Negociação Internacional. São Paulo: Atlas, 2004.	
PINTO, Eder Paschoal. Negociação orientada para resultados: a conquista do entendimento através de critérios legítimos e objetivos. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
CALDAS, R.; ERNST, C. Alca, Apec, Nafta e União Européia: cenários para o Mercosul no século XXI. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.	
CARVALHAL, Eugênio. Negociação – Fortalecendo o processo – Como construir relações de longo prazo. Rio de Janeiro: Vision, 2002.	
COHEN, Herb. Você pode negociar qualquer coisa. Rio de Janeiro: Record, 1980.	

LEWICKI, Roy; SAUNDERS, David M.; MINTON, John W. (orgs) Negotiation: readings, exercises and cases. 3ª Ed. Boston: Irwin/ McGraw-Hill, 1999.  
SHELL, R. Negociar é preciso. São Paulo: Negócio; 2001.

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Teorias Avançadas de Relações Internacionais	60 h
<b>EMENTA</b>	
Os usos da Teoria de Relações Internacionais; A relação entre o nível doméstico e a política internacional; As teorias normativas; Novas abordagens do Construtivismo; Pós-Modernismo; Teorias Não- Ocidentais das Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>ACHARYA, Amitav. BUZAN, Barryn (Eds.) Non-Western international relations theory: Perspectives on and beyond Asia. New York: Routledge. 2010.</p> <p>ADLER, E. Communitarian international relations: the epistemic foundations of International Relations. Oxford: Routledge, 2005.</p> <p>MILNER, H. Interests, institutions and information: domestic politics and international relations. Princeton: Princeton University Press, 1997.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>BROWN, C. “Critical Theory and postmodernism in international relations”, in Groom, A. e Light, M. Contemporary international relations: a guide to theory. Londres: Pinter Publishers, 1994.</p> <p>CHECKEL, J. “Theoretical Pluralism in IR: possibilities and limits”. in Carlsnaes, W. et al. Handbook of International Relations. 2ª Edição. Londres: Sage, 2012.</p> <p>HERMANN, R. “Linking Theory to Evidence in International Relations” in Carlsnaes, W. et al. Handbook of International Relations. 1ª Edição. Londres: Sage, 2002.</p> <p>MORRICE, D. The liberal-communitarian debate in contemporary political philosophy and its significance for International Relations. in Review of International Studies, Vol. 26, pág. 233-246, 2000.</p> <p>PUTNAM, R. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. In International Organization, Vol. 42, No. 1 (tradução na Revista de Sociologia e Política), 1988.</p>	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Cultura, Religião, Gênero, Identidade e Ciências Sociais I	30 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Cultura, Religião, Gênero, Identidade e Ciências Sociais I. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Cultura, Religião, Gênero, Identidade e Ciências Sociais II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Cultura, Religião, Gênero, Identidade e Ciências Sociais II. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Direito e Relações Internacionais I	30 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Direito e Relações Internacionais I. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Direito e Relações Internacionais II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Direito e Relações Internacionais II. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Economia, Desenvolvimento e Meio Ambiente I	30 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Economia, Desenvolvimento e Meio Ambiente I. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Economia, Desenvolvimento e Meio Ambiente II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Economia, Desenvolvimento e Meio Ambiente II. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Estudos Estratégicos e Defesa Nacional I	30 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Estudos Estratégicos e Defesa Nacional I. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Estudos Estratégicos e Defesa Nacional II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Estudos Estratégicos e Defesa Nacional II. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Globalização, Fronteira, Regionalização e o Contexto Amazônico I	30 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Globalização, Fronteira, Regionalização e o Contexto Amazônico I. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Globalização, Fronteira, Regionalização e o Contexto Amazônico II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Globalização, Fronteira, Regionalização e o Contexto Amazônico II. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	



<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Idiomas e Linguagem I	30 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Idiomas e Linguagem I. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Idiomas e Linguagem II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Idiomas e Linguagem II. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Instituições e Organizações Internacionais I	30 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Instituições e Organizações Internacionais I. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Instituições e Organizações Internacionais II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Instituições e Organizações Internacionais II. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Política Internacional e de Política Externa I	30 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Política Internacional e de Política Externa I. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Política Internacional e de Política Externa II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Política Internacional e de Política Externa II. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	
<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Segurança e Conflitos Internacionais I	30 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Segurança e Conflitos Internacionais I. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	
<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Segurança e Conflitos Internacionais II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Teoria, História e Método em Relações Internacionais I	30 h
<b>EMENTA</b>	
Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Tópicos de Teoria, História e Método em Relações Internacionais II	60 h
<b>EMENTA</b>	
Tópicos de Teoria, História e Método em Relações Internacionais II. Discussão e análise de temas transversais e contemporâneos sobre Relações Internacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
-	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
-	